Faculdade
BOAS NOVAS

RIZOMA

CADERNO DE PUBLICAÇÕES DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE BOAS NOVAS

ANO I | N° 01 | 2024

ISBN: 978-65-01-21423-8

Caderno de Publicação do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Boas Novas

ORGANIZADORES

Hernan Gutiérrez Herrera

José Fábio Bentes Valente

Fátima Medianeira Flôres de Vargas

ANO 1 N° 01 2024

ISBN: 978-65-01-21423-8

FACULDADE BOAS NOVAS DE CIÊNCIAS TEOLÓGICAS, SOCIAIS E BIOTECNOLÓGICAS
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA FACULDADE BOAS NOVAS

MANTENEDOR

Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas – IBADAM

PRESIDÊNCIA

Pr. Jonatas Câmara

DIREÇÃO EXECUTIVA

Pr. Edivaldo Lopes de Lima

DIREÇÃO GERAL

Profa. Dra. Maria José Costa Lima

DIREÇÃO ACADÊMICA

Profa. Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas

PROCURADORIA INSTITUCIONAL

Profa. Dra. Kelly Christiane Silva de Souza

COORDENAÇÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

ISBN: 978-65-01-21423-8

Rizoma - Caderno de publicação do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Boas Novas

© 2024 Copyright by Faculdade Boas Novas.
Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 1655 – Japiim - Manaus-AM – CEP - 69077-000
Fone: (92) 98121-2373
www.fbnovas.edu.br

Editoração:

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente

Capa: João Antônio Costa Lopes

Os artigos assinados, bem como o seu conteúdo e estilo linguístico são de responsabilidade de seus autores e necessariamente não expressam a posição da Instituição.

Catalogação na Publicação (CIP)

R627 Rizoma [livro eletrônico] : Caderno de publicação do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Boas Novas / Faculdade Boas Novas; [organizado por] Hérnan José Gutiérrez Herrera; José Fábio Bentes Valente; Fátima Medianeira Flores de Vargas. - - Manaus : FBN, 2024.
2MB. : il. color.; PDF

Modo de acesso eletrônico
ISBN 978-65-01-21423-8

1. Programa de Iniciação Científica. 2. Multidisciplinar. 3. Pesquisa. 4. Iniciação - Projeto. I. Gutiérrez Herrera, Hérnan José. II. Valente, José Fábio Bentes. III. Vargas, Fátima Medianeira Flores de.

CDD 378.002 5

Elaborado por Kellen Cristina Encarnação Moraes CRB-1134

ISBN: 978-65-01-21423-8

COMISSÃO EDITORIAL

Profa. Dra. Maria José Costa Lima
Profa. Dra. Kelly Christiane Silva de Souza
Profa. Dra. Fátima Medianeira Flôres de Vargas
Prof. Dr. Helom César da Silva Nunes
Prof. Dr. Miquéias Machado Pontes
Prof. Dr. Reyth da Cunha Ribeiro
Prof. Dr. Cláudio José da Silva
Profa. Ma. Maria José Rodrigues de Araújo
Prof. Me. José Fábio Bentes Valente
Prof. Me. Diego Monteiro Ferreira

Pequenas citações são permitidas, sempre indicando-se a fonte

Direitos reservados à Faculdade Boas Novas de Ciências Teológicas, Sociais e Biotecnológicas

ISBN: 978-65-01-21423-8

APRESENTAÇÃO

E com satisfação que apresentamos o primeiro volume da obra "Rizoma - Caderno de publicação do Programa de Iniciação Científica da Faculdade Boas Novas", que representa um marco substancial no desenvolvimento da produção científica no contexto amazônida. Esta publicação emerge como resultado do esforço conjunto de docentes e discentes dos cursos de nível superior da Faculdade Boas Novas, consolidando um espaço de diálogo interdisciplinar e de produção de conhecimento científico de elevada qualidade.

O presente volume reúne contribuições que perpassam diferentes áreas do conhecimento, articulando saberes da Administração, Ciências Contábeis, Ciências Teológicas, Ciências da Religião, Direito, Jornalismo, Pedagogia e Psicologia. A diversidade temática dos textos reflete a complexidade dos fenômenos contemporâneos e a necessidade de abordagens múltiplas para sua compreensão.

Cada texto representa uma contribuição significativa para suas respectivas áreas de conhecimento, apresentando resultados de pesquisas conduzidas com rigor metodológico e fundamentação teórica consistente. Este e-book visa não apenas disseminar conhecimento científico de qualidade, mas também fomentar o desenvolvimento da iniciação científica no âmbito da graduação, oferecendo aos estudantes referenciais metodológicos e teóricos para suas investigações de pesquisa.

Agradecemos a todos os orientandos, orientadores e colaboradores que permitiram esta publicação. Expressamos nossa gratidão especial as coordenações dos Cursos, e diretora acadêmica a diretora-geral e aos membros da Comissão Editorial, cujo trabalho meticuloso garantiu a qualidade desta obra.

Manaus, 05 de novembro de 2024

Prof. Me. José Fábio Bentes Valente.

ISBN: 978-65-01-21423-8

SUMÁRIO

ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE 9

A CONTROLADORIA NO MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO NA TOMADA DE DECISÃO **10**

ORIENTAÇÕES DE PROJETOS EMPRESARIAIS, DA STARTUP A PEQUENA INDÚSTRIA **15**

CIÊNCIAS DA RELIGIÃO E CIÊNCIAS TEOLÓGICAS **20**

CROWDFUNDING E FINANCIAMENTO COLETIVO DE PROJETOS RELIGIOSOS: NOVAS FORMAS DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DE COMUNIDADES DE FÉ NO BRASIL DIGITAL **21**

A REPRESENTAÇÃO DO SAGRADO NA NOVA ERA DIGITAL **24**

A EFICÁCIA TERAPÊUTICA DA ESPIRITUALIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE HUMANA **30**

A MENSAGEM BÍBLICA NA WEB ESPAÇO: A MANIPULAÇÃO DAS HOMILIAS PELOS HATERS **39**

A IGREJA CIBER ELETRÔNICA: O USO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA IGREJA SARA NOSSA TERRA **47**

FUNDAMENTALISMO DIGITAL: OS RISCOS DA RADICALIZAÇÃO RELIGIOSA EM AMBIENTES VIRTUAIS **53**

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE APOIO ESPIRITUAL E PASTORAL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS NO SÉCULO XXI **60**

OS BENEFÍCIOS E OS MALEFÍCIOS DAS REDES SOCIAIS **67**

PARA COMUNIDADE EVANGÉLICA **67**

QUANDO A VIRTUALIDADE SE TRANSFORMA EM REALIDADE: A VELA VIRTUAL NA IGREJA DE APARECIDA **73**

MISSIOLOGIA DIGITAL: EVANGELIZAÇÃO E DISCIPULADO ATRAVÉS DE APLICATIVOS MÓVEIS **83**

ISBN: 978-65-01-21423-8

DIREITO **90**

PRIVACIDADE NO CIBERESPAÇO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS DO DIREITO DIGITAL **91**

A PROGRESSÃO DO DIREITO DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA JURÍDICA EM PROL DA PRIVACIDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO **101**

BIOPIRATARIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO DIREITO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO AMAZONAS **110**

FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES NA CIDADE DE MANAUS. **117**

JORNALISMO **127**

COMBATE A DESINFORMAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RELATÓRIO DO PROJETO AMAZÃONIA LIVRE DE FAKE **128**

MÍDIAS SOCIAIS E O IMPACTO NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL: ANÁLISE DE MANCHETES SENSACIONALISTAS EM PORTAIS DE NOTÍCIAS DO AMAZONAS **139**

PSICOLOGIA **149**

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES EM ESCOLAS DE MANAUS SOB VIÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL **150**

ATRASO NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA COVID - 19 ..... **158**

ISBN: 978-65-01-21423-8

Administração e Contabilidade

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

A CONTROLADORIA NO MONITORAMENTO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO NA TOMADA DE DECISÃO

Kleise Ramos de Lira[1]
Maria José Rodrigues de Araújo[2]

RESUMO

Esse estudo concerne a análise do Balanced Scorecard sendo um instrumento de controle e acompanhamento com o intuito de auferir informações autênticas captadas através dos indicadores e após coletado dos dados e analisado os mesmos, onde se possa chegar a uma determinada decisão. O preceito metodológico da pesquisa é do tipo análise de bases qualitativas, uma vez que possibilita o processo de investigação da importância do Balanced *Scorecard* como ferramenta de monitoramento de indicadores estratégicos para tomada de decisão na controladoria. O papel da controladoria vai além da coleta de dados, exigindo uma análise profunda que alinhe as informações com os objetivos estratégicos da empresa. Esse alinhamento garante que o monitoramento dos indicadores de desempenho seja uma ferramenta eficaz para identificar oportunidades de melhoria e orientar ações que promovam o desenvolvimento sustentável da organização. Dos resultados alcançados pode-se evidenciar que o Balanced Scorecard, beneficia cada organização, monitorando cada tomada de decisão.

PALAVRAS-CHAVE: Balanced Scorecard. Controladoria. Indicadores de Desempenho. Tomada de Decisão

1 INTRODUÇÃO

Em um ambiente empresarial competitivo e dinâmico, o controle de indicadores é essencial para garantir que as decisões sejam fundamentadas em informações consistentes e atualizadas, permitindo que a organização se ajuste rapidamente às mudanças do mercado e otimize seus processos internos. Assim, a falta de um acompanhamento estruturado pode limitar a capacidade de a empresa crescer, inovar e se adaptar, prejudicando seu desempenho e competitividade a longo prazo.

Com base nisso, é preciso ter em mente o que se pode incluir de informações relevantes para ter indicadores de desempenho de sucesso, demonstrando quais dados, representará um diferencial quando se tratar de escolhas decisórias que irão interferir no futuro da organização.

[1] Aluno. Graduando do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Boas Novas. E-mail: kleiselira@outlook.com
[2]Orientadora. Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: maria-jose.araujo@agu.gov.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

Em síntese, essa pesquisa tem como objetivo principal responder à problemática: Por que a ausência de controle de indicadores pode impactar na tomada de decisão?

A implementação do Balanced Scorecard como parte central do processo de controle e gestão nas empresas, não apenas ganham uma visão mais clara de seu desempenho, mas também criam um ambiente de aprendizado contínuo e de adaptação proativa às mudanças do mercado. Com isso, gestores, funcionários, clientes e demais partes interessadas são capacitados a tomar decisões mais assertivas e alinhadas com os objetivos estratégicos, garantindo que a organização esteja preparada para os desafios futuros.

2 BALANCED SCORECARD

O Balanced Scorecard é uma metodologia para as empresas acompanharem e monitorarem o progresso de suas decisões estratégicas, concentrando-se em indicadores-chave de desempenho. Todos os aspectos da estratégia devem ser compreendidos por todos os membros que compõem a equipe para garantir o sucesso total. Isso implica em uma comunicação clara e consistente sobre metas e objetivos.

Figura 1: O BSC Fornece a Estrutura Necessária para a Tradução da Estratégia em Termos Operacionais

Fonte: Kaplan; Norton (1997)

Balanced Scorecard promove uma abordagem equilibrada, considerando não apenas indicadores financeiros, mas também aspectos relacionados à satisfação do cliente, processos internos e aprendizado e crescimento organizacional. Ao entender e integrar todos esses aspectos, as organizações podem tomar decisões mais eficazes, impulsionando seu sucesso em

ISBN: 978-65-01-21423-8

longo prazo. Sucintamente, o BSC serve como uma poderosa ferramenta de gestão que transforma a estratégia em ação, fornecendo uma estrutura clara e abrangente para avaliar e melhorar o desempenho organizacional ao longo do tempo.

3 INDICADORES DE DESEMPENHO

Essas medidas são definidas como metas a serem alcançadas ou até mesmo superadas, fornecendo uma base objetiva para monitorar o progresso e posteriormente as tomadas de decisões.

Para Padoveze (2010, p. 337), os indicadores de desempenho, é “um conjunto de medidas financeiras e não financeiras preestabelecidas pela administração, que servirão como metas a serem alcançadas para controle do desempenho da empresa e dos gestores divisionais”. Os indicadores financeiros geralmente incluem métricas como lucro líquido, margem de lucro, retorno sobre o investimento e fluxo de caixa. Já os indicadores não financeiros podem abranger aspectos como satisfação do cliente, qualidade do produto, eficiência operacional e satisfação dos funcionários.

Em síntese, os indicadores de desempenho são ferramentas fundamentais para avaliar e impulsionar o sucesso empresarial, proporcionando uma visão abrangente do desempenho e direcionando ações para o alcance de metas e objetivos.

4 TOMADA DE DECISÃO

O processo de decisão nas organizações é cabal para direcionar seus rumos e alcançar objetivos traçados. Em muitos casos, essas decisões são tomadas por líderes de alto escalão, como chefes, diretores e gerentes seniores, pois esses são responsáveis por analisar e avaliar as informações disponíveis antes de tomar uma decisão.

As informações podem vir de diversas fontes, incluindo relatórios gerenciais e análises contábeis. Os relatórios gerenciais fornecem uma visão abrangente das operações e desempenho da organização, enquanto as informações contábeis oferecem dados financeiros essenciais. Com base nas informações apresentadas, os que tomam decisões podem avaliar os riscos e oportunidades associados a cada decisão.

ISBN: 978-65-01-21423-8

É essencial que os responsáveis pelas tomadas de decisões usufruam de uma combinação de análise cuidadosa intuição e experiência, visando alcançar os melhores resultados para a empresa.

5 CONTROLADORIA

A controladoria é um conjunto de princípios procedimentos e métodos que se originam de diversas áreas. Ela tem como principal objetivo a gestão econômica das empresas, buscando orientá-las para a eficácia. Dentro desse campo multidisciplinar, a controladoria desempenha um papel fundamental na tomada de decisões. Ela utiliza ferramentas e técnicas para coletar, processar e analisar informações financeiras e operacionais, fornecendo subsídios para a formulação de estratégias e políticas empresariais.

É de responsabilidade da controladoria monitorar o desempenho organizacional, identificando desvios entre os resultados esperados e alcançados. Por meio de sistemas de controle interno, a controladoria ajuda a garantir a conformidade com as leis e regulamentos, ademais, promover a eficiência e a eficácia dos processos empresariais.

Em resumo, a controladoria desempenha um papel crítico na gestão das empresas, integrando conhecimentos de diversas disciplinas para orientar decisões que maximizem o desempenho e a sustentabilidade organizacional.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar estudos em cima do tema abordado é amparar qualquer representante de algum segmento a ter suas metas alcançadas e estratégias seguidas em benefício de estar em competitividade no mercado, ter crescimento exponencial em seu segmento, obter melhorias em seu operacional tanto sistemático como de capital humano e ter o intelectual dos seus funcionários em constante aprimoramento.

Espera-se que futuramente mais abordagens sejam realizadas no tocante assunto nos mais variados segmentos, com a finalidade de que novos debates sejam abertos, criando leques de oportunidades para que cada vez mais possa ser apresentado as soluções que Balanced Scorecard abarca em uma instituição.

ISBN: 978-65-01-21423-8

REFERÊNCIAS

ATKINSON Anthony A.; et al. **Contabilidade Gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000

BEAL, Adriana. **Gestão estratégica da informação**: Como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações. São Paulo: Atlas, 2012.

BENITO, KAPLAN, Robert S. **A estratégia em ação**: balanced scorecard. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

Garrison, Ray H. **Contabilidade gerencial**. 14. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

KAPLAN, Robert S. **Organização orientada para a estratégia**: Como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios. Rio de Janeiro: Elsevir, 2000.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARION, José Carlos. **Introdução à contabilidade gerencial**. Ribeiro. São Paulo: Saraiva, 2011.

MOSIMANN, Clara Pellegrinello**. Controladoria**: Seu papel na administração de empresas. Florianópolis: UFSC, 1993.

MUNIZ, Otávia Travençolo. **Gestão de desempenho**. Rio de Janeiro: SESES, 2016.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Controladoria estratégica e operacional**: Conceitos, estruturas, aplicação / Clóvis Luís Padoveze. - 3. ed. rev. e atual. - São Paulo: Cengage Learning, 2012

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial**. Curitiba: IESDE Brasil, 2010.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

ORIENTAÇÕES DE PROJETOS EMPRESARIAIS, DA STARTUP A PEQUENA INDÚSTRIA

Hudson França da Silva Feitosa[3]
Ednaldo Zane Ferreira[4]

RESUMO

A presente pesquisa visa apresentar orientações direcionadas às pessoas que possuam ideias ou projetos de empreendedorismo na fase de escolha do regime empresarial. O objetivo do trabalho é demonstrar as possibilidades de regimes empresariais vigentes em território nacional. Foi verificada legislação vigente para abertura de empresa e classificação; analisado os caminhos legais (órgãos governamentais) para processamento da criação de uma empresa. O trabalho apresentado trará em sua estrutura metodológica um estudo qualitativo com natureza descritiva e revisão sistemática de literatura por meio do levantamento bibliográfico acerca dos tipos de regimes empresariais. A startup tem como característica a busca constante por solução de problemas do dia a dia ou em certos períodos, ela também atua na melhoria de um produto ou serviço que esteja decaindo no mercado. Ao materializar a ideia de uma empresa, o empreendedor poderá ter uma empresa de pequeno porte, uma startup, até mesmo uma indústria. É muito importante ter assistência dirigida por um profissional para evitar escolhas equivocadas que podem causar prejuízo ao empresário.

PALAVRAS-CHAVE: Startup. Empresas. Indústrias.

1 INTRODUÇÃO

Com o passar do tempo o mercado tem se modificado gradativamente o que obriga as empresas mudarem também. Atualmente, o campo empresarial está em constante mudança devido a tecnologia e inteligência artificial (I.A), o campo empresarial está se adaptando a nova tendência que é atuar por meio de modelos tipo startups. Esta nova modalidade vem ganhando seu espaço cada dia mais, entretanto existem outros modelos, estes serão apresentados nas seções a seguir.

1 TIPOS DE EMPRESA

1.1 Empresa Individual de Responsabilidade Limitada

[3]Aluno. Graduando do Curso de Administração da Faculdade Boas Novas. E-mail: hudson.20230319@aluno.fbnovas.edu.br
[4]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: jose.ferreira@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

O início Empresa Individual de Responsabilidade Limitada A Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, foi instituída por meio da Lei 12.441, de 11 de julho de 2011, com o objetivo de criar uma figura intermediária entre o empresário individual e a sociedade limitada, mas que reunisse as melhores características dos dois modelos. Assim, a EIRELI tem a vantagem de conferir a limitação da responsabilidade e de prescindir de um sócio para promover a exploração da atividade econômica.

Com isso, imaginou-se a promoção da formalização das atividades econômicas que eram exercidas irregularmente; a redução das sociedades de palha constituídas com sócios detendo muitas vezes apenas um por cento ou menos do capital social; o incentivo para que agentes econômicos desenvolvessem suas atividades sem a necessidade da exposição total do seu patrimônio ao risco (Gonçalves, 2019). (cadeias globais de valor), ou seja, o projeto dos produtos até a fabricação das peças, sua montagem e comercialização (LEMOS, 2017). A Alemanha foi o primeiro país a iniciar esse processo de industrialização no ano de 2011, a partir de um programa de incentivo a digitalização das indústrias, com o título de Indústria 4.0 (DREHER, 2016).

1.2 MEI: Microempreendedor individual

MEI é a sigla para Microempreendedor Individual. Trata-se de um modelo empresarial simplificado, instituído pela Lei Complementar nº128, de 19 de dezembro de 2008, com o propósito de facilitar a formalização das atividades de quem trabalha de maneira autônoma. inda que seja uma opção bastante interessante para quem deseja ter o próprio negócio, para ser MEI é preciso, primeiro, atender a uma série de exigências. Os principais requisitos estão relacionados ao limite de faturamento anual, à quantidade de funcionários que podem ser contratados, e a qual atividade econômica será exercida. No que se refere ao limite de faturamento MEI, atualmente, o valor é de, no máximo, R$ 81 mil ao ano. Com relação à quantidade de funcionários, um empreendedor MEI só pode contratar 1 (um) colaborador. A esse deve ser pago, no mínimo, um salário-mínimo nacional ou o piso determinado pela categoria (Torres, 2021).

1.3 LTDA: Sociedade Limitada

ISBN: 978-65-01-21423-8

Ao contrário do que muitos podem pensar, o “Limitada” não se refere à quantidade de membros do quadro societário. A Sociedade Empresarial Limitada se refere à responsabilidade financeira que os sócios têm em caso de ações judiciais. Caso a empresa vá à falência, o prejuízo dos empresários é limitado ao máximo pelo investimento inicial de cada um. Se houver dívidas a serem pagas, elas são retiradas da empresa até serem extintas, mas deixam de ser cobradas quando a caixa esvazia. A exceção é no caso de crimes ou pagamento de direitos trabalhistas. Aí, o patrimônio pessoal dos sócios também está sujeito a ser penalizado. Inclusive, em caso de falência, a primeira dívida a ser coberta é a com os colaboradores. (equipe conta azul,2023).

1.4 S/A: Sociedade Anônima

Sociedade anônima, ou simplesmente SA, é uma das modalidades possíveis para abertura de empresa, e está regulada pela Lei 6.404/76, a chamada Lei das SA. A classificação diz respeito à responsabilidade dos sócios, pois é preciso saber precisamente o que ocorre com o patrimônio da empresa e dos sócios nas hipóteses de sucesso ou fracasso. No caso da Sociedade Anônima, é possível haver tantos sócios quantos estejam interessados em adquirir frações dessa empresa. A responsabilidade, nesse caso, é limitada ao valor investido nas cotas no momento da emissão. Sendo assim, em caso de prejuízo ou falência da empresa, cada sócio responde apenas no limite do seu investimento. (Equipe Empiricus,2023).

2 PROCESSO PARA A CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA

Para iniciar o processo de formalização de uma empresa é necessário obter licenciamentos dos órgãos governamentais, tanto na esfera municipal, quanto na estadual e federal. Para isso o empreendedor deverá primeiro, definir o modelo de negócios da sua empresa, depois é aconselhável a contratação de um contador de confiança.
Entretanto, na cidade de Manaus, existe a disponibilidade de órgão governamental de orientação ao pequeno empreendedor.

Posteriormente a definição do tipo de empresa: MEI, ME ou EPP; a Natureza Jurídica da empresa: EI, SLU ou LTDA; E definidas as atividades empresariais para exercer (CNEs); o regime tributário: Simples Nacional, Lucro Presumido ou Lucro Real. Um passo importante é elaborar o contrato social com a participação dos sócios e posterior o registro da empresa na Junta Comercial. Pronto, sua empresa estará aberta.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Figura 1: Processo de Criação de Empresa

Fonte: Filon e Simard (2008)

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *startup* tem como característica a busca constante por solução de problemas do dia a dia ou em certos períodos, ela também atua na melhoria de um produto ou serviço que esteja decaindo no mercado. O investimento criativo é a chave para uma *startup* se desenvolver melhor e trazer lucros a curto prazo ou ao longo prazo dependendo de qual for a ideia proposta, vale lembrar que o diferencial de uma empresa *startup* para uma empresa convencional é a criatividade aberta, esta faz o trabalhador não se prender ao simples, e de ajudar no desenvolvimento tanto da empresa quanto no funcionário.

Antes de escolher o modelo organizacional e empresarial, é necessário que o empreendedor tenha noção de como ele quer empreender e qual tipo de empresa se encaixa no seu perfil, saber distinguir o tipo de empresa, identificando-a como pequena, média ou grande empresa, se ela é de individual ou industrial, pois a partir desta escolha ele poderá optar por regimes tributários diferentes.

Ao materializar a ideia de uma empresa, o empreendedor poderá ter uma empresa de pequeno porte, uma startup, até mesmo uma indústria. É muito importante ter assistência dirigida por um profissional para evitar escolhas equivocadas que podem causar prejuízo ao empresário, pois as cargas tributárias e licenças governamentais levam o tipo de ramo

ISBN: 978-65-01-21423-8

empresarial em conta. Deste modo, é extremamente importante a figura do contador para orientar no processo inicial da empresa.

REFERÊNCIAS

BELA, Omar Augusto Leite **APET**. Disponível em https://apet.org.br/artigos/consideracoes-gerais-sobre-a-eireli-empresa-individual-deresponsabilidade-limitada/. Acesso em: 02 fev. 2024.

CAJU. **O que é MEI?** Guia definitivo sobre o assunto. Disponível em: https://totalmei.com/o-que-emei/?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw8pKxBhD_ARIsAPrG45kKWZn9AFb6c2rR645apuAbWW-iHZTWFmg4i-W6EKmhozjtkcrmLfkaAk0tEALw_wcB Acessado em: 03 mar. 2024.

CARDOSO, Paulo Leonardo Vilela. **O empresário de responsabilidade limitada**. São Paulo: Saraiva, 2012.

Conta Azul. **O que é LTDA e como funciona esse tipo de sociedade?** BlogContaAzul.com. 2023. Disponível em https://blog.contaazul.com/o-que-e-ltda/#oque-e acessado em: 03 mar. 2024.

EMPIRICUS, Empesas**. Sociedade Anônima**: O que é e como funciona uma empresa S/A? Disponível em: https://www.empiricus.com.br/explica/sociedade-anonima. Acessado em 10Set2024

EXAME. **Sociedade Anônima**: O que é e quais são as suas características. Disponível em: https://exame.com/invest/guia/sociedade-anonima-red04/. Acessado em 09 set. 2024.

GONÇALVES, Oksandro**. A desconsideração da personalidade jurídica**. Curitiba: Juruá, 2002.

MINAYO M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: Pesquisa Qualitativa em Saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2014.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Ciências da Religião e Ciências Teológicas

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

CROWDFUNDING E FINANCIAMENTO COLETIVO DE PROJETOS RELIGIOSOS: NOVAS FORMAS DE SUSTENTAÇÃO ECONÔMICA DE COMUNIDADES DE FÉ NO BRASIL DIGITAL

Ismael Monteiro Dantas[5]
José Fábio Bentes Valente[6]

RESUMO

Este artigo analisa o fenômeno do crowdfunding e do financiamento coletivo como novas formas de sustentação econômica de comunidades religiosas no contexto digital brasileiro. Através de uma revisão bibliográfica e análise de casos, examina-se como estas práticas estão reconfigurando as relações financeiras entre fiéis e instituições religiosas, bem como seus impactos na dinâmica comunitária e na execução de projetos religiosos. Os resultados indicam uma transformação significativa nos modelos tradicionais de arrecadação, apontando para uma maior participação dos fiéis e transparência nas iniciativas religiosas.

PALAVRAS-CHAVE: Crowdfunding religioso. Financiamento digital. Comunidades de fé.

1 INTRODUÇÃO

O advento das tecnologias digitais e das redes sociais tem provocado transformações significativas em diversos aspectos da vida social, incluindo as práticas religiosas. Neste contexto, o crowdfunding e o financiamento coletivo emergem como fenômenos que redefinem as relações econômicas no âmbito das comunidades de fé no Brasil. Este artigo propõe-se a analisar como essas novas formas de sustentação econômica estão sendo incorporadas pelas instituições religiosas brasileiras e quais são seus impactos nas dinâmicas comunitárias e na realização de projetos religiosos.

A relevância deste estudo reside na compreensão das mudanças nas formas de arrecadação e gestão financeira das comunidades religiosas, em um cenário onde a digitalização das relações sociais se intensifica. Além disso, busca-se entender como essas práticas afetam a participação dos fiéis e a transparência nas iniciativas religiosas.

[5]Aluno. Graduando do Curso de Ciências da Religião da Faculdade Boas Novas. E-mail: ismael.dantas@aluno.fbnovas.edu.br
[6]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

2 O CROWDFUNDING RELIGIOSO NO CONTEXTO DIGITAL BRASILEIRO

O crowdfunding, ou financiamento coletivo, tem se apresentado como uma alternativa inovadora para a captação de recursos em diversos setores, incluindo o religioso. No Brasil, essa prática tem ganhado notoriedade e adesão por parte de diferentes denominações religiosas. Segundo Bellotti (2018), o uso de plataformas digitais para arrecadação de fundos por organizações religiosas cresceu significativamente nos últimos anos, refletindo uma adaptação às novas tecnologias e às mudanças nos hábitos de consumo e doação dos fiéis.

Campos (2020), argumenta que o crowdfunding religioso não apenas facilita a arrecadação de recursos, mas também promove um senso de participação e pertencimento entre os membros da comunidade. O autor observa que ao contribuir para projetos específicos através de plataformas online, os fiéis sentem-se mais engajados e parte integrante da realização das iniciativas religiosas (CAMPOS, 2020, p. 45).

Esta nova modalidade de financiamento também tem impactado a forma como as lideranças religiosas se comunicam com seus seguidores. Conforme aponta Silva (2019), as campanhas de crowdfunding exigem uma narrativa clara e convincente, o que tem levado muitas organizações religiosas a aprimorarem suas estratégias de comunicação digital.

3 IMPACTOS E DESAFIOS DO FINANCIAMENTO COLETIVO NAS COMUNIDADES DE FÉ

A adoção do crowdfunding e de outras formas de financiamento coletivo digital tem trazido tanto oportunidades quanto desafios para as comunidades religiosas brasileiras. Oliveira (2021) destaca que essas práticas têm possibilitado a realização de projetos que, de outra forma, seriam inviáveis devido às limitações financeiras das instituições religiosas tradicionais.

Por outro lado, Ana Paula Ribeiro, alerta para os potenciais riscos associados a essa nova forma de arrecadação. A autora argumenta que "a dependência excessiva do financiamento coletivo pode levar a uma 'mercantilização' da fé, onde o valor espiritual de um projeto é medido pelo seu sucesso em atrair doações online" (RIBEIRO, 2022, p. 78).

Um aspecto positivo observado por Santos (2020) é o aumento da transparência na gestão dos recursos. As plataformas de crowdfunding geralmente exigem prestações de contas detalhadas, o que tem levado muitas organizações religiosas a adotarem práticas mais transparentes em sua administração financeira.

ISBN: 978-65-01-21423-8

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crowdfunding e o financiamento coletivo digital representam uma significativa mudança na forma como as comunidades religiosas brasileiras captam e gerenciam seus recursos. Essas práticas não apenas facilitam a arrecadação de fundos, mas também promovem maior engajamento dos fiéis e transparência nas iniciativas religiosas. No entanto, é importante considerar os desafios éticos e práticos que surgem com essa nova realidade.

Futuros estudos poderiam aprofundar a análise sobre o impacto a longo prazo dessas práticas na estrutura e dinâmica das comunidades religiosas, bem como investigar as diferenças na adoção e sucesso dessas estratégias entre diferentes denominações religiosas no contexto brasileiro.

REFERÊNCIAS

BELLOTTI, Karina Kosicki. **Mídia, religião e história cultural**. Revista de Estudos da Religião, v. 4, n. 4, p. 96-115, 2018.

CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. **Crowdfunding religioso**: novas formas de engajamento e participação. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 35, n. 102, p. 1-18, 2020.

OLIVEIRA, Marcos Rodrigues de. **Financiamento coletivo e projetos religiosos**: um estudo de caso no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021

RIBEIRO, Ana Paula. **Desafios éticos do crowdfunding religioso no contexto brasileiro**. Horizonte, v. 20, n. 61, p. 164-189, 2022.

SANTOS, Lucas Andrade dos. **O impacto das tecnologias digitais na gestão financeira de instituições religiosas**. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SILVA, João Carlos da. **Comunicação digital e arrecadação de fundos em organizações religiosas brasileiras**. Comunicação & Sociedade, v. 41, n. 2, p. 159-184, 2019.

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

A REPRESENTAÇÃO DO SAGRADO NA NOVA ERA DIGITAL

Aylon Carlo de Melo Lagarto[7]
José Fábio Bentes Valente[8]

RESUMO

Este artigo analisa as transformações nas manifestações do sagrado no contexto da virtualidade, tendo como objetivo central compreender as dinâmicas de continuidade e mudança nas tradições religiosas diante dos avanços tecnológicos. A problematização gira em torno de como a virtualidade influencia e modifica as práticas sagradas tradicionais e seus impactos na experiência espiritual dos indivíduos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, fundamentada na análise crítica de fontes acadêmicas existentes, o estudo explorou diferentes perspectivas teóricas sobre a relação entre religiosidade e ambiente digital. A investigação evidencia que a era digital não apenas modificou as formas tradicionais de expressão religiosa, mas também criou espaços para a vivência do sagrado, resultando em uma reconfiguração significativa das práticas espirituais e das comunidades religiosas. Os resultados apontam para uma transformação profunda no campo da religiosidade, caracterizada pela formação de comunidades virtuais, adaptação de rituais tradicionais ao ambiente digital e uma redistribuição da autoridade religiosa. Contudo, observou-se que, apesar da riqueza da espiritualidade digital, a conexão virtual não substitui completamente a experiência presencial e a dimensão corporal das práticas religiosas tradicionais.

PALAVRAS-CHAVE: Sagrado Digital; Ciberespaço Religioso; Práticas Religiosas Virtuais.

1 INTRODUÇÃO

A era digital inaugurou uma nova dimensão de existência onde o sagrado encontra formas inéditas de expressão e vivência. O cenário religioso contemporâneo é marcado por profundas transformações, caracterizadas pelo pluralismo e pela fluidez das filiações religiosas. Neste contexto, as práticas e representações do sagrado transcendem os limites físicos, adentrando um espaço onde o intangível se materializa através de interações mediadas por tecnologia. Esta nova configuração tem proporcionado uma revolução na forma como as pessoas vivenciam e expressam suas crenças, criando um ambiente onde o sagrado se manifesta através de plataformas digitais, redes sociais e comunidades virtuais.

O advento das tecnologias digitais tem transformado significativamente a maneira como as comunidades religiosas se organizam e se comunicam. Segundo Felice (2008), essas

[7]Aluno. Graduando do Curso de Ciências da Religião da Faculdade Boas Novas. E-mail: aylon.lagarto@aluno.fbnovas.edu.br
[8]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

mudanças provocaram uma revolução comunicativa que alterou fundamentalmente a arquitetura do processo informativo, impactando diretamente o senso religioso contemporâneo. As plataformas digitais tornaram-se novos templos e espaços sagrados, onde as pessoas buscam orientação e conexão espiritual. Esta transformação tem possibilitado maior interatividade e comunicação dialógica não presencial, superando as tradicionais barreiras de tempo e espaço que antes limitavam as práticas religiosas.

A problematização deste estudo centra-se na investigação de como a virtualidade influencia e modifica as práticas sagradas tradicionais. Campbell (2010) observa que esta virtualização tem promovido uma descentralização da autoridade religiosa, anteriormente concentrada em líderes e instituições tradicionais. O ambiente digital oferece novas possibilidades para a expressão da fé, permitindo que indivíduos e comunidades adaptem suas tradições espirituais ao contexto virtual. Esta adaptação tem gerado questionamentos sobre a autenticidade das experiências religiosas online e sua capacidade de proporcionar conexões espirituais significativas.

A relevância desta investigação reside na necessidade de compreender as transformações culturais e espirituais decorrentes da era digital. Miklos (2015) alerta que a migração para o mundo virtual implica a integração à esfera hegemônica da reprodução do capital, não sendo um processo neutro. Este fenômeno tem gerado debates sobre os limites entre o sagrado e o profano, a fé e o consumo, a tradição e a inovação. A compreensão destas dinâmicas é fundamental para avaliar o impacto da virtualização nas práticas religiosas contemporâneas e suas implicações para o futuro da espiritualidade.

2 A VIRTUALIZAÇÃO DO SAGRADO

A O ambiente virtual tem se constituído como um novo território para manifestações religiosas, onde plataformas digitais se transformam em espaços sagrados contemporâneos. Segundo Felice (2008), a revolução comunicativa alterou fundamentalmente a arquitetura do processo informativo, impactando diretamente o discernimento religioso contemporâneo. Esta transformação é evidenciada pela migração sistemática das práticas religiosas para o ciberespaço, embora Miklos (2015) alerte que este movimento não pode ser considerado neutro, sendo atravessado pela lógica do capital. A nova configuração do sagrado no ambiente digital tem criado formas inéditas de expressão religiosa.

ISBN: 978-65-01-21423-8

No contexto da virtualização do sagrado, observa-se uma reconfiguração significativa das práticas espirituais tradicionais. Conforme aponta Miklos (2015), o cenário religioso brasileiro vem passando por profundas transformações nas últimas décadas, marcado por uma reconfiguração do sagrado e da espiritualidade. Este novo panorama é caracterizado pelo pluralismo, pela fluidez das filiações religiosas e pela emergência de um "mercado religioso" altamente competitivo. A virtualização tem proporcionado novas formas de experiência religiosa, permitindo que fiéis participem de rituais e celebrações sem as limitações físicas tradicionais.

A era da espiritualidade digital trouxe consigo uma transformação na forma como as pessoas se relacionam com o sagrado. As plataformas de mídia social, blogs, vídeos de mensagens e podcasts tornaram-se os novos templos e espaços sagrados, onde as pessoas buscam orientação e conexão espiritual. Miklos (2015), observa que esta migração para o mundo virtual implica uma integração à esfera hegemônica da reprodução do capital. Esta nova realidade tem gerado debates sobre a autenticidade das experiências religiosas virtuais.

O processo de virtualização do sagrado tem provocado uma revolução na forma como as comunidades religiosas se organizam e se comunicam. Felice (2008), destaca que o atual modelo comunicacional, especialmente com a internet, possibilita maior interatividade e comunicação dialógica não presencial. Esta transformação tem superado as barreiras tradicionais de tempo e espaço, permitindo que as práticas religiosas se adaptem às necessidades contemporâneas. A virtualização tem criado formas de participação e engajamento religioso.

A representação do sagrado no ambiente virtual tem gerado questionamentos sobre a natureza da experiência religiosa. Miklos (2015), argumenta que é necessário considerar que o ciberespaço não é uma entidade neutra, mas uma estrutura tecnológica comunicacional concebida para promover a aceleração do fluxo do capital em escala mundial. Esta realidade tem impactado a forma como as tradições religiosas se adaptam ao ambiente digital, criando novos desafios e oportunidades para a expressão da fé.

O fenômeno da virtualização do sagrado também tem provocado uma reflexão sobre os limites entre o sagrado e o profano no ambiente digital. As comunidades religiosas têm buscado formas de preservar a sacralidade de seus rituais e práticas enquanto se adaptam às novas tecnologias. Miklos (2015), ressalta que esta adaptação deve ser compreendida dentro de um contexto mais amplo de transformações sociais e culturais. A virtualização tem criado paradigmas para a experiência religiosa contemporânea.

ISBN: 978-65-01-21423-8

3 PRÁTICAS RELIGIOSAS NO AMBIENTE DIGITAL

A adaptação das práticas religiosas ao ambiente virtual tem gerado novas formas de ritualidade e experiência espiritual. Campbell (2010), destaca que as comunidades online oferecem suporte emocional e orientação espiritual, complementando as interações presenciais. Este fenômeno tem criado um paradigma na forma como os fiéis vivenciam sua fé, permitindo que as práticas religiosas transcendam as limitações físicas dos templos tradicionais. A virtualização dos rituais tem possibilitado uma maior participação e engajamento dos fiéis, especialmente daqueles que, por diferentes razões, não podem frequentar presencialmente os espaços sagrados.

O ambiente digital tem proporcionado uma democratização do acesso às práticas religiosas. Conforme Matuck (2008), esta virtualização tem promovido uma descentralização da autoridade religiosa, anteriormente concentrada em líderes e instituições tradicionais. As redes sociais e plataformas digitais têm se tornado importantes canais de disseminação de conteúdo religioso, permitindo que diferentes vozes e interpretações religiosas encontrem seu espaço. Esta nova dinâmica tem transformado a relação entre líderes religiosos e seus seguidores.

A transformação das práticas religiosas no ambiente digital tem revelado novos desafios e oportunidades. Miklos (2015), observa que esta virtualização não é um processo neutro, mas está inserido em um contexto mais amplo de transformações sociais e culturais. As comunidades religiosas têm precisado adaptar seus rituais e práticas tradicionais para o formato digital, mantendo sua essência sagrada enquanto aproveitam as possibilidades oferecidas pela tecnologia. Este processo tem exigido uma reflexão constante sobre a autenticidade da experiência religiosa virtual.

O papel das redes sociais na disseminação de práticas religiosas tem se mostrado fundamental. Felice (2008), destaca que as plataformas digitais têm facilitado a formação de comunidades virtuais de fé, onde pessoas com interesses religiosos similares podem se conectar e compartilhar experiências. Esta nova forma de sociabilidade religiosa tem permitido que fiéis de diferentes localidades geográficas participem de celebrações e rituais online, criando uma experiência religiosa global e interconectada.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A virtualização das práticas religiosas tem impactado significativamente a forma como as pessoas expressam sua espiritualidade. Segundo Miklos (2015), o ambiente digital tem proporcionado novas formas de vivência do sagrado, permitindo que as pessoas explorem diferentes aspectos de sua fé através de recursos tecnológicos. As práticas religiosas virtuais têm se adaptado às necessidades contemporâneas, oferecendo flexibilidade e acessibilidade aos fiéis, enquanto mantêm elementos essenciais da tradição religiosa.

O futuro das práticas religiosas no ambiente digital apresenta perspectivas promissoras e desafiadoras. Campbell (2010), sugere que a integração entre tecnologia e religião continuará a evoluir, criando formatos de expressão religiosa e espiritual. As comunidades religiosas precisarão encontrar um equilíbrio entre a preservação de suas tradições e a adaptação às novas possibilidades tecnológicas. Esta evolução constante das práticas religiosas digitais demonstra a capacidade de adaptação e renovação das tradições religiosas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da representação do sagrado na era digital evidencia uma transformação paradigmática nas práticas religiosas contemporâneas. Esta metamorfose não se limita apenas à transposição de rituais para o ambiente virtual, mas representa uma profunda reconfiguração da experiência religiosa em si. Esta virtualização do sagrado está intrinsecamente ligada às dinâmicas do capitalismo digital, onde as expressões religiosas são simultaneamente democratizadas e mercantilizadas. A investigação revela que, embora a tecnologia tenha ampliado o acesso às práticas religiosas, também trouxe consigo questionamentos fundamentais sobre a autenticidade e profundidade das experiências espirituais mediadas digitalmente.

A pesquisa demonstrou que a virtualização das práticas religiosas tem promovido uma significativa descentralização da autoridade religiosa tradicional. Este fenômeno tem resultado em uma pluralização das vozes religiosas e uma democratização do acesso ao conhecimento sagrado. Contudo, está multiplicidade de narrativas e interpretações também tem gerado desafios consideráveis para as instituições religiosas tradicionais, que precisam constantemente reafirmar sua legitimidade em um contexto em que a autoridade religiosa se torna cada vez mais difusa e contestada. A análise crítica deste cenário revela tensões importantes entre tradição e inovação, hierarquia e horizontalidade.

O estudo evidencia que a adaptação das práticas religiosas ao ambiente digital não é um processo neutro ou isento de contradições. A revolução comunicativa digital alterou

ISBN: 978-65-01-21423-8

fundamentalmente as formas de participação e engajamento religioso. No entanto, esta transformação também tem suscitado preocupações sobre a possível superficialidade das experiências religiosas virtuais e a potencial perda de elementos essenciais das tradições religiosas, como a corporeidade dos rituais e a dimensão comunitária presencial. A análise crítica sugere que o desafio atual consiste em encontrar um equilíbrio entre a preservação dos aspectos fundamentais da experiência religiosa e sua necessária adaptação ao contexto digital.

É necessário reconhecer que a virtualização do sagrado tem proporcionado novas possibilidades de expressão e vivência espiritual, especialmente em um mundo marcado por distanciamentos físicos e restrições à mobilidade. Esta mutação tem criado formas inéditas de comunidades religiosas virtuais, transcendendo barreiras geográficas e culturais. No entanto, a análise crítica revela que estas novas formas de socialização religiosa também podem contribuir para o individualismo e para a fragmentação das comunidades religiosas tradicionais, gerando um paradoxo entre conexão global e desconexão local.

Assim sendo, a investigação aponta para a necessidade de uma compreensão mais profunda e crítica das implicações da virtualização do sagrado para o futuro das religiões. É fundamental considerar que o ambiente digital não é apenas um meio neutro de transmissão de conteúdo religioso, mas um espaço que transforma ativamente a natureza das experiências religiosas. A análise sugere que o futuro da religiosidade digital dependerá da capacidade das comunidades religiosas de navegarem criticamente entre as oportunidades e os desafios apresentados pela era digital, mantendo a essência de suas tradições enquanto se adaptam às novas realidades tecnológicas e sociais.

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, H.A. **Religião digital**: Compreendendo a prática religiosa em novos mundos de mídia. 2012, Routledge.

FELICE, Massimo di. **Do Público para as redes**: a comunicação digital e as novas formas de participação social. São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2008.

MATUCK, A. **A Sacralidade Digital**: Mística Tecnológica e a Presença do Sagrado na Rede. Editora, 2008.

MIKLOS, J. **O Sagrado nas Redes Virtuais**: A Experiência Religiosa na Era das Conexões entre o Midiático e o Religioso. V Congresso Internacional de Comunicação e Cultura, São Paulo, 2015.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2007, São Paulo: Cortez.

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

A EFICÁCIA TERAPÊUTICA DA ESPIRITUALIDADE E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA O BEM-ESTAR E A SAÚDE HUMANA

Marileuza Bastos Silva Maciel [9]
Reyth da Cunha Ribeiro [10]

RESUMO

Este artigo analisa a relação entre espiritualidade e saúde física, investigando seus efeitos terapêuticos e benefícios para o bem-estar humano. O objetivo central da pesquisa foi analisar a eficácia terapêutica da espiritualidade sobre a saúde física e seus impactos no bem-estar dos indivíduos. A problematização central questiona se existem evidências científicas que comprovem a eficácia terapêutica da espiritualidade sobre a saúde física e o bem-estar das pessoas. Metodologicamente, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, utilizando artigos, livros, revistas e materiais disponíveis em plataformas digitais. Os resultados alcançados indicam uma significativa correlação entre práticas espirituais e benefícios à saúde, evidenciada principalmente através dos estudos da Neuroteologia, que tem demonstrado alterações positivas na atividade cerebral durante experiências espirituais. A pesquisa também revelou que a espiritualidade atua como importante mecanismo de enfrentamento em situações adversas, proporcionando conforto emocional e contribuindo para uma melhor qualidade de vida. Conclui-se que a integração entre espiritualidade e saúde representa um campo promissor para investigações científicas, com potenciais aplicações terapêuticas.

PALAVRAS-CHAVE: Espiritualidade; Saúde Física; Neuroteologia.

1 INTRODUÇÃO

Pressupor a crença de que o ser humano, nas mais diversas formas de expressar a religiosidade e espiritualidade, seja no enfrentamento do sofrimento, de dor, diante de problemas, ou das pressões sociais, ou ainda devido enfermidades ou circunstâncias internas e externas que podem afetar de forma avassaladora os indivíduos, comprometendo-lhes a saúde emocional, provocando-lhes, o esgotamento físico, mental, inclusive, com o acometimento de outras patologias. Situações estas, que indiquem a necessidade de articular espiritualidade e saúde, por compreenderem aspectos importantes da vida. Poder-se-ia enumerar outras, mas, a partir dessas, levantam-se alguns questionamentos acerca do tema e a possibilidade de pensar o efeito terapêutico da espiritualidade.

[9]Aluno. Graduanda do Curso de Ciências da Religião da Faculdade Boas Novas. E-mail: marileuza.20200942@aluno.fbnovas.edu.br
[10]Orientador. Prof. Dr. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: reyth.ribeiro@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

Historicamente, verifica-se que, nas mais diversas culturas, que se tenha conhecimento, em todas as sociedades, o elemento espiritualidade é evidenciada. O ser humano busca respostas para questões de natureza existencial, sendo a religião uma das formas de encontrar explicações, para o sofrimento, o temor da morte, a busca pela prosperidade, a cura das enfermidades, a harmonia com a natureza, com o próximo e o significado para a vida. Nessa dimensão de espiritualidade, desenvolve-se a prática de orações, rezas, meditações, canções, contemplação da natureza. Hábitos que se fazem presente na humanidade em todos os tempos.

O estudo ora apresentado tem como objetivo, analisar a eficácia terapêutica que a espiritualidade exerce sobre a saúde física e seus benefícios para o bem-estar dos indivíduos. Assim como: descrever e compreender alguns aspectos que contribuem e tornam-se eficazes para a recuperação de pessoas afetadas por alguma enfermidade, ou ainda, como fator de prevenção à saúde. A partir dos conceitos e das situações analisadas; estabelecer relações com a comunidade científica, com o fim de ampliar o conhecimento e abordar novas perspectivas acerca do tema.

Essa pesquisa aborda uma questão de grande importância, que expõe o seguinte problema: Há evidências de que a espiritualidade tem eficácia terapêutica sobre a saúde física e o bem-estar das pessoas? A finalidade dessa pesquisa justifica-se por tratar-se de um tema atual e relevante, que busca contribuir com a saúde e o bem-estar das pessoas, proporcionando-lhes melhor qualidade de vida. Pesquisas recentes, por meio da Neuroteologia tem buscado estudar aspectos terapêuticos da atividade cerebral ligados a espiritualidade dos indivíduos.

Tenciona-se que essa pesquisa possa atrair maior atenção para essa necessidade humana; também, possa produzir um quadro de conhecimento em conformidade com o entendimento de que, mesmo diante de situações desesperadoras e adversas, o ser humano possa encontrar conforto, alento e esperança, vivenciados através da espiritualidade, como uma experiência restauradora, que diminua as tensões da vida e traga sentido à existência, além de oferecer apoio espiritual em momentos difíceis da vida.

Essa pesquisa foi realizada a partir de conteúdos bibliográficos. O material pesquisado foi constituído especificamente de artigos, livros, revistas e materiais disponíveis nas plataformas digitais, na Internet. A metodologia traz uma abordagem qualitativa, por compreender aspectos subjetivos do ser humano, acentuar pontos de observação e investigar o significado que os indivíduos atribuem aos fenômenos humanos ou sociais. Este artigo foi estruturado nos seguintes capítulos: No primeiro, Um Panorama acerca da Espiritualidade Humana, no segundo, Aproximação entre Ciência e Espiritualidade, no terceiro, Espiritualidade

ISBN: 978-65-01-21423-8

e Neuroteologia, no quarto, Neuroteologia no Contexto Científico e no quinto capítulo, Abordagem Científica no campo da Neurociência.

2 UM PANORAMA ACERCA DA ESPIRITUALIDADE HUMANA

A compreensão de que a espiritualidade é uma condição inerente ao ser humano, assinala e amplia o fato de que em sua essência, o homem notadamente vivencia a espiritualidade, como algo que traz sentido à sua existência. A dimensão espiritual se dá a partir das experiências religiosas que o aproximam do transcendente, seja na contemplação da natureza, nas meditações, nos cantos, nas orações, através do pensamento racional ou outra forma de expressão religiosa.

Estudos arqueológicos, antropológicos, históricos, dentre outras ciências, forneceram bases para se perceber a presença da espiritualidade no comportamento humano. Culturas pré-históricas, o homem do Paleolítico, trouxeram evidências dessa condição humana. Perspectivas em torno desse tema trazem a espiritualidade como sentido de vida. Nesse entendimento, é oportuno trazer o que destacam João Bernardino e Lorena Bandeira:

> O homem primitivo, em sua estrutura psicológica, apresenta uma fé viva na natureza e em suas relações com o mundo. Na história evolutiva humana, se observam demonstrações de crenças, evidenciadas através de livros sagrados. Excelente patrimônio, que historiadores e outros especialistas contemporâneos tentam analisar e compreender (Bernadino e Bandeira, 2014, p. 12).

O que se percebe é que o ser humano, de algum modo, sempre busca expressar a realidade da sua espiritualidade. Observa-se isso através das artes, das músicas, das histórias míticas ou outras linguagens simbólicas. Nessa direção é possível observar indícios de espiritualidade no cenário evolutivo do homem. Entre outras possíveis explicações relacionadas a espiritualidade, na Antiguidade, pode se mencionar o pautado por Eliza Alonso, historiadora (2019):

> Hoje, em pleno século 21, a humanidade segue em processo de evolução, em busca do saber que ultrapassa os limites físicos, transcende o Cosmos. Podemos ver uma nova mudança de paradigma, a busca de diversas áreas do saber pela Espiritualidade, a fim de encontrar respostas para os dilemas humanos. Pode haver um diálogo fraterno entre a Ciência e a Espiritualidade (Alonzo, 2019, p. 23).

ISBN: 978-65-01-21423-8

Desde as primeiras civilizações, sempre houve uma busca do homem pelo transcendente, sendo esta uma experiência subjetiva de cada indivíduo. O que se percebe é que essa possa ser uma inclinação natural do ser humano.

Não se pode negar o fato de que em todos os tempos da história, o ser humano precisou lidar com situações de sofrimentos e adversidades, assim como também buscou viver boas experiências, em busca de ressignificar a vida. Percebe-se que a espiritualidade pode ser um caminho para essas experiências positivas que se busca na vida.

3 ESPIRITUALIDADE E NEUROTEOLOGIA

Considera-se que esse assunto continua despertando interesse da possibilidade de uma espiritualidade direcionada para a saúde. Nesse sentido, crê-se que as experiências religiosas podem ser analisadas por meio das bases neurais, com o fim de identificar processos que possam trazer benefícios terapêuticos ou bem-estar, a partir da espiritualidade ou do fervor religioso dos indivíduos.

Havendo maior preocupação com a avaliação dos indivíduos em tratamento clínico, busca-se desenvolver medidas que favoreçam o tratamento e o bem-estar dos que buscam ou estejam em tratamento de saúde, considerando a espiritualidade e a atividade religiosa como elementos que agregam aspectos positivos que contribuem para abrandar a dor e o sofrimento, na medida em que apontam dados favoráveis, nas questões relacionadas a saúde e o bem-estar das pessoas. Na obra Ciência da Religião Aplicada, os autores, Fábio Stern e Matheus Costa, destacam que:

> É importante contextualizar o(a) leitor(a) de que o tema da espiritualidade ou religiões está ganhando cada vez mais evidencia aos profissionais da área de saúde. Pacientes se tornaram mais conscientes e exigentes por novas abordagens de saúde, muitas vezes ligadas a questões entendidas como espirituais ou religiosas (Stern e Oliva, 2018, p. 56).

Diante desses informes, observa-se o empenho e o trabalho da Neuroteologia ou Neurociência Espiritual, em busca de compreender os processos cognitivos, produzidos pelo cérebro no momento da atividade religiosa, utilizando-se de técnicas que explorem a estrutura e o funcionamento cerebral. Sabe-se que, ao modificar a neuroquímica cerebral, por meio do exercício da meditação ou práticas espirituais, estudos, tem mostrado, haver benefícios que oferecem sensação de bem-estar, paz, segurança, assim como também podem reduzir sintomas relacionados a depressão, ao estresse, ansiedade, processo de envelhecimento, dentre outros

ISBN: 978-65-01-21423-8

benefícios relacionados a doenças como o Mal de Parkinson e o Alzheimer, dentre outros.

Nessa direção, acredita-se que a espiritualidade esteja sendo vista como algo bom para o cérebro e para as pessoas. A importância desses estudos que envolvem, o cérebro e as práticas religiosas, podem favorecer a compreensão e a condição humana acerca dessa relação entre saúde e espiritualidade.

Percebe-se que, além da necessidade de acompanhamento clínico para tratar de qualquer doença, e independente de qual seja a crença, avalia-se que nesse processo, a prática da espiritualidade, pode ser considerada como uma força, um mecanismo de apoio que pode trazer mais sentido à vida, que para mais de ajudar no sentido de produzir equilíbrio emocional e mental, proporciona conforto, felicidade e bem-estar, melhorando assim, a capacidade orgânica no enfrentamento de doenças.

4 ABORDAGEM CIENTÍFICA NO CAMPO DA NEUROCIÊNCIA

Avaliar o cérebro no exercício da espiritualidade tem sido um dos esforços da Neurociência. Esse campo de pesquisa que considera uma compreensão mais ampla do ser humano com relação a espiritualidade, iniciou seus estudos com o intuito de compreender o funcionamento cerebral em dimensões psicológicas. Esses estudos serviram de alicerce para as novas descobertas e procedimentos científicos de determinadas áreas cerebrais. De acordo com o professor, Carlos Alexandre Netto:

> A neurociência é uma área multidisciplinar de pesquisa dedicada a desvendar a ação complexa de várias estruturas do sistema nervoso responsáveis pela modulação do comportamento e das reações do indivíduo ao ambiente externo e interno. Apesar de ser uma das áreas mais recentes das ciências da vida, a neurociência se destaca pelo impacto que seu progresso traz para a vida das pessoas, tanto pelo entendimento das funções neurais superiores, normal e patológica, como pelo desenvolvimento de terapêuticas para doenças neurológicas e psiquiátricas (Netto, 2022, p. 45).

Nesse sentido, pode se destacar que a Neurociência considera a possibilidade de estudar de modo mais objetivo as reações cerebrais, durante práticas de espiritualidade. Com o fim de que se possa mensurar se há eficácia dela, para o bem-estar, a qualidade de vida e a saúde humana. O que se pretende por meio desses novos recursos de investigação, é encontrar evidências dos fenômenos que ocorrem no cérebro durante esses eventos místicos ao exercer a espiritualidade.

A Redação da Revista Super Interessante publicou uma matéria, intitulada “Programados para a fé”, onde escreveu: “Imagens do cérebro, obtidas durante sessões de

ISBN: 978-65-01-21423-8

preces e meditação, ajudam a neurologia a desvendar os mistérios que cercam os fenômenos espirituais e indicam que há uma base biológica para a crença humana (Netto, 2022, p. 56).

figura 1: Imagens do cérebro durante oração

Fonte: Época 2008

A tentativa de descrever aspectos da espiritualidade em termos neurológicos tem chamado atenção em campos distintos da ciência. Busca-se compreender algumas particularidades da experiência religiosa, ao considerar os novos mecanismos utilizados pela Neurociência. Os informes apresentados pela Redação da Revista Super Interessante, ainda esclarece que:

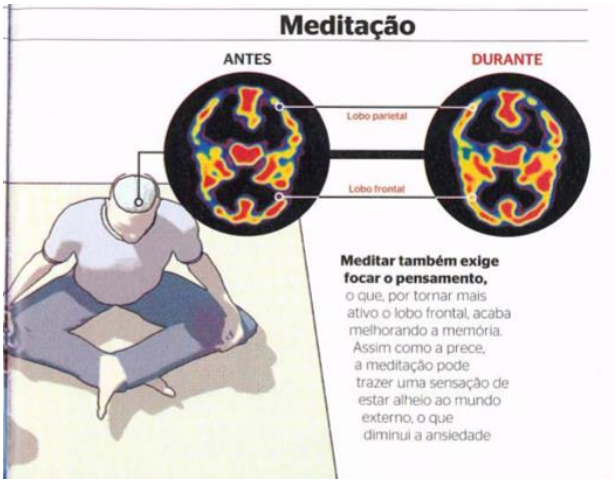
> Várias outras experiências foram realizadas por cientistas de universidades renomadas, como Harvard e Columbia, culminando com uma incursão inédita no território cerebral realizadas por dois pesquisadores da universidade da Pensilvânia, também nos Estados Unidos: O radiologista Andrew Newberg e o psiquiatra Eugene d' Aquili (Super interessante, 2016, digital).

Os estudos apresentados por esses pesquisadores avaliaram o dinamismo cerebral de praticantes budistas em momentos de meditação, assim como, avaliou-se um grupo de freiras pertencentes a uma Ordem Franciscana, em momentos de fervor religioso. Segundo a matéria:

> A maior novidade emergiu das imagens do lobo parietal superior, a área do cérebro localizada na parte de trás do crânio. Constatou-se que, no transcorrer das meditações, a atividade nessa região diminuía gradualmente até ficar praticamente bloqueada no momento de pico, aquele em que o meditador experimenta a sensação de iluminação religiosa. Justamente a mesma área do cérebro que, em estado normal, proporciona ao homem o senso de orientação no espaço e no tempo, bem como a diferenciação entre o indivíduo e os demais seres e coisas (Super Interessante, 2016, digital).

ISBN: 978-65-01-21423-8

Figura2: Imagens do cérebro durante oração



Fonte: Época 2008

De acordo com os escritos, essas experiências mostram que: O que os budistas e as freiras sentiram não é resultado de autossugestão ou de uma doença mental, asseguram os pesquisadores. É algo real, baseado em eventos biológicos nessa direção faz-se necessário destacar o que escreveu o professor (Everaldo Cescon,2011):

A sequência desses estudos chama atenção para uma fisiologia voltada para a espiritualidade do cérebro, onde pode se observar a demonstração das atividades em áreas do encéfalo. Fazendo uma abordagem acerca da anatomia do cérebro, na tentativa de uma aproximação entre as neurociências e as ciências do espírito, a religião e a teologia, ao considerar o processo biológico do desenvolvimento dos indivíduos, após detalhado estudo, Mariano Júnior (2005, p. 79), traz uma contribuição que temos, portanto, "três mentalidades, por meio das quais podemos perceber o mundo e seu Criador de três maneiras diferentes, tendo o cérebro como elegante interface de nosso relacionamento com o mundo da matéria".

Com referência a essas estruturas cerebrais, já conhecidas da ciência, o estudo apresenta: O primeiro, trata-se do cérebro reptiliano, considerado a região mais primitiva do cérebro humano, responsável pela sobrevivência diante da realidade concreta. O segundo, o sistema límbico, região que compreende estruturas cerebrais responsáveis pela aprendizagem, afetividade, memória, comportamentos emotivos. O terceiro, o Neocórtex, a região mais evoluída do cérebro, a camada mais externa. Responsável pela capacidade de pensamento, linguagem, percepção, movimento voluntário, dá o sentido e a ordem de organização.

Cabe aqui, mais uma vez, as palavras de Mariano Júnior (2005), "Possuímos hoje razoável evidência científica de que existem áreas no cérebro humano responsáveis pela

ISBN: 978-65-01-21423-8

geração de uma consciência espiritual ou religiosa, ali instalada pela própria natureza ou por seu Criador. Desse modo, observou-se que, no que se refere a condição humana, em questões terapêuticas, de bem-estar ou saúde, as pesquisas, através da neurociência tem ganhado força e tem muito a contribuir para melhorar a vida das pessoas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão relacional do cérebro humano com as experiências espirituais pode ainda ser um grande desafio para a ciência, entretanto, buscar compreender a complexidade desses eventos, possibilita a pesquisadores e aos estudiosos desse campo científico, considerar a relevância da espiritualidade e sua contribuição diante de circunstâncias e limitações humanas, onde a ciência esteja em busca de outras possíveis explicações, que possam ajudar a amenizar a dor ou o sofrimento, para melhor promover a saúde humana.

Por conseguinte, o estudo da espiritualidade encontra-se documentado em várias pesquisas, evidenciando assim a sua influência na vida das pessoas, independente de suas crenças, e os efeitos positivos e que ela pode gerar na vida dos indivíduos. O ser humano busca experimentar novas maneiras de enfrentar as desesperanças da vida, deseja livrar-se da ansiedade, dos medos, das doenças, assim como, também, deseja encontrar alívio e paz. Pode a espiritualidade, ser a chave terapêutica, o fortalecimento que vai melhorar a condição humana com relação ao bem-estar e a saúde, inclusive encontrar sentido para a própria existência.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE NETTO, Carlos. **A neurociência em nosso cotidiano** - Revista. Revistacienciaecultura.org.br. Vol.74, n.4.2022. Disponível em: https://revistacienciaecultura.org.br/?artigos=a-neurociencia-em-nosso-cotidiano.

ALONSO, Elisa**. A ligação entre religiosidade e ciência na antiguidade**.2019. Boavontade.com. Disponível em: https://www.boavontade.com.br. Acesso em: 22 abril.2024.

BATISTA, Leonardo Augusto. **Neuroteologia**: fundamentos e perspectivas. 2018. 63 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo. Bioquímica Brasil; Neuroquímica: Intersecção entre Bioquímica e Neurociência. 2021. Disponível em: https://bioquímicabrasil.com/2021/09/18/2829/. Acesso em: 13 setembro.2023.

CAIUSCA, Alana. **Designação científica do homem moderno**. Educa Mais Brasil. 22.07.2020. Disponível em:https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/biologia/homo-sapiens. Acesso em: 02 julho. 2024.

ISBN: 978-65-01-21423-8

CAZAROTTO, José Luiz. **Ciências Biológicas, Neurociências e Religião**. Compêndio de Ciência da Religião/João Décio Passos, Frank Usarksi (organizadores): São Paulo. Paulinas: Paulus, 2013.

CESCON, Everaldo. **Neurociência e Religião**: As pesquisas neurológicas em torno da experiência religiosa. Telecomunicação, Porto Alegre, v.41. n°.2 p.293 – 314 – jul./dez.2011.Disponível em: https://revistaseletrônicas.pucrs.br. Acesso em: 17 junho.2024.

CREMEPE; BERGEL, Mariana. **Fé influencia na Saúde**. 04.05.2007. CRM-PB. https:crmpb.org.br.> Artigos.

MARIANO JÚNIOR, Raul. **As novas descobertas da neurociência a respeito da fé humana**. Raul Marino Junior. São Paulo: Editora Gente, 2005.

MORAIS, Jomar/ MAROJA, Rodrigo. **Super Interessante**. Super.abril.com.br/ciência/programado-para-a-fe/mobile. Por: Da Redação. Publicado em: 31/07/2002, 224. Atualizado em: 31/10/2016.

Organização Pan-Americana da Saúde; Indicadores de Saúde: Elementos Conceituais e Práticos. Washington. D.C.: OPAS: 2018. Disponível em: https://www3.paho.org/hq/index.php?option=com_docman&view=download&category_slug=health-analysis-metrics-evidence-9907&alias=45251-indicadores-saude-elementos-conceituais-e-praticos-251&Itemid=270&lang=pt. Acesso em: 04 março.2022.

SAAD, Marcelo; MEDEIROS, Roberta de. **Espiritualidade e Saúde**. TJDFT.https//www.tjdft.jus.br Acesso em: 28 março. 2024.

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

A MENSAGEM BÍBLICA NA WEB ESPAÇO: A MANIPULAÇÃO DAS HOMILIAS PELOS HATERS

José Vicente Pereira Carneiro[11]
José Fábio Bentes Valente[12]

RESUMO

O presente trabalho examina o fenômeno da manipulação de homilias por haters no ambiente digital, analisando como a disseminação da mensagem bíblica no ciberespaço é afetada por distorções mal-intencionadas. O objetivo é compreender as dinâmicas desse fenômeno e suas implicações para a prática religiosa contemporânea. A metodologia empregada consiste em uma revisão bibliográfica abrangente, analisando estudos sobre religião digital, cibercultura e comportamento online. Os resultados indicam que as principais estratégias utilizadas pelos haters na manipulação das homilias. Essas táticas, amplificadas pela velocidade de disseminação no ambiente digital, representam desafios significativos para a integridade da mensagem religiosa online. Conclui-se que para enfrentar esses desafios, é necessária a adoção de estratégias robustas de comunicação digital e ações positivas no campo da educação e diálogo respeitoso a fim de preservar a autenticidade da mensagem bíblica no ciberespaço.

PALAVRAS-CHAVE: Ciberespaço. Homilias. Manipulação. Haters. Religião digital.

1 INTRODUÇÃO

O advento da internet e a ascensão do ciberespaço revolucionaram a forma como as mensagens religiosas são disseminadas e recebidas. Este artigo examina um fenômeno crescente neste contexto: a manipulação de homilias por "haters" no ambiente digital, uma vez que as experiências religiosas se tornam cada vez mais imersivas online, razão pela qual é crucial compreender as dinâmicas que envolvem a propagação e a distorção da mensagem bíblica na web espaço.

A transformação digital da comunicação religiosa oferece oportunidades sem precedentes para a evangelização e o engajamento espiritual. Campbell (2021), destaca como as comunidades religiosas têm adotado tecnologias digitais para expandir seu alcance e criar novas formas de conexão entre fiéis. No entanto, essa expansão para o domínio digital também

[11]Aluno. Graduando do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: jose.20220073@aluno.fbnovas.edu.br
[12]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

expõe as mensagens religiosas a novos riscos e desafios, incluindo a manipulação maliciosa por indivíduos ou grupos com intenções hostis.

O fenômeno dos *Haters* no contexto religioso online representa uma manifestação específica de um problema mais amplo de desinformação e discurso de ódio na internet. Estes indivíduos ou grupos frequentemente visam distorcer, descontextualizar ou ridicularizar mensagens religiosas, potencialmente minando a fé de crentes e alimentando conflitos interreligiosos. Helland (2012), observa que a natureza aberta e anônima do ciberespaço pode exacerbar tais comportamentos, criando desafios únicos para a manutenção da integridade das mensagens religiosas.

A manipulação de homilias no ambiente digital levanta questões importantes sobre autenticidade, autoridade e interpretação no contexto da fé online. Campbell (2021) argumenta que a fluidez e a maleabilidade das informações digitais desafiam as noções tradicionais de texto sagrado e interpretação autorizada. Isso cria um cenário complexo onde as fronteiras entre expressão legítima de fé, debate teológico e manipulação maliciosa podem se tornar nebulosas. Este artigo busca explorar as múltiplas facetas desse fenômeno, examinando suas origens, manifestações e impactos potenciais na prática religiosa contemporânea.

Ao fazer isso, pretende-se não apenas iluminar um desafio significativo para a comunicação religiosa na era digital, mas também contribuir para o desenvolvimento de estratégias eficazes para preservar a integridade da mensagem bíblica no ciberespaço. Como Hoover e Echchaibi (2014), sugerem, a compreensão dessas dinâmicas é essencial para navegar os "terceiros espaços" da religião digital, onde novas formas de expressão e experiência espiritual estão continuamente emergindo.

2 O CIBERESPAÇO COMO NOVO PÚLPITO: TRANSFORMAÇÕES E DESAFIOS

O ciberespaço emergiu como uma nova fronteira para a disseminação da mensagem bíblica, trazendo consigo transformações significativas na forma como as homilias são apresentadas e recebidas. Lévy (1999), destaca que a cibercultura alterou profundamente as formas de comunicação, interação e produção de conhecimento, incluindo o âmbito religioso. Essas mudanças oferecem oportunidades sem precedentes para a evangelização, mas também apresentam desafios únicos. A capacidade de alcançar audiências globais instantaneamente, transcendendo barreiras geográficas e temporais, revolucionou a propagação da fé. No entanto,

ISBN: 978-65-01-21423-8

essa mesma acessibilidade também expõe as mensagens religiosas a uma variedade de interpretações e, potencialmente, a distorções mal-intencionadas.

Martino (2016), observa que a mídia digital tem reconfigurado a relação entre religião e sociedade, criando espaços para experiências religiosas. Essa reconfiguração se manifesta na forma de igrejas virtuais, cultos online, grupos de estudo bíblico em redes sociais e uma miríade de aplicativos e plataformas dedicadas à fé. Tais inovações permitem uma participação religiosa mais flexível e personalizada, atendendo às necessidades de uma sociedade cada vez mais conectada e móvel. Contudo, essa abertura também expõe as mensagens religiosas a interpretações diversas e, por vezes, maliciosas. A facilidade de acesso e compartilhamento de informações no ambiente virtual torna as homilias vulneráveis à manipulação por indivíduos mal-intencionados, os chamados *haters*.

A transformação do púlpito tradicional para o virtual não apenas amplia o alcance da mensagem, mas também altera fundamentalmente a dinâmica da comunicação religiosa. No ciberespaço, a interação entre o pregador e a congregação torna-se mais imediata e bidirecional. Comentários em tempo real, compartilhamentos e reações instantâneas criam um ambiente de engajamento contínuo que pode enriquecer a experiência religiosa. No entanto, essa mesma instantaneidade pode também facilitar a propagação rápida de interpretações errôneas ou críticas infundadas, exigindo dos líderes religiosos uma vigilância constante e uma capacidade de resposta ágil.

A natureza do ciberespaço como um ambiente aberto e democrático apresenta tanto oportunidades quanto riscos para a disseminação da mensagem bíblica. Por um lado, permite que vozes diversas contribuam para o diálogo religioso, enriquecendo a compreensão coletiva da fé. Por outro, essa abertura pode levar à proliferação de interpretações conflitantes e potencialmente prejudiciais. A ausência de *gatekeepers* tradicionais no ambiente digital significa que qualquer indivíduo pode se apresentar como uma autoridade religiosa, desafiando as estruturas hierárquicas estabelecidas e potencialmente minando a integridade da doutrina.

O desafio da autenticidade e credibilidade torna-se particularmente agudo no ciberespaço. A facilidade com que informações podem ser manipuladas ou fabricadas no ambiente digital cria um terreno fértil para a disseminação de falsas doutrinas ou interpretações distorcidas das escrituras. Isso exige dos fiéis um nível elevado de discernimento e alfabetização digital para navegar o vasto oceano de conteúdo religioso online. Para os líderes religiosos, surge a necessidade de não apenas pregar, mas também de educar suas congregações sobre como avaliar criticamente as informações encontradas no ambiente virtual.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A personalização da experiência religiosa, facilitada pelas tecnologias digitais, representa outra transformação significativa. Algoritmos de recomendação e feeds personalizados permitem que os usuários customizem sua exposição a conteúdos religiosos, potencialmente criando "bolhas" de informação que reforçam crenças existentes. Enquanto isso pode aprofundar o engajamento individual com a fé, também corre o risco de fragmentar comunidades religiosas e limitar a exposição a perspectivas diversas. Esse fenômeno desafia as noções tradicionais de comunidade e congregação, exigindo novas abordagens para manter a coesão e o senso de pertencimento entre os fiéis.

A globalização da mensagem religiosa através do ciberespaço traz consigo o desafio da contextualização cultural. Homilias e ensinamentos que ressoam em um contexto cultural podem ser mal interpretados ou mesmo ser recebidos como ofensivos. Isso exige dos comunicadores religiosos uma sensibilidade intercultural aguçada e a capacidade de adaptar suas mensagens para audiências globais diversas, sem comprometer a essência de seus ensinamentos. Além disso, a tradução e localização de conteúdos religiosos tornam-se cruciais para garantir que a mensagem seja acessível e compreensível para comunidades linguísticas variadas.

Por fim, o ciberespaço como novo púlpito levanta questões éticas e legais complexas. A linha entre evangelização e assédio online pode ser tênue, e as práticas de coleta e uso de dados pessoais para fins de proselitismo digital levantam preocupações sobre privacidade e consentimento. Ademais, a regulação do discurso religioso online varia significativamente entre jurisdições, criando um panorama legal complexo para organizações religiosas que operam globalmente. Navegar essas águas requer não apenas sabedoria espiritual, mas também uma compreensão sofisticada das implicações éticas e legais da presença religiosa no ambiente digital.

3 A ATUAÇÃO DOS HATERS E SUAS ESTRATÉGIAS DE MANIPULAÇÃO

Os *Haters* têm se tornado uma presença cada vez mais notória no cenário digital religioso, representando um desafio significativo para a disseminação da mensagem bíblica no ciberespaço. Karnal e Melo (2017), definem os "haters" como indivíduos que utilizam a internet para disseminar ódio, críticas destrutivas e negatividade, frequentemente de forma anônima. Suas motivações, segundo os autores, incluem a busca por atenção e a necessidade de se sentirem superiores aos outros. Esse comportamento, quando direcionado às homilias e

ISBN: 978-65-01-21423-8

mensagens religiosas, pode ter um impacto profundo na percepção pública da fé e na coesão das comunidades religiosas online.

As estratégias empregadas pelos "haters" para manipular homilias são diversas e sofisticadas, demonstrando um conhecimento aprofundado das dinâmicas do ambiente digital. Entre as táticas mais comuns, destacam-se a descontextualização de passagens bíblicas, a edição maliciosa de conteúdos e a propagação de informações falsas. Essas abordagens visam deturpar a mensagem original, gerando confusão entre os fiéis e, em casos mais graves, promovendo a intolerância religiosa. A facilidade de compartilhamento e a velocidade de propagação de informações no ambiente digital amplificam o alcance e o impacto dessas manipulações, tornando-as particularmente perigosas.

Foucault (2009), argumenta que o discurso é uma forma de exercer poder sobre os outros, uma perspectiva que se aplica de maneira significativa à atuação dos "haters" no contexto religioso online. Ao distorcer as homilias, esses indivíduos não estão apenas expressando opiniões divergentes, mas estão ativamente tentando moldar a percepção pública sobre a religião e seus líderes. Essa manipulação do discurso religioso pode ter consequências profundas, afetando não apenas a compreensão individual da mensagem bíblica, mas também a coesão das comunidades religiosas e, em casos extremos, atraindo a atenção da mídia e até mesmo do Estado que poderá realizar persecução administrativa, cível e penal contra os líderes religiosos, uma vez que a interpretação das leis sempre tem uma carga enorme de subjetivismo pessoal da autoridade pública.

A descontextualização de passagens bíblicas é uma das estratégias mais comuns e eficazes utilizadas pelos *Haters*. Ao isolar versículos ou frases de seu contexto original, esses indivíduos podem atribuir significados completamente diferentes às escrituras, muitas vezes com o objetivo de ridicularizar ou desacreditar as crenças religiosas. Essa tática se beneficia da tendência de muitos usuários de redes sociais de consumir informações de forma rápida e superficial, sem buscar aprofundamento ou verificação. Como resultado, interpretações distorcidas podem se espalhar rapidamente, causando confusão e potencialmente abalando a fé de indivíduos menos familiarizados com as escrituras.

A edição maliciosa de conteúdos representa outra ferramenta poderosa no arsenal dos "haters". Com o avanço das tecnologias de edição de áudio e vídeo, tornou-se relativamente simples manipular gravações de sermões ou palestras religiosas para alterar seu significado ou apresentar os oradores de maneira negativa. Essas edições podem variar desde cortes seletivos que removem contextos importantes até manipulações mais sofisticadas que alteram

ISBN: 978-65-01-21423-8

completamente o conteúdo original. A disseminação desses conteúdos editados pode danificar seriamente a reputação de líderes religiosos e minar a confiança dos fiéis nas instituições religiosas.

A propagação de informações falsas, ou *Fake News*, é talvez a estratégia mais perigosa empregada pelos "haters" no contexto religioso online. Aproveitando-se da rapidez com que as informações se espalham nas redes sociais, esses indivíduos frequentemente criam ou compartilham notícias falsas sobre figuras religiosas, doutrinas ou eventos relacionados à fé. Essas informações falsas podem variar desde rumores infundados até elaboradas teorias conspiratórias, todas projetadas para semear dúvidas, promover divisões ou incitar o ódio contra grupos religiosos específicos. O combate a essa desinformação representa um desafio significativo para as comunidades religiosas na era digital.

O impacto dessas estratégias de manipulação vai além do âmbito individual, podendo afetar significativamente as dinâmicas sociais e até mesmo as políticas públicas. Em casos extremos, a manipulação persistente de homilias e a disseminação de ódio contra grupos religiosos podem levar a um aumento da intolerância religiosa na sociedade em geral. Isso pode resultar em tensões sociais, conflitos entre comunidades e, em alguns casos, como dito anteriormente, até mesmo em intervenções estatais para regular o discurso religioso online. A atenção da mídia a esses fenômenos pode amplificar ainda mais seus efeitos, potencialmente influenciando negativamente a percepção pública da religião de maneiras profundas e duradouras.

Para enfrentar esses desafios, é crucial que as comunidades religiosas desenvolvam estratégias robustas de comunicação digital e educação midiática. Isso pode incluir a formação de equipes dedicadas à verificação de fatos e ao combate à desinformação, o desenvolvimento de programas de alfabetização digital para os fiéis, e a promoção de diálogos abertos e respeitosos online. Além disso, é importante que os líderes religiosos estejam preparados para responder rapidamente e deforma transparente às distorções de suas mensagens, aproveitando as mesmas plataformas digitais para esclarecer mal-entendidos e reafirmar os verdadeiros ensinamentos de sua fé. Somente através de esforços combinados e contínuos será possível mitigar o impacto negativo dos *Haters* e preservar a integridade da mensagem religiosa no ambiente digital.

ISBN: 978-65-01-21423-8

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A manipulação de homilias por "haters" no ciberespaço representa um desafio significativo para a comunicação religiosa na era digital. Este fenômeno não apenas ameaça a integridade da mensagem bíblica, mas também pode contribuir para a propagação da intolerância religiosa e a polarização social. Nessa seara, a facilidade com que conteúdos podem ser descontextualizados, editados maliciosamente e disseminados rapidamente no ambiente online cria um terreno fértil para a distorção de ensinamentos religiosos, razão pela qual essa realidade exige uma resposta proativa e multifacetada das comunidades religiosas, que devem adaptar-se às dinâmicas do mundo digital sem comprometer seus valores fundamentais.

Para enfrentar esse desafio, é crucial que líderes religiosos e comunidades de fé desenvolvam estratégias eficazes de comunicação digital, priorizando a clareza e a contextualização adequada das mensagens. Isso pode incluir o uso de tecnologias avançadas para proteger a integridade dos conteúdos, como marcas d'água digitais ou sistemas de verificação de autenticidade. Além disso, a criação de plataformas confiáveis e verificadas para a disseminação de conteúdo religioso pode ajudar a estabelecer fontes autorizadas em meio ao ruído digital. A colaboração entre diferentes denominações e tradições religiosas também pode ser valiosa na construção de uma frente unida contra a manipulação e a desinformação.

A educação digital e o desenvolvimento do pensamento crítico entre os fiéis também são fundamentais para mitigar os efeitos nocivos da manipulação online. O papel das plataformas de mídia social e dos motores de busca nesse cenário não pode ser subestimado. Estas empresas devem ter suas responsabilidades nesse contexto, desenvolvendo a implementando políticas eficazes para combater a desinformação e o discurso de ódio direcionado a grupos religiosos.

Pesquisas interdisciplinares que combinem insights da teologia, ciências da comunicação, psicologia e ciência da computação serão particularmente valiosas para a melhor compreensão das variáveis envolvidas. Em última análise, o desafio da manipulação de homilias no ciberespaço é um reflexo das tensões mais amplas entre tecnologia, fé e sociedade. Abordar esse problema requer não apenas soluções técnicas, mas também uma reflexão profunda sobre o papel da religião na era digital e as responsabilidades éticas que acompanham a comunicação religiosa online.

ISBN: 978-65-01-21423-8

REFERÊNCIAS

CAMPBELL, Heidi A. **Digital Religion**: Understanding Religious Practice in New Media Worlds. London: Routledge, 2ª edição, 2021.

DAWSON, Lorne L.; COWAN, Douglas E. (Eds.). **Religion Online**: Finding Faith on the Internet. New York: Routledge, 1ª edição, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Ordem do Discurso**. 14. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009. KARNAL, Leandro; MELO, Fábio de. Crer ou Não Crer. É possível conciliar fé e razão? São Paulo: Planeta, 2017.

HELLAND, Christopher. **Digital Religion**. In: POSSAMAI, Adam (Ed.). Handbook of Hyper-real Religions. Leiden: Brill, 2012. p. 227-244.

HOOVER, Stewart M.; ECHCHAIBI, Nabil (Eds.). **Finding Religion in the Media**: Work in Progress on the Third Spaces of Digital Religion. Boulder: Center for Media, Religion, and Culture, University of Colorado Boulder, 2014.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

A IGREJA CIBER ELETRÔNICA: O USO DAS PLATAFORMAS DIGITAIS NA IGREJA SARA NOSSA TERRA

Antônia Souza do Nascimento Dantas[13]
José Fábio Bentes Valente[14]

RESUMO

O presente estudo examina o uso estratégico das plataformas digitais pela Comunidade Sara Nossa Terra, uma igreja neopentecostal brasileira, analisando sua expansão e alcance através das mídias digitais. O objetivo central da pesquisa é analisar como esta instituição religiosa utiliza as ferramentas digitais para ampliar seu alcance, engajar seus membros e disseminar sua mensagem no cenário religioso contemporâneo, investigando as estratégias de comunicação digital empregadas. A problematização parte do questionamento sobre como uma igreja neopentecostal brasileira adapta e utiliza as plataformas digitais para expandir sua presença e manter o engajamento de seus membros no contexto religioso atual, bem como quais são as estratégias e ferramentas digitais empregadas para alcançar esses objetivos. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa bibliográfica com análise de conteúdo, examinando as plataformas digitais da igreja (website, redes sociais, aplicativos móveis), literatura acadêmica sobre religião e mídia digital, documentos institucionais e estudos sobre comunicação religiosa digital. Os resultados obtidos permitiram identificar as principais estratégias digitais utilizadas pela igreja, mapear as ferramentas e plataformas mais efetivas, analisar o impacto das mídias digitais no engajamento dos membros, compreender os métodos de disseminação de mensagens religiosas e avaliar a eficácia das estratégias de comunicação digital empregadas pela instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Sara Nossa Terra. Plataformas Digitais. Tecnologia e Religião.

1 INTRODUÇÃO

No período da pandemia (COVID 19), muitos órgãos e instituições precisaram se adequar às medidas preventivas governamentais, impostas pelos Governos Federal/Estadual. O mundo passou por mudanças, trazendo uma nova realidade global: os teletrabalhos; atividades *home office*; shows através de lives; cursos on-line, antes oferecidos somente na modalidade presencial; colação de grau, em nível superior, de forma virtual, nas Universidades; reuniões empresariais feitas pelo google *meet* e outras plataformas digitais entre outras.

[13]Aluno. Graduanda do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: antonia.20230490@aluno.fbnovas.edu.br
[14]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

No âmbito religioso, muitas igrejas deixaram de ter suas reuniões hodiernas e passaram a utilizar as ferramentas tecnológicas, a fim de dar prosseguimento às missas e cultos, agora de forma virtual.

Com relação as plataformas sociodigitais, afirma Moisés Sbardelotto: “Surge uma nova organização religiosa a partir das redes comunicacionais que se constituem em plataformas sociodigitais, o que aponta para uma autonomização crescente dos indivíduos religiosos perante as práticas e as identidades religiosas” (SBARDELOTTO, 2016, p. 299).

No contexto eclesiástico, surge a seguinte problematização: como estão sendo utilizadas as plataformas digitais: tik tok, youtube, facebook, instagram, etc., nas igrejas neopentecostais, especificamente na Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra? Diante da relevância e viabilização dessa temática, mesmo com o fim das medidas preventivas, após a pandemia, as ferramentas tecnológicas ainda se mostram atualmente de grande importância, a fim de alcançar os membros enfermos ou àqueles que por algum motivo não podem assistir às reuniões presenciais.

Assim sendo, fez-se necessário uma pesquisa que tem como objetivo apontar como estão sendo utilizadas as plataformas digitais pela Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra para alcançar seus fiéis e propagar o evangelho de Jesus Cristo.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE SARA NOSSA TERRA

A história da Comunidade Evangélica Sara Nossa Terra, que veremos a seguir, foi uma pesquisa feita no site oficial da referida Comunidade, cujo endereço eletrônico encontra-se nas referências bibliográficas. A Igreja Sara Nossa Terra nasceu de um momento divino, em que o estudante universitário, Robson Rodovalho, orava e rogava ao Senhor que lhe mostrasse um caminho para seguir na vida. (Rodovalho, 2020).

Na ocasião, meados dos anos 70, Rodovalho cursava física, na Universidade Federal de Goiânia (GO). Ali mesmo, em Goiânia, ele criou um espaço destinado a reunir jovens que traziam no coração as mesmas inquietações que tomavam seus sentimentos e suas reflexões. Eram angústias, dúvidas e expectativas de um grupo que buscava, principalmente, alimento para o espírito.

Juntos, esses jovens mergulhavam nas Escrituras à procura do que seria sua verdadeira interpretação, a mensagem que lhes trouxesse paz, força e lhes sinalizasse caminhos para a vida. Esse era o propósito daquele grupo, que deu ao espaço o nome de Comunidade Evangélica de

ISBN: 978-65-01-21423-8

Goiânia. Eis aí a semente que germinaria, mais de uma década depois, como um ministério seguido por milhares de fiéis. Rodovalho orava incessantemente. Pedia ao Senhor que lhe revelasse o caminho da vida, sua missão, as fontes da paz que necessitava para sua existência e para apaziguar, também, aqueles que o seguiam (Rodovalho, 2020).

Eis que, em resposta à súplica, surgiu-lhe à frente a revelação, seu caminho e missão de vida, tal qual a passagem de II Crônicas 7:14: "Se o meu povo, que se chama pelo meu nome, se humilhar, e orar, e buscar (…), então eu ouvirei dos céus, e perdoarei os seus pecados e sararei a sua terra".

A mensagem divina chegará quando Robson lecionava na Universidade Federal de Goiás e já havia casado com aquela que seria sua companheira por toda a vida, Maria Lúcia. Essa passou a ser a palavra de união em torno da Comunidade Evangélica. E, anos depois, em 1992, essa mesma revelação levou o casal a Brasília.

Na capital federal o casal, Robson e Maria Lúcia Rodovalho, estruturou as células eclesiásticas iniciais do trabalho que ali começavam. Foi com essa base que fizeram crescer o nome do ministério e, em 1994, inauguraram a primeira igreja Sara Nossa Terra na capital federal, no Setor Sudoeste. Além do nome, a igreja inaugural apresentava o símbolo da chama. Símbolo que seria o guia dos fiéis a partir dali.

Hoje, passados mais de 20 anos, a chama acesa em Brasília alcançou os quatro cantos do Brasil, países da América do Sul, Estados Unidos. Países da Europa Ocidental e do norte da África. Ao redor do mundo, a SNT chega a mais de 1.080 igrejas e mais de 1,3 milhão de fiéis. A sede mundial do Ministério fica em Brasília, com sedes regionais para a América do Sul, em Neuquén, na Argentina; em Atlanta, para os Estados Unidos; em Lisboa, para a Europa. Para chegar a esses milhares de membros, a Sara construiu uma ampla estrutura de comunicação, que hoje conta com: emissora e retransmissoras de TV (Rede Gênesis), rádios (Rede Sara Brasil), Editora (Sara Brasil Produções e Edições), além de uma gravadora gospel (Sara Music).

3 ESTRUTURA DE COMUNICAÇÃO PRÓPRIA

No tempo presente segundo o próprio site oficial da comunidade Sara Nossa Terra (2024), sua estrutura de comunicação é composta por:

A TV GÊNESIS: Maior rede gospel do país. A emissora chega a 200 cidades distribuídas por 20 estados brasileiros. Seu sinal alcança, também, a Argentina, Portugal e países da África.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A REDE SARA BRASIL FM: Está presente em nove capitais do país, com programação baseada na Palavra de Deus, prestação de serviços e para entretenimento.

A SBE PRODUÇÕES: A Sara Brasil Edições e Produções foi criada em 1998 com o objetivo primeiro de atender à necessidade de levar conhecimento e mensagens de caráter religioso ao público interno. Esse propósito rapidamente evoluiu, com ampliação do público para o segmento evangélico e, posteriormente, com a diversificação temática, que passou a abranger, além dos princípios da fé e da palavra de Deus, questões ligadas aos relacionamentos humanos, à origem de problemas emocionais e espirituais, aos efeitos e às formas de recuperação diante das perdas. Ao desenvolvimento da liderança e, mais recentemente, a o encontro entre a ciência e a fé.

A SARAMUSIC: Essa gravadora nasceu em 2006. Inicialmente era voltada para os talentos do próprio Ministério. Hoje tem um portfólio diversificado de repertório rico em estilos. O casting da SARAMUSIC conta, por exemplo, com as bandas Arena Louvor, Stone, além dos cantores Bispo Rodovalho e Hélio Borges.

Fazendo um comparativo entre Televisão e Rádio, o bispo Rodovalho afirma:

> Um fato curioso é, que comparativamente, é muito mais difícil conseguir um canal de TV do que uma frequência de rádio. Em nossa história, a rádio foi um desafio maior, não pela falta de oferta de frequência, nem por questões legais. O desafio foi político. Essa experiência me deu uma dimensão da lógica da política do nosso país que eu não tinha. Isso me ajudou a tomar a decisão de entrar para a política (RODOVALHO, 2020, p. 267).

A SARAPLAY: É um serviço de streaming da Sara Nossa Terra disponível para PCs, smartphones e tablets nas plataformas IOS e Android. Com conteúdo como palavras, vídeos e filmes produzidos pelo núcleo de mídia da igreja. A Comunidade Sara Nossa Terra também possui o Projeto Social: Parceiros de Deus. Esse é o projeto da Sara por meio do qual são investidos os recursos que a igreja recebe como doação de seus membros. O principal objetivo dos investimentos é sustentar a multiplicação do Reino de Deus, por meio da expansão das redes de Rádio e Televisão do Grupo Sara, além de criar, implantar e sustentar projetos voltados para atender as necessidades da população carente.

Hoje, a base da obra social inclui apoio à novas igrejas Sara, creches, distribuição de cestas básicas, além do Projeto Pequeninos, voltado para o atendimento à população de renda mais baixa nas comunidades em que a Sara atua.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Em seguida, veremos uma entrevista, por meio do *whatsapp*, com um membro da Comunidade Sara Nossa Terra, do estado de São Paulo, no qual, para a entrevistadora será utilizada a letra **E,** e para o irmão entrevistado será utilizado a letra **S**.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de carreira é uma ferramenta essencial para aqueles que desejam crescer profissionalmente dentro de uma organização, é um método que motiva o colaborador a se desenvolver e alcançar seus objetivos profissionais. Diante de um mercado que forma cada vez mais talentos e organizações que os recrutam para gerar vantagem competitiva, estar atento a esses avanços é essencial para as empresas.

Muitas organizações se mantêm focadas em desenvolver seus colaboradores, pois quando eles sentem que a empresa está investindo no seu desenvolvimento, que há um comprometimento da parte da empresa com o colaborador, os mesmos se sentem motivados e a meta da empresa se torna a meta do colaborador. Estabelecer um plano de carreira torna o conceito mais concreto e, acessível para o funcionário. Traçar o curso fornece indicadores claros e um plano de ação para o crescimento e desenvolvimento da carreira. O caminho da carreira requer envolvimento ativo tanto do funcionário quanto do empregador.

Reservar um tempo para investir no caminho da carreira é uma excelente maneira para os empregadores demonstrarem um interesse genuíno nas capacidades profissionais de sua força de trabalho por resultados que sejam mutuamente benéficos para a empresa e o funcionário. É uma estratégia lógica para aumentar o engajamento, produtividade e retenção enquanto cultiva uma cultura de trabalho desejável. Um dos principais benefícios do planejamento de carreira é a capacidade de tomar decisões mais estratégicas. Perguntas como Quais projetos devo fazer? Que oferta de emprego devo aceitar e Quais cursos devo fazer? tudo isso pode ser respondido com um plano de carreira bem estruturado. Com um plano de carreira, você não está apenas jogando para o alto e vendo o que consegue pegar, mas apontando um dardo certeiro a cada movimento que você faz.

As grandes organizações já fornecem seus planos de carreira e devido a isso não costumam contratar pessoas externas para cargos de supervisão, gerência e para alta gestão a não ser que não consigam colaboradores que se enquadrem na vaga oferecida. Dão preferência para seus colaboradores que vão crescendo dentro da instituição até alcançar o nível mais alto disponibilizado pela empresa.

ISBN: 978-65-01-21423-8

REFERÊNCIAS

RODOVALHO, Robson. **Minha vida, uma chama:** a autobiografia. Brasília: Sara Brasil, 2020.

SBARDELOTTO, Moisés. **Comunicar a fé: por quê? Para quê? Com quem?** Petrópolis: Vozes, 2020.

SARA NOSSA TERRA. Disponivel em: https://saranossaterra.com.br/nossa-historia/. Acesso em: 17 Ago. 2024.

NASCIMENTO, da Silva; COSTA, Lauro Machado. O pastor de Internet e a Midiatização Digital da Religião. **Tropos**: Comunicação, Sociedade e Cultura. Disponível em: https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4522. Acesso em: 25 ago. 2024.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

FUNDAMENTALISMO DIGITAL: OS RISCOS DA RADICALIZAÇÃO RELIGIOSA EM AMBIENTES VIRTUAIS

Gunter Dabela Corrêa[15]
José Fábio Bentes Valente[16]

RESUMO

O presente estudo analisa o impacto dos influenciadores digitais cristãos na formação doutrinária dos fiéis no contexto brasileiro contemporâneo. O objetivo da pesquisa é compreender como a emergência destes novos atores no cenário religioso tem afetado as estruturas tradicionais de autoridade teológica e os processos de transmissão do conhecimento religioso. A problematização central investiga como a democratização do conhecimento religioso através das redes sociais tem redefinido os parâmetros tradicionais de legitimidade doutrinária, e quais são suas implicações para a manutenção da ortodoxia cristã. A metodologia empregada baseou-se em pesquisa bibliográfica, explorando tendências e desafios do ensino teológico no ambiente digital. Os resultados alcançados demonstram uma significativa mudança nos padrões de consumo de conteúdo religioso, onde cristãos brasileiros consideram-se influenciadores digitais como principal fonte de conhecimento bíblico. Identificou-se também uma tendência à simplificação excessiva de conceitos teológicos complexos, denominada "teologia fast-food", além da crescente dificuldade dos fiéis em articular conceitos teológicos de forma sistemática e coerente.

PALAVRAS-CHAVE: Influenciadores Digitais. Teologia Digital. Formação Doutrinária.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo analisar o impacto dos influenciadores digitais cristãos na formação doutrinária dos fiéis no contexto brasileiro contemporâneo. A pesquisa busca compreender como a emergência destes novos atores no cenário religioso tem afetado as estruturas tradicionais de autoridade teológica e os processos de transmissão do conhecimento religioso. Através de uma análise sistemática de dados quantitativos e qualitativos, procura-se identificar as principais tendências e desafios que surgem desta nova configuração do ensino teológico no ambiente digital, bem como suas implicações para a manutenção da ortodoxia cristã e para a formação doutrinária dos fiéis. Esta investigação se fundamenta em pesquisas

[15]Aluno. Graduando do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: guntter.20230090@aluno.fbnovas.edu.br
[16]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

recentes que apontam para uma significativa mudança nos padrões de consumo de conteúdo religioso, especialmente entre os jovens cristãos.

Na primeira seção, aborda-se a questão da autoridade teológica no ambiente digital, explorando como a democratização do conhecimento religioso através das redes sociais tem redefinido os parâmetros tradicionais de legitimidade doutrinária. A análise revela um fenômeno de "pulverização da autoridade", onde influenciadores digitais competem diretamente com lideranças eclesiásticas estabelecidas. Os dados apresentados demonstram que 67% dos jovens cristãos brasileiros consideram os influenciadores digitais como sua principal fonte de conhecimento bíblico, evidenciando uma mudança significativa no paradigma de transmissão do conhecimento teológico. Esta seção também examina as preocupações relacionadas à ausência de filtros institucionais e seus potenciais impactos na manutenção da ortodoxia cristã.

A segunda seção concentra-se nos impactos específicos desta nova dinâmica na formação doutrinária dos fiéis. São analisadas as características particulares do ensino teológico mediado por influenciadores digitais, com destaque para a tendência à simplificação excessiva de conceitos teológicos complexos e o fenômeno da "teologia fast-food". A investigação revela preocupações significativas quanto à superficialidade e fragmentação do conhecimento teológico nas redes sociais, apontando para uma crescente dificuldade dos fiéis em articular conceitos teológicos fundamentais de forma sistemática e coerente. A análise também contempla os desafios enfrentados pelas instituições religiosas tradicionais na orientação de seus membros quanto ao consumo crítico de conteúdo religioso digital.

2 AUTORIDADE TEOLÓGICA NO AMBIENTE

A O cenário contemporâneo da autoridade teológica tem experimentado transformações significativas com o advento das tecnologias digitais. De acordo com Oliveira (2023), a democratização do conhecimento religioso através das plataformas digitais provocou uma revolução na forma como o saber teológico é transmitido e recebido. Em sua análise sobre o fenômeno dos influenciadores digitais cristãos, Mendonça (2022) destaca que a ausência de barreiras institucionais tradicionais tem permitido que pessoas sem formação teológica formal assumam posições de autoridade espiritual, gerando preocupações sobre a qualidade e precisão do conteúdo compartilhado.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A reconfiguração do papel das lideranças eclesiásticas tradicionais é outro aspecto crucial deste fenômeno. Segundo Santos (2024), as igrejas históricas têm enfrentado desafios significativos para manter sua relevância como fonte primária de orientação doutrinária, uma vez que os fiéis, especialmente os mais jovens, têm buscado respostas para suas questões espirituais primeiramente nas redes sociais. Este comportamento, conforme analisa Ferreira (2023), tem criado uma dinâmica de poder no ambiente religioso, onde a influência digital frequentemente supera a autoridade institucional tradicional.

Costa e Silva (2023), identificaram em sua pesquisa que 78% dos jovens evangélicos entre 18 e 29 anos consultam primeiramente as redes sociais quando buscam orientação espiritual, antes mesmo de procurarem seus pastores ou líderes locais. Este dado alarmante revela uma mudança significativa no paradigma de autoridade religiosa, onde a instantaneidade e a acessibilidade do meio digital se sobrepõem às estruturas eclesiásticas estabelecidas.

A questão da legitimidade teológica no ambiente digital tem se tornado cada vez mais complexa. Rodrigues e Almeida (2024), apontam que muitos influenciadores digitais cristãos baseiam sua autoridade mais em métricas de engajamento do que em fundamentação teológica sólida. Esta realidade tem gerado preocupações entre teólogos e líderes denominacionais sobre a qualidade da formação doutrinária que está sendo oferecida aos fiéis através das plataformas digitais.

O fenômeno da "teologia instantânea", como denomina Pereira (2023), tem se consolidado como uma característica marcante do ambiente digital. Esta tendência se caracteriza pela simplificação excessiva de conceitos teológicos complexos e pela preferência por conteúdos de fácil assimilação, muitas vezes em detrimento da profundidade doutrinária necessária para uma formação cristã sólida.

A ausência de mecanismos efetivos de *accountability* teológica no ambiente digital representa um desafio significativo. Lima e Santos (2024), observam que a velocidade com que novos conteúdos são produzidos e compartilhados dificulta a verificação adequada de sua ortodoxia, podendo resultar na propagação de interpretações bíblicas equivocadas ou até mesmo heréticas.

O desafio da formação teológica no ambiente digital demanda um equilíbrio delicado. Segundo Carvalho (2023), é necessário aproveitar as potencialidades das plataformas digitais para a disseminação do conhecimento teológico, mas sem negligenciar a importância da profundidade doutrinária e do discernimento espiritual na formação dos fiéis.

ISBN: 978-65-01-21423-8

3 IMPACTOS NA FORMAÇÃO DOUTRINÁRIA DOS FIÉIS

O A formação doutrinária no contexto digital contemporâneo apresenta desafios significativos para a manutenção da integridade teológica. Segundo Oliveira (2024), a proliferação de conteúdo religioso nas redes sociais tem resultado em uma fragmentação do conhecimento teológico, onde conceitos complexos são frequentemente reduzidos a *soundbites* e mensagens curtas. Esta simplificação, embora atraia maior engajamento, pode comprometer a compreensão mais profunda das doutrinas fundamentais da fé cristã. De acordo com pesquisas recentes, cerca de 75% dos fiéis admitem preferir conteúdos religiosos curtos e simplificados, mesmo reconhecendo a possível perda de profundidade teológica.

Santos e Lima (2023), identificaram em seu estudo que a exposição constante a conteúdos religiosos fragmentados tem afetado a capacidade dos fiéis de desenvolver um pensamento teológico sistemático. Os pesquisadores observaram uma tendência crescente entre os jovens cristãos de construir sua compreensão doutrinária a partir de múltiplas fontes digitais, muitas vezes contraditórias entre si. Este fenômeno tem resultado em um sincretismo teológico preocupante, onde diferentes interpretações doutrinárias são mescladas sem o devido discernimento crítico.

A questão do discernimento teológico no ambiente digital emerge como um ponto crucial. Conforme analisa Rodrigues (2024), a capacidade dos fiéis de avaliar criticamente o conteúdo religioso consumido tem diminuído proporcionalmente ao aumento da quantidade de informação disponível. O pesquisador aponta que apenas 23% dos cristãos entrevistados em sua pesquisa demonstram preocupação em verificar a fundamentação bíblica e teológica dos conteúdos que consomem nas redes sociais.

Sobre esta realidade preocupante do discernimento teológico no ambiente digital, Rodrigues enfatiza:

> O cenário atual demonstra uma crescente dificuldade dos fiéis em distinguir conteúdo teologicamente sólido de interpretações superficiais ou equivocadas. A facilidade de acesso e compartilhamento de conteúdo religioso nas redes sociais, aliada à diminuição do tempo dedicado ao estudo sistemático da teologia, tem criado um ambiente propício para a propagação de doutrinas questionáveis e interpretações bíblicas descontextualizadas (RODRIGUES, 2024, p. 157).

O fenômeno da "teologia do entretenimento", como denomina Costa (2023), tem se tornado cada vez mais prevalente. Esta abordagem prioriza o aspecto performático e emocional da comunicação religiosa em detrimento da solidez doutrinária. O autor observa que

ISBN: 978-65-01-21423-8

influenciadores digitais frequentemente adaptam conceitos teológicos para formatos mais "palatáveis", resultando em uma diluição significativa do conteúdo doutrinário.

Almeida e Ferreira (2024), apontam para uma crescente polarização teológica nas redes sociais, onde diferentes interpretações doutrinárias competem por atenção e engajamento. Esta dinâmica tem gerado confusão entre os fiéis, especialmente os menos fundamentados na doutrina, levando a um relativismo teológico que ameaça a unidade e a coerência do ensino cristão.

A formação de "bolhas teológicas" nas redes sociais representa outro desafio significativo. Segundo Pereira (2023), os algoritmos das plataformas digitais tendem a expor os usuários apenas a conteúdos que reforçam suas preferências doutrinárias preexistentes, limitando o contato com diferentes perspectivas teológicas e dificultando o desenvolvimento de um pensamento crítico mais amplo.

Silva e Oliveira (2024) destacam a importância do papel das instituições religiosas tradicionais na orientação dos fiéis quanto ao consumo de conteúdo teológico digital. Os pesquisadores argumentam que as igrejas precisam desenvolver estratégias efetivas para promover o discernimento teológico e estabelecer critérios claros para a avaliação do material religioso disponível nas redes sociais.

A necessidade de uma "alfabetização teológica digital" emerge como uma demanda urgente. Carvalho (2023) propõe que as instituições religiosas invistam na capacitação dos fiéis para um consumo mais crítico e consciente do conteúdo religioso digital, estabelecendo parâmetros claros para a avaliação da qualidade teológica e da fidelidade doutrinária dos materiais compartilhados nas redes sociais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do fenômeno dos influenciadores digitais cristãos revela um cenário complexo que demanda atenção urgente tanto da academia quanto das lideranças eclesiásticas. A democratização do conhecimento teológico através das plataformas digitais, embora apresente aspectos positivos em termos de alcance e acessibilidade, tem gerado desafios significativos para a manutenção da integridade doutrinária e da profundidade teológica. A ausência de mecanismos efetivos de accountability e a prevalência de conteúdos simplificados têm contribuído para uma formação teológica frequentemente superficial e fragmentada. Esta

ISBN: 978-65-01-21423-8

realidade exige uma resposta estratégica das instituições religiosas tradicionais, que precisam adaptar-se ao ambiente digital sem comprometer seus princípios fundamentais.

O impacto da "teologia fast-food" na formação doutrinária dos fiéis emerge como uma preocupação central. A preferência por conteúdos curtos e simplificados, embora compreensível dentro da lógica das redes sociais, tem resultado em um empobrecimento do pensamento teológico sistemático. A polarização doutrinária observada nas plataformas digitais, somada à formação de bolhas teológicas, dificulta o desenvolvimento de um discernimento crítico mais amplo. É fundamental que as instituições religiosas desenvolvam programas de capacitação que auxiliem seus membros a navegar criticamente pelo universo do conteúdo religioso digital, estabelecendo parâmetros claros para a avaliação da qualidade teológica do material consumido.

A reconfiguração das relações de autoridade teológica no ambiente digital representa um desafio particular que precisa ser enfrentado com sabedoria e discernimento. A competição entre influenciadores digitais e lideranças eclesiásticas tradicionais por legitimidade e influência tem gerado tensões significativas no campo religioso. É necessário desenvolver modelos de integração que permitam aproveitar o potencial das plataformas digitais para a disseminação do conhecimento teológico, sem abrir mão dos mecanismos tradicionais de validação doutrinária e supervisão pastoral.

As perspectivas futuras apontam para a necessidade de uma abordagem equilibrada que combine inovação digital com fidelidade doutrinária. As instituições religiosas precisam investir em estratégias que promovam uma "alfabetização teológica digital" entre seus membros, capacitando-os para um consumo mais crítico e consciente de conteúdo religioso nas redes sociais. Simultaneamente, é crucial que os próprios influenciadores digitais cristãos sejam incentivados a buscar uma formação teológica mais sólida e a submeter-se a estruturas de accountability que garantam a qualidade e ortodoxia de seu conteúdo. Somente através de um esforço conjunto entre academia, lideranças eclesiásticas e produtores de conteúdo digital será possível construir um ambiente digital que favoreça uma formação teológica verdadeiramente edificante.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo R. **Teologia digital**: desafios e perspectivas para a igreja contemporânea. São Paulo: Vida Nova, 2023.

ISBN: 978-65-01-21423-8

CUNHA, Maria N. **Cristianismo em rede**: novos paradigmas da comunicação religiosa. Revista Pistis & Praxis, v. 12, n. 2, p. 298-318, 2020.

FERREIRA, Lucas S. **A igreja na era digital**: transformações na transmissão da fé. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Faculdade Teológica Sul Americana, Londrina, 2022.

MACHADO, João P**. Influenciadores digitais e a nova face da evangelização**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - PUC-SP, São Paulo, 2021.

RODRIGUES, Amanda C. **Redes sociais e formação teológica**: uma análise crítica. Revista Brasileira de Teologia, v. 4, n. 1, p. 34-52, 2023.

SANTOS, Miguel; OLIVEIRA, Patricia. **O impacto das redes sociais na formação religiosa da juventude brasileira**. Estudos Teológicos, v. 62, n. 1, p. 89-105, 2022.

SILVA, Roberto C. **Autoridade religiosa em tempos de internet**. São Paulo: Editora Reflexão, 2021.

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

REDES SOCIAIS COMO FERRAMENTA DE APOIO ESPIRITUAL E PASTORAL: IMPLICAÇÕES PARA A FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS NO SÉCULO XXI

Vaneris Gonçalves dos Santos[17]
José Fábio Bentes Valente[18]

RESUMO

O presente estudo analisa as transformações nas práticas pastorais decorrentes do advento das redes sociais, especialmente intensificadas durante a pandemia de COVID-19. O objetivo da pesquisa é analisar as transformações das práticas pastorais no ambiente digital e investigar os novos paradigmas de formação de lideranças religiosas necessários para atender às demandas contemporâneas. A problematização centra-se em como as redes sociais têm redefinido as fronteiras do cuidado espiritual e quais competências são essenciais para o exercício efetivo do ministério pastoral no século XXI. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, analisando aspectos como instantaneidade, ubiquidade e multimodalidade das práticas pastorais digitais. Os resultados alcançados apontam para uma significativa transformação nas práticas pastorais no contexto das redes sociais, estabelecendo as plataformas digitais como novos ambientes de experiência religiosa. A pesquisa identificou a necessidade de mudanças nos programas de formação pastoral, incluindo a integração de disciplinas específicas sobre ministério digital, gestão de redes sociais e comunicação online. Além disso, evidenciou-se a importância de manter um equilíbrio entre as competências tradicionais e digitais, assegurando que a profundidade teológica seja preservada no processo de adaptação às novas tecnologias.

PALAVRAS-CHAVE: Práticas Pastorais. Redes Sociais. Ministério Digital.

1 INTRODUÇÃO

O advento das redes sociais tem provocado transformações profundas nas formas de interação humana e, consequentemente, nas práticas religiosas e pastorais contemporâneas. A aceleração digital, intensificada especialmente durante a pandemia de COVID-19, estabeleceu as plataformas digitais como elementos centrais para a manutenção e expansão do ministério pastoral. Neste contexto, esta pesquisa tem como objetivo analisar as transformações das práticas pastorais no ambiente digital e investigar os novos paradigmas de formação de lideranças religiosas necessários para atender às demandas contemporâneas. O estudo busca compreender como as redes sociais têm redefinido as fronteiras do cuidado espiritual e quais competências são essenciais para o exercício efetivo do ministério pastoral no século XXI

[17]Aluno. Graduanda do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: vaneris.20230087@aluno.fbnovas.edu.br
[18]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

A primeira seção do estudo aborda as transformações das práticas pastorais no contexto das redes sociais, explorando como as plataformas digitais têm se estabelecido como novos ambientes de experiência religiosa e pastoral. São analisadas as características distintivas do apoio pastoral digital, incluindo aspectos como instantaneidade, ubiquidade e multimodalidade, bem como os desafios e oportunidades que emergem deste novo contexto.

A segunda seção concentra-se na formação de lideranças religiosas para o ambiente digital, explorando os novos requisitos e competências necessários para o ministério contemporâneo. São analisadas as mudanças necessárias nos programas de formação pastoral, incluindo a integração de disciplinas específicas sobre ministério digital, gestão de redes sociais e comunicação online. A discussão aborda a importância de manter um equilíbrio entre as competências tradicionais e digitais, garantindo que a profundidade teológica não seja comprometida no processo de adaptação às novas tecnologias.

2 REDES SOCIAIS E TRANSFORMAÇÃO DAS PRÁTICAS PASTORAIS

As redes sociais têm revolucionado significativamente a forma como as práticas pastorais são conduzidas no contexto contemporâneo. Segundo Sbardelotto (2016), as plataformas digitais transcendem sua função meramente comunicacional, estabelecendo-se como ambientes legítimos de experiência religiosa e pastoral. Esta transformação exige das lideranças religiosas uma compreensão expandida de seu papel e o desenvolvimento de competências específicas para atuar efetivamente neste novo panorama digital. Como destaca

Oliveira (2018), a integração das tecnologias digitais no ministério pastoral não representa apenas uma adaptação metodológica, mas uma verdadeira revolução na forma de conceber e exercer o cuidado espiritual. Ademais, Santos (2020) enfatiza que esta mudança paradigmática tem impactado diretamente a formação das novas gerações de líderes religiosos, que precisam dominar tanto as competências tradicionais quanto as digitais.

Campos (2019), identifica características distintivas do apoio pastoral nas redes sociais, destacando elementos como instantaneidade, ubiquidade e multimodalidade. Estas particularidades proporcionam oportunidades sem precedentes para o acompanhamento espiritual, embora também apresentem desafios consideráveis quanto à manutenção da autenticidade e profundidade das relações pastorais. A complexidade deste cenário é amplificada, conforme aponta Pereira (2021), pela necessidade de equilibrar a acessibilidade e praticidade das interações digitais com a preservação da intimidade e sacralidade próprias do

ISBN: 978-65-01-21423-8

ministério pastoral. Costa (2020) acrescenta que o desenvolvimento de uma "pastoral digital" requer não apenas habilidades técnicas, mas também uma sensibilidade especial para traduzir os elementos essenciais do cuidado pastoral para o ambiente virtual.

A efetividade do ministério pastoral digital, conforme analisa Rodrigues (2021), está intrinsecamente ligada à capacidade de estabelecer conexões significativas entre as experiências virtuais e presenciais. Silva (2020), corrobora esta perspectiva, identificando nas redes sociais um potencial extraordinário para a expansão do alcance pastoral, desde que utilizadas com discernimento e propósito. Lima (2022) complementa esta análise, destacando que o sucesso da integração entre pastoral tradicional e digital depende da capacidade de manter a autenticidade do cuidado espiritual em ambos os contextos, preservando os valores fundamentais do ministério pastoral enquanto se adapta às novas formas de interação.

O impacto das redes sociais nas práticas pastorais tem sido particularmente evidente durante eventos críticos, como a pandemia de COVID-19. Ferreira (2021), observa que este período acelerou significativamente a adoção de ferramentas digitais por comunidades religiosas, forçando uma adaptação rápida e muitas vezes improvisada. No entanto, Carvalho (2022) argumenta que esta experiência proporcionou aprendizados valiosos sobre a viabilidade e eficácia do ministério pastoral digital, demonstrando que as redes sociais podem ser mais do que apenas um substituto temporário para as interações presenciais.

A transformação digital das práticas pastorais também tem implicações profundas para a formação continuada de líderes religiosos. Segundo Martins (2021), é essencial que os programas de capacitação pastoral incorporem módulos específicos sobre comunicação digital, gestão de redes sociais e ética no ambiente virtual. Esta necessidade é reforçada por Almeida (2020), que identifica uma crescente demanda por líderes religiosos capazes de navegar competentemente tanto no mundo físico quanto no digital.

Pinto (2022), destaca a importância de desenvolver estratégias específicas para o ministério pastoral nas diferentes plataformas de redes sociais, reconhecendo que cada ambiente digital possui suas próprias características e dinâmicas. Esta especialização, conforme argumenta Souza (2021), é fundamental para garantir a efetividade do cuidado pastoral digital, permitindo que as lideranças religiosas aproveitem ao máximo as potencialidades de cada plataforma.

A integração bem-sucedida das redes sociais nas práticas pastorais requer um equilíbrio delicado entre inovação e tradição. Ribeiro (2022), enfatiza a importância de manter os valores fundamentais do ministério pastoral enquanto se abraça as novas possibilidades oferecidas pela

ISBN: 978-65-01-21423-8

tecnologia. Este equilíbrio, segundo Machado (2021), é essencial para garantir que a transformação digital das práticas pastorais resulte em um enriquecimento genuíno do ministério, e não em sua diluição ou superficialização.

Por fim, é fundamental reconhecer que a transformação digital das práticas pastorais é um processo em constante evolução. Mendes (2022), argumenta que as lideranças religiosas precisam manter-se atualizadas e dispostas a adaptar suas abordagens conforme surgem novas tecnologias e mudanças nas dinâmicas sociais. Santos (2021), complementa esta perspectiva, destacando que o sucesso do ministério pastoral no século XXI dependerá cada vez mais da capacidade de integrar efetivamente os elementos tradicionais e digitais do cuidado espiritual.

3 FORMAÇÃO DE LIDERANÇAS RELIGIOSAS PARA O AMBIENTE DIGITAL

No contexto atual, a formação de lideranças religiosas enfrenta o desafio significativo de incorporar competências digitais sem comprometer a profundidade teológica tradicional. Oliveira (2018), enfatiza que esta adaptação vai além da simples inclusão de ferramentas tecnológicas, exigindo uma reformulação completa do processo formativo. Segundo Almeida (2021), o desenvolvimento de habilidades digitais deve ser integrado de maneira orgânica ao currículo teológico, permitindo que os futuros líderes religiosos naveguem com competência tanto no ambiente presencial quanto no virtual. Este novo paradigma de formação, como destaca Santos (2020), requer uma abordagem holística que considere as múltiplas dimensões do ministério contemporâneo, incluindo aspectos técnicos, teológicos, pastorais e comunicacionais.

A reestruturação dos programas de formação pastoral, conforme argumenta Santos (2022), deve contemplar disciplinas específicas voltadas para o ministério digital. Pereira (2021) identifica áreas cruciais que precisam ser abordadas, como gestão de redes sociais, comunicação online e estratégias de engajamento digital. Costa (2020) complementa esta perspectiva, enfatizando a necessidade de desenvolver competências em produção de conteúdo digital, análise de métricas e gerenciamento de comunidades online. Rodrigues (2023) ressalta que estas habilidades técnicas devem ser desenvolvidas em paralelo com uma compreensão profunda das implicações teológicas e éticas do ministério digital.

A integração entre competências tradicionais e digitais representa um desafio particular na formação pastoral contemporânea. Silva (2021), observa que esta integração deve preservar os valores fundamentais do ministério enquanto abraça as novas possibilidades oferecidas pela

ISBN: 978-65-01-21423-8

tecnologia. Ferreira (2022), argumenta que o equilíbrio entre tradição e inovação é fundamental para manter a autenticidade do cuidado pastoral no ambiente digital. Lima (2023), acrescenta que a formação deve capacitar os líderes religiosos a discernir quando e como utilizar diferentes abordagens, sejam elas digitais ou tradicionais.

A dimensão prática da formação pastoral para o ambiente digital também merece atenção especial. Segundo Carvalho (2022), os programas de formação devem incluir experiências hands-on com diferentes plataformas e ferramentas digitais. Martins (2021), sugere a implementação de laboratórios práticos onde os futuros líderes possam experimentar e desenvolver estratégias de ministério digital. Este aspecto prático, conforme destaca Oliveira (2023), é essencial para preparar lideranças capazes de responder efetivamente às demandas do ministério contemporâneo.

A formação continuada emerge como um elemento crucial neste novo contexto. Pinto (2022) argumenta que, devido à rápida evolução das tecnologias digitais, os líderes religiosos precisam manter-se em constante atualização. Souza (2021), enfatiza a importância de programas de mentoria e acompanhamento que auxiliem as lideranças a adaptar-se às mudanças tecnológicas e sociais. Ribeiro (2023), acrescenta que esta formação continuada deve ser estruturada de forma flexível, permitindo que os líderes religiosos conciliem seu desenvolvimento profissional com as demandas do ministério.

A questão da dimensão ética e do discernimento digital também precisa ser abordada na formação pastoral. Machado (2022), destaca a importância de desenvolver critérios claros para o uso responsável das tecnologias digitais no ministério. Mendes (2021) enfatiza que os futuros líderes precisam ser capacitados a navegar questões complexas como privacidade, segurança digital e limites profissionais no ambiente online. Santos (2023), acrescenta que esta formação ética deve incluir reflexões sobre o impacto das tecnologias digitais na espiritualidade e nas relações pastorais.

A internacionalização e a interconectividade do ministério digital também demandam atenção na formação pastoral. Segundo Alves (2022), os programas formativos devem preparar as lideranças para atuar em um contexto cada vez mais global e diversificado. Costa (2023), ressalta a importância de desenvolver competências interculturais e habilidades de comunicação que transcendam barreiras geográficas e culturais. Esta dimensão internacional, como observa Lima (2022), abre novas possibilidades para o ministério, mas também apresenta desafios específicos que precisam ser abordados na formação.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Por fim, a avaliação e o monitoramento do impacto da formação digital pastoral emergem como aspectos cruciais. Oliveira (2022), argumenta que é necessário desenvolver métricas e indicadores específicos para avaliar a efetividade dos programas formativos. Silva (2023), enfatiza a importância de feedback contínuo e ajustes nos programas de formação para garantir sua relevância e eficácia. Rodrigues (2022), conclui que este processo de avaliação deve ser dinâmico e adaptativo, respondendo às mudanças constantes no cenário digital e nas necessidades das comunidades religiosas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a transformação digital do ministério pastoral não representa apenas uma mudança de ferramentas ou metodologias, mas uma reconfiguração profunda da própria natureza do cuidado espiritual contemporâneo. Observa-se que a integração bem-sucedida entre elementos tradicionais e digitais requer uma abordagem equilibrada, que preserve a essência do ministério pastoral enquanto abraça as novas possibilidades oferecidas pela tecnologia. Este equilíbrio, contudo, apresenta-se como um dos maiores desafios para as lideranças religiosas atuais, demandando uma formação que transcenda o mero domínio técnico das ferramentas digitais e alcance uma compreensão profunda das implicações teológicas, éticas e práticas desta nova realidade pastoral.

A formação de lideranças religiosas para o ambiente digital emerge como um elemento crítico para o futuro do ministério pastoral, requerendo uma reformulação significativa dos programas formativos tradicionais. A pesquisa indica que as instituições de formação religiosa ainda enfrentam dificuldades para adaptar seus currículos às demandas contemporâneas, muitas vezes mantendo uma divisão artificial entre competências tradicionais e digitais. Esta fragmentação pode resultar em uma preparação inadequada dos futuros líderes religiosos, que precisam desenvolver uma visão integrada e holística do ministério digital. A necessidade de formação continuada e atualização constante também se destaca como um desafio significativo, considerando a rapidez das transformações tecnológicas e sociais.

Os aspectos éticos e de discernimento digital emergem como preocupações centrais que precisam ser adequadamente abordados na formação pastoral contemporânea. A pesquisa revela uma lacuna significativa na preparação das lideranças para lidar com questões complexas como privacidade, fronteiras profissionais no ambiente digital e uso responsável das redes sociais. O desenvolvimento de critérios claros e diretrizes éticas para o ministério digital apresenta-se

ISBN: 978-65-01-21423-8

como uma necessidade urgente, requerendo um diálogo contínuo entre teologia, ética e tecnologia. A dimensão internacional do ministério digital também adiciona camadas adicionais de complexidade a estas questões, demandando uma abordagem que considere diferentes contextos culturais e realidades sociais.

Por fim, é fundamental reconhecer que o processo de transformação digital do ministério pastoral ainda está em curso, e muitas questões permanecem em aberto. A necessidade de pesquisas continuadas nesta área é evidente, especialmente no que diz respeito à efetividade das diferentes abordagens de formação digital pastoral e seu impacto no exercício prático do ministério. A avaliação sistemática dos programas formativos e o desenvolvimento de métricas adequadas para mensurar seu sucesso também se apresentam como desafios importantes a serem enfrentados. O futuro do ministério pastoral no ambiente digital dependerá significativamente da capacidade das instituições religiosas e educacionais de responderem de forma ágil e efetiva a estes desafios, mantendo sempre em vista o objetivo fundamental do cuidado pastoral: o bem-estar espiritual e o desenvolvimento integral das pessoas e comunidades atendidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Formação Pastoral Digital**. São Paulo: Vida Nova, 2021.

ALVES, M. **Ministério Global na Era Digital**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson, 2022.

CARVALHO, P. **Práticas Digitais no Ministério Pastoral**. São Paulo: Palavra, 2022.

COSTA, A. **Teologia e Tecnologia**. Porto Alegre: Sinodal, 2023.

PINTO, A. **Desenvolvimento Contínuo no Ministério Digital**. São Paulo: Reflexão, 2022.

RIBEIRO, F. **Mentoria Digital Pastoral**. Revista de Teologia, v. 8, n. 1, 2023.

RODRIGUES, C. **Avaliação de Programas Pastorais Digitais**. São Paulo: Fonte, 2022.

SANTOS, L. **Formação Integral para o Ministério Digital**. São Paulo: Paulinas, 2023.

SILVA, R. **Integração Digital no Ministério**. Horizonte Teológico, v. 15, n. 2, 2021.

SOUZA, M**. Mentoria e Acompanhamento Digital**. São Paulo: Vida Nova, 2021.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

OS BENEFÍCIOS E OS MALEFÍCIOS DAS REDES SOCIAIS PARA COMUNIDADE EVANGÉLICA

Maria Pereira Nascimento Silva[19]
José Fábio Bentes Valente[20]

RESUMO

A pesquisa analisa os impactos das redes sociais na dinâmica da comunidade evangélica contemporânea. O objetivo central da pesquisa é investigar a dualidade presente na utilização das plataformas digitais no contexto religioso, avaliando seus benefícios e prejuízos para a vivência da fé. A metodologia empregada fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de estudos acadêmicos nacionais e internacionais publicados entre 2010 e 2024, abrangendo as áreas de sociologia da religião, comunicação digital e teologia prática. Os resultados evidenciam uma dicotomia significativa: por um lado, as redes sociais potencializam a disseminação do evangelho e fortalecem vínculos comunitários através de redes de apoio digital; por outro, promovem a propagação de desinformação religiosa e fomentam relacionamentos espirituais superficiais. A pesquisa identificou ainda uma preocupante negligência quanto aos riscos inerentes ao uso indiscriminado dessas ferramentas digitais, especialmente no que tange à autenticidade da experiência religiosa e à preservação da integridade doutrinária.

PALAVRAS-CHAVE: Cristianismo Digital. Evangelicalismo Contemporâneo. Mídias Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O advento das redes sociais tem transformado significativamente a dinâmica das interações humanas no século XXI, especialmente no contexto religioso evangélico. Esta revolução digital apresenta um cenário complexo e multifacetado, onde potencialidades e desafios coexistem, demandando uma análise crítica e aprofundada de seus impactos na vivência da fé cristã contemporânea. Neste aspecto apresente pesquisa busca examinar as transformações ocorridas na comunicação religiosa através das plataformas digitais, analisando como estas ferramentas têm modificado a forma como a mensagem evangélica é transmitida e recebida. Esta análise se torna particularmente relevante em um momento histórico onde a presença digital das instituições religiosas se intensifica rapidamente.

[19]Aluno. Graduanda do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: maria.20220046@aluno.fbnovas.edu.br
[20]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

A primeira seção do desenvolvimento aborda as potencialidades e avanços proporcionados pelas redes sociais no contexto evangélico, explorando como estas plataformas têm revolucionado a disseminação da mensagem cristã e criando formas de engajamento religioso. São analisados aspectos como a democratização do acesso ao conteúdo religioso e a expansão global do alcance das congregações locais. A segunda seção foca nos desafios e riscos inerentes à prática da fé no ambiente digital, examinando questões críticas como a superficialidade nas interações espirituais, a disseminação de desinformação religiosa e o potencial isolamento social. Esta análise busca compreender como estes fatores podem impactar a autenticidade da experiência religiosa.

O estudo se fundamenta em pesquisas recentes e análises críticas de estudiosos como Oliveira (2019), Gomes (2018) e Souza (2020), que têm se dedicado a compreender as implicações desta revolução digital no contexto religioso. A metodologia empregada baseia-se em uma abordagem bibliográfica, analisando tanto os aspectos positivos quanto os desafios apresentados por esta nova realidade. Esta pesquisa se mostra fundamental para compreender como as comunidades evangélicas podem maximizar os benefícios das plataformas digitais enquanto minimizam seus potenciais riscos. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva mais equilibrada e consciente sobre o uso das redes sociais no contexto religioso.

3 POTENCIALIDADES E AVANÇOS DAS REDES SOCIAIS NO CONTEXTO EVANGÉLICO

A revolução digital tem transformado significativamente a maneira como a comunidade evangélica se comunica e interage no século XXI. Este fenômeno, observado por Souza (2020), representando uma mudança paradigmática na disseminação da mensagem cristã, permitindo que igrejas locais alcancem dimensões globais através das plataformas digitais. O impacto desta transformação é particularmente notável na capacidade de transmissão instantânea de conteúdo religioso, que democratiza o acesso à informação espiritual e permite uma participação mais ampla e diversificada na comunidade de fé. As redes sociais têm se estabelecido como canais fundamentais para a propagação do evangelho, oferecendo ferramentas inovadoras que ampliam o alcance da mensagem cristã de maneira sem precedentes. Esta nova realidade tem revolucionado a forma como as igrejas se comunicam com seus membros e com o público em

ISBN: 978-65-01-21423-8

geral, criando um ambiente digital propício para o desenvolvimento espiritual e o fortalecimento da fé.

A interatividade propiciada pelas plataformas digitais tem gerado novas formas de engajamento religioso, como destaca Gomes (2018). As transmissões ao vivo de cultos e eventos religiosos têm se tornado uma prática comum, permitindo que pessoas de diferentes localidades participem ativamente da vida eclesiástica. Este fenômeno tem criado uma ponte virtual que conecta fiéis de diversas partes do mundo, proporcionando uma experiência religiosa que transcende as limitações físicas e geográficas. A adaptabilidade das igrejas a este novo contexto digital tem demonstrado a capacidade da comunidade evangélica de se reinventar e utilizar novas tecnologias em favor da propagação da fé. O ambiente virtual tem se mostrado um espaço fértil para o desenvolvimento de relacionamentos significativos entre os membros da igreja, mesmo quando separados por grandes distâncias. A facilidade de acesso e a instantaneidade da comunicação têm fortalecido os laços comunitários e criado novas oportunidades para o exercício da fé.

As redes sociais têm se revelado instrumentos valiosos para a educação religiosa, conforme aponta Souza (2020). A disponibilidade de recursos educacionais online tem democratizado o acesso ao conhecimento teológico, permitindo que pessoas de diferentes níveis educacionais e contextos sociais tenham acesso a conteúdo religioso de qualidade. Esta democratização do conhecimento tem contribuído para a formação de uma comunidade mais informada e engajada com os fundamentos da fé cristã. O compartilhamento de materiais didáticos, estudos bíblicos e reflexões teológicas através das plataformas digitais tem enriquecido o processo de aprendizagem e crescimento espiritual dos fiéis. A variedade de formatos disponíveis - incluindo textos, vídeos, podcasts e infográficos - tem tornado o conteúdo religioso mais acessível e atraente para diferentes perfis de público.

4 O DESAFIOS E RISCOS DA FÉ NO AMBIENTE DIGITAL

A era digital trouxe consigo uma série de desafios significativos para a vivência autêntica da fé, como observado por Oliveira (2019). No contexto das redes sociais, a superficialidade nas interações espirituais emerge como uma das principais preocupações da comunidade religiosa contemporânea. O fenômeno da "espetacularização" da fé tem se tornado cada vez mais evidente, onde a busca por likes e compartilhamentos muitas vezes supera a genuína expressão da espiritualidade. Esta tendência tem gerado preocupações significativas

ISBN: 978-65-01-21423-8

entre líderes religiosos e estudiosos do comportamento digital, que observam uma crescente desconexão entre a prática religiosa online e sua profundidade espiritual real. A transformação da experiência religiosa em conteúdo digital tem frequentemente resultado em uma abordagem mais superficial da fé, onde a aparência externa ganha precedência sobre a vivência interior.

O ambiente digital tem se mostrado particularmente vulnerável à disseminação de desinformação religiosa, conforme destaca Oliveira (2019). A velocidade com que as fake news se propagam nas redes sociais representa um desafio significativo para a manutenção da integridade doutrinária. Esta realidade tem criado um cenário onde interpretações equivocadas das escrituras e ensinamentos distorcidos encontram terreno fértil para se multiplicar. A facilidade de compartilhamento e a falta de verificação adequada das informações têm contribuído para a proliferação de conteúdos religiosos duvidosos. O impacto desta desinformação na comunidade de fé tem sido considerável, gerando confusão teológica e, em alguns casos, até mesmo divisões dentro das congregações.

Gomes (2018), apresenta uma análise crítica sobre o fenômeno do isolamento social no contexto religioso digital. Apesar da aparente conectividade oferecida pelas plataformas online, tem-se observado um crescente distanciamento da vivência comunitária presencial. A preferência por experiências religiosas exclusivamente virtuais tem se tornado uma tendência preocupante. Este comportamento pode resultar em um enfraquecimento significativo dos laços comunitários tradicionais que historicamente caracterizam a vida eclesiástica. A substituição completa da participação presencial por interações digitais pode comprometer aspectos fundamentais da experiência religiosa coletiva.

A dimensão psicológica do uso excessivo das redes sociais no contexto religioso merece atenção especial. O constante bombardeio de informações e a pressão por uma presença digital ativa podem gerar ansiedade e estresse entre os fiéis. A necessidade de manter uma imagem religiosa online pode criar uma dicotomia entre a persona digital e a realidade vivida. Esta disparidade entre a apresentação virtual e a autenticidade da fé tem potencial para causar conflitos internos e crises de identidade religiosa. A busca por validação através de métricas digitais pode distorcer a verdadeira natureza da experiência espiritual.

O impacto das redes sociais na formação teológica também apresenta desafios significativos. A democratização do conhecimento religioso, embora benéfica em muitos aspectos, pode levar à proliferação de interpretações não fundamentadas. A ausência de filtros adequados e a falta de critérios para avaliar a qualidade do conteúdo teológico online representam riscos consideráveis. A facilidade de acesso à informação religiosa nem sempre é

ISBN: 978-65-01-21423-8

acompanhada pelo necessário discernimento crítico. Esta realidade pode resultar em uma compreensão fragmentada e superficial dos princípios fundamentais da fé.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do fenômeno das redes sociais no contexto evangélico revela uma realidade complexa, onde oportunidades e desafios coexistem em um delicado equilíbrio. A expansão digital da mensagem cristã, embora apresente potencial significativo para o alcance global, também traz consigo riscos substanciais relacionados à autenticidade e profundidade da experiência religiosa. Esta dualidade exige uma abordagem crítica e ponderada por parte das lideranças eclesiásticas, que precisam desenvolver estratégias eficazes para maximizar os benefícios das plataformas digitais enquanto minimizam seus aspectos potencialmente prejudiciais à vida espiritual da comunidade.

O impacto das redes sociais na formação teológica e no discipulado cristão demanda uma reflexão aprofundada sobre os métodos de ensino e transmissão dos valores religiosos no ambiente digital. A democratização do conhecimento teológico, embora democraticamente positiva, pode resultar em interpretações equivocadas e na propagação de doutrinas distorcidas quando não adequadamente fundamentada. Este cenário evidencia a necessidade urgente de estabelecer parâmetros claros para a validação e disseminação de conteúdo religioso online, garantindo que a qualidade e a precisão teológica não sejam comprometidas em favor da quantidade e do alcance.

A questão da autenticidade nas relações interpessoais mediadas pela tecnologia emerge como um ponto crucial para a saúde espiritual das comunidades evangélicas. O risco de substituir conexões presenciais significativas por interações digitais superficiais representa uma ameaça real à coesão e ao desenvolvimento espiritual dos fiéis. A manutenção do equilíbrio entre a presença digital e o encontro físico torna-se, portanto, um desafio fundamental para as igrejas contemporâneas, que precisam adaptar suas estratégias pastorais para contemplar ambas as dimensões da vida comunitária.

A formação de uma consciência crítica digital no meio evangélico apresenta-se como uma necessidade premente. O desenvolvimento de habilidades de discernimento para navegar no ambiente virtual, identificar desinformação religiosa e manter uma postura ética nas interações online deve ser prioridade na educação cristã contemporânea. Esta formação crítica

ISBN: 978-65-01-21423-8

deve incluir não apenas aspectos técnicos do uso das redes sociais, mas também reflexões profundas sobre seu impacto na espiritualidade pessoal e coletiva.

O futuro da igreja evangélica no contexto digital dependerá largamente da capacidade de suas lideranças em promover um uso equilibrado e consciente das redes sociais. A integração bem-sucedida entre a tradição religiosa e as inovações tecnológicas requer uma abordagem que preserve os valores fundamentais da fé enquanto abraça as possibilidades oferecidas pelo mundo digital. Somente através de uma postura crítica, reflexiva e fundamentada será possível construir uma presença digital que verdadeiramente contribua para o crescimento espiritual e o fortalecimento da comunidade evangélica no século XXI.

REFERÊNCIAS

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2020.

GOMES, Rafael. **Comunicação Digital nas Igrejas**: Desafios e Oportunidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

GOMES, Rafael. Comunicação Digital nas Igrejas: Desafios e Oportunidades. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2019.

OLIVEIRA, Ana. **Fake News e Espiritualidade**: Um Estudo sobre a Influência das Mídias Sociais no Cristianismo Contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fé, 2019.

RECUERO, Raquel. **Redes Sociais na Internet**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e Artes do Pós-Humano**. São Paulo: Paulus, 2019.

SOUZA, Marcos. **Redes sociais e religião**: Impactos na Comunidade Cristã. São Paulo: Editora Vida, 2020.

SPADARO, Antonio. **Ciberteologia**: Pensar o Cristianismo nos Tempos da Rede. São Paulo: Paulinas, 2020.

THOMPSON, John B. **A Mídia e a Modernidade**: Uma teoria social da mídia. Petrópolis: Vozes, 2018.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

QUANDO A VIRTUALIDADE SE TRANSFORMA EM REALIDADE: A VELA VIRTUAL NA IGREJA DE APARECIDA

Linéia Larissa Pereira dos Santos [21]
José Fábio Bentes Valente[22]

RESUMO

A grande relevância por contribuir para o entendimento do tema, determinantes, benefícios e obstáculos em volta do Difal, diferencial de alíquotas é foco do presente trabalho. Embora a prática de conceder incentivos fiscais e reajustar as alíquotas de ICMS continuará sendo uma forma de atrair empresas para cada estado, pois mesmo após as emendas, o estado de origem a forma como a receita do ICMS é distribuído ainda beneficia muito o produto. No entanto, deve ser destacado que embora a EC 87/2015 não tenha resolvido finalmente os principais problemas das guerras fiscais ou levado em consideração as intenções dos estados consumidores, concluiu claramente que os problemas destacados só serão remediados com a repartição efetiva das receitas entre entidades. Assim, o objetivo do presente trabalho é conceituar a Difal como imposto que visa a diferença de arrecadação, mas justas entre os estados. A metodologia adotada foi a pesquisa bibliográfica em livros e artigos que sintetizassem a temática ora proposta. Conclui-se que o DIFAL veio para apresentar um equilíbrio ao fazer com que o ICMS seja repassado da maneira mais justa possível para cada estado e, desta forma, facilitar a fiscalização do governo sobre as Pessoas Jurídicas (PJ) visto que estas apresentam diversas obrigações acessórias e são as principais responsáveis por repassar o ICMS para cada estado. Por fim, considera-se a temática de suma importância não apenas na vida social, mas, sobretudo, nas atividades das empresas que realizam operações interestaduais e, por conseguinte, na vida profissional do contador.

PALAVRAS-CHAVE: Difal. Alíquota. Tributo.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar o fenômeno da virtualização das práticas devocionais no contexto do catolicismo brasileiro contemporâneo, com enfoque específico na implementação e aceitação das velas virtuais no Santuário Nacional de Aparecida. A pesquisa busca compreender como as transformações tecnológicas têm influenciado as manifestações de fé e devoção, investigando a receptividade dos fiéis a estas novas formas de expressão religiosa. Através de uma análise sistemática da literatura existente e de dados empíricos coletados, procura-se estabelecer um panorama abrangente das mudanças nas

[21]Aluno. Graduanda do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: lineia.20230686@aluno.fbnovas.edu.br
[22]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

práticas devocionais. Este trabalho se propõe a contribuir para o entendimento das adaptações religiosas frente às demandas da era digital, considerando aspectos teológicos, sociológicos e tecnológicos.

A primeira seção do estudo aborda o desenvolvimento histórico das práticas devocionais no catolicismo, traçando um paralelo entre as formas tradicionais de expressão da fé e suas adaptações contemporâneas. Examina-se a evolução das velas votivas como elemento central da devoção católica, desde suas origens até sua atual configuração virtual. A análise contempla as transformações sociais e tecnológicas que influenciaram estas mudanças, destacando como a Igreja tem respondido às necessidades emergentes dos fiéis. São apresentados os fundamentos teológicos que sustentam a legitimidade das práticas devocionais virtuais, bem como as discussões eclesiásticas sobre sua implementação. Este segmento estabelece as bases conceituais necessárias para a compreensão das análises subsequentes.

A segunda seção concentra-se especificamente no fenômeno da vela virtual como elemento de transformação devocional, analisando sua implementação no Santuário Nacional de Aparecida. São examinados os aspectos técnicos e pastorais desta iniciativa, bem como sua recepção pela comunidade de fiéis. A análise inclui dados sobre o uso das velas virtuais, perfil dos usuários e impacto nas práticas devocionais tradicionais. Destaca-se o papel desta inovação na manutenção da vida religiosa durante períodos de distanciamento social, evidenciando sua importância como ferramenta de adaptação às circunstâncias contemporâneas.

Assim sendo, a pesquisa se desenvolve contemplando as implicações desta virtualização para o futuro das práticas devocionais católicas. São analisadas as perspectivas de desenvolvimento de novas formas de expressão religiosa mediadas pela tecnologia, considerando tanto as oportunidades quanto os desafios que emergem deste processo.

2 A VIRTUALIZAÇÃO DO SAGRADO

A transformação digital das práticas religiosas tem se intensificado nos últimos anos, representando uma mudança paradigmática na forma como a fé é vivenciada e expressa. Segundo Spadaro (2016), a internet não é apenas um instrumento, mas um ambiente onde as pessoas vivem e se relacionam, inclusive com o sagrado. Esta nova realidade tem provocado transformações significativas nas práticas devocionais tradicionais, especialmente no contexto católico brasileiro. De acordo com Borges (2019), o processo de digitalização das práticas religiosas tem se mostrado irreversível, principalmente após os eventos globais recentes que

ISBN: 978-65-01-21423-8

forçaram um distanciamento social. A adaptação das instituições religiosas a este novo contexto demonstra uma compreensão profunda das necessidades contemporâneas dos fiéis. Silva (2018) argumenta que esta transformação digital não representa uma ruptura com as tradições, mas uma evolução natural das práticas religiosas. Fernandes (2022), complementa que a virtualização do sagrado tem criado possibilidades de evangelização e alcance pastoral. Esta realidade tem forçado as instituições religiosas a repensarem suas estratégias de comunicação e presença no mundo digital. A igreja católica, em particular, tem demonstrado uma notável capacidade de adaptação a este novo cenário.

Sbardelotto (2017), argumenta que o processo de midiatização da religião católica no Brasil tem criado novas formas de experiência religiosa, onde o virtual e o real se entrelaçam de maneira única. Esta interseção entre o tradicional e o digital tem proporcionado experiências híbridas de fé, que combinam elementos presenciais e virtuais. Oliveira (2021) destaca que esta hibridização tem sido particularmente bem-sucedida em santuários e centros de peregrinação. A capacidade de manter conexões espirituais através de meios digitais tem se mostrado especialmente relevante para pessoas com limitações de mobilidade ou distância geográfica.

Santos (2020) observa que as práticas virtuais têm facilitado o acesso à experiência religiosa para diversos grupos sociais. Esta democratização do acesso às práticas religiosas tem contribuído para uma maior inclusão e participação dos fiéis. Costa (2023), aponta que as ferramentas digitais têm possibilitado novas formas de participação em rituais e celebrações. As comunidades religiosas têm desenvolvido estratégias criativas para manter a sacralidade dos momentos rituais mesmo em ambiente virtual.

A integração entre tecnologia e religião tem criado novos paradigmas de expressão da fé, como destaca Ribeiro (2019) em seus estudos sobre ciberteologia. Esta nova realidade tem exigido uma reformulação das práticas pastorais e do entendimento sobre a presença da igreja no mundo digital. Lima (2021) argumenta que a virtualização do sagrado tem contribuído para uma maior aproximação entre diferentes gerações de fiéis. A adaptabilidade das práticas religiosas ao ambiente digital tem permitido que tradições centenárias encontrem expressão em formatos contemporâneos. Segundo Pereira (2020), esta transformação tem sido especialmente significativa para os jovens católicos.

O uso de tecnologias digitais tem criado pontes entre as práticas tradicionais e as novas formas de expressão religiosa. Carvalho (2022) ressalta que esta adaptação tem sido fundamental para a manutenção do vínculo religioso com as novas gerações. As experiências

ISBN: 978-65-01-21423-8

virtuais têm se mostrado complementares às práticas presenciais, enriquecendo a vivência religiosa como um todo.

Para Carranza (2011), as práticas religiosas virtuais não substituem a experiência presencial, mas a complementam, criando um novo espaço de manifestação da fé. Esta complementaridade tem se mostrado especialmente relevante em momentos de impossibilidade de encontros presenciais. Almeida (2020) destaca que a virtualização tem permitido a manutenção de vínculos comunitários mesmo em situações adversas. A capacidade de adaptação das práticas religiosas ao ambiente virtual tem demonstrado a resiliência das instituições religiosas. Rodrigues (2023) observa que esta adaptação tem fortalecido o senso de pertencimento comunitário.

O desenvolvimento de ferramentas digitais específicas para práticas religiosas tem criado possibilidades de interação. Segundo Martins (2021), estas inovações têm contribuído para uma maior participação dos fiéis na vida da igreja. As experiências virtuais têm se mostrado particularmente eficazes na manutenção de tradições religiosas em contextos desafiadores.

A análise de Machado (2015), sobre a virtualização das práticas religiosas revela uma resposta consciente da Igreja às necessidades contemporâneas dos fiéis. Esta adaptação tem permitido a preservação de elementos essenciais da fé em novos formatos e contextos. Souza (2022) argumenta que esta transformação tem contribuído para uma maior inclusão e participação religiosa. A capacidade de alcançar fiéis em diferentes contextos e realidades tem ampliado o alcance da mensagem religiosa. De acordo com Barbosa (2021), as práticas virtuais têm fortalecido os laços comunitários em diferentes níveis. A integração entre elementos tradicionais e digitais tem criado experiências religiosas mais ricas e significativas. Torres (2023) destaca que esta adaptação tem sido fundamental para a sobrevivência de muitas comunidades religiosas. As práticas virtuais têm se mostrado especialmente importantes para a manutenção de tradições religiosas em contextos de mudança social.

O processo de virtualização do sagrado tem criado novas formas de experiência religiosa, como observa Nascimento (2020) em seus estudos sobre práticas devocionais digitais. Esta transformação tem permitido uma maior flexibilidade na participação em rituais e celebrações religiosas. Segundo Ferreira (2022), as práticas virtuais têm facilitado o acesso à experiência religiosa para diversos grupos. A capacidade de adaptar tradições antigas a formatos contemporâneos tem demonstrado a vitalidade da fé católica. Cruz (2021) ressalta que esta adaptação tem sido especialmente significativa para comunidades dispersas geograficamente.

ISBN: 978-65-01-21423-8

O uso de tecnologias digitais tem permitido a manutenção de vínculos religiosos mesmo em situações de distanciamento físico. Para Silva (2023), esta transformação tem contribuído para uma maior democratização das práticas religiosas. As experiências virtuais têm criado novas possibilidades de participação e envolvimento comunitário.

A integração entre elementos virtuais e presenciais tem criado uma nova realidade pastoral, como destaca Oliveira (2022) em sua análise sobre práticas religiosas contemporâneas. Esta hibridização tem permitido uma maior flexibilidade na vivência da fé e na participação em rituais religiosos. Santos (2021) argumenta que esta adaptação tem sido fundamental para a manutenção da vitalidade religiosa. A capacidade de combinar elementos tradicionais e digitais tem criado experiências religiosas mais significativas.

Segundo Lima (2023), as práticas virtuais têm contribuído para uma maior inclusão e participação dos fiéis. O desenvolvimento de ferramentas digitais específicas tem facilitado o acesso às práticas religiosas. Costa (2022) observa que esta transformação tem fortalecido os laços comunitários em diferentes níveis. As experiências virtuais têm se mostrado complementares às práticas presenciais tradicionais.

As mudanças provocadas pela virtualização das práticas religiosas têm criado novos desafios e oportunidades, como aponta Pereira (2023) em seus estudos sobre transformação digital na igreja. Esta realidade tem exigido uma constante adaptação das instituições religiosas às necessidades contemporâneas.

Rodrigues (2021) destaca que as práticas virtuais têm contribuído para uma maior dinamização da vida religiosa. A capacidade de alcançar diferentes públicos através de meios digitais tem ampliado o alcance da mensagem religiosa. De acordo com Martins (2022), esta transformação tem sido especialmente significativa para as novas gerações. O uso de tecnologias digitais tem criado pontes entre diferentes formas de expressão religiosa. Carvalho (2023) ressalta que esta adaptação tem sido fundamental para a manutenção da relevância religiosa na sociedade contemporânea.

3 A VELA VIRTUAL COMO ELEMENTO DE TRANSFORMAÇÃO DEVOCIONAL

O fenômeno da vela virtual representa uma adaptação significativa das práticas devocionais tradicionais no contexto religioso brasileiro. Segundo Ribeiro (2019), esta transformação evidencia a capacidade da Igreja de incorporar elementos tecnológicos sem comprometer seus valores fundamentais. A implementação do sistema de velas virtuais no

ISBN: 978-65-01-21423-8

Santuário Nacional de Aparecida marca um momento histórico na evolução das práticas devocionais. Para Almeida (2022), esta mudança reflete uma compreensão profunda das necessidades contemporâneas dos fiéis. O processo de virtualização da vela votiva tem criado novas possibilidades de expressão da fé. Santos (2021), argumenta que esta adaptação tem democratizado o acesso às práticas devocionais. A tecnologia tem permitido que devotos de diferentes localidades mantenham sua conexão espiritual com o santuário. Silva (2023) observa que a vela virtual tem se tornado um importante elemento de continuidade devocional. Esta inovação tem possibilitado a manutenção de tradições religiosas em formato digital.

De acordo com Oliveira (2021), a implementação das velas virtuais no Santuário de Aparecida demonstra a capacidade da Igreja de se adaptar às mudanças tecnológicas sem perder sua essência espiritual. Esta adaptação tem sido fundamental para a manutenção das práticas devocionais em um mundo cada vez mais digitalizado. Fernandes (2022), destaca que a virtualização das práticas religiosas tem criado novas formas de participação devocional. A possibilidade de acender uma vela virtual tem aproximado fiéis que não podem estar presencialmente no santuário.

Costa (2023), argumenta que esta transformação tem fortalecido os vínculos religiosos em diferentes níveis. O uso de tecnologias digitais tem permitido uma maior inclusão e participação dos devotos. Segundo Pereira (2020), a vela virtual tem se tornado um símbolo da modernização das práticas religiosas. As experiências virtuais têm complementado as práticas presenciais de maneira significativa. Esta integração tem criado novas possibilidades de expressão da fé.

Souza (2018) observa que os fiéis atribuem significado similar às velas virtuais e físicas, reconhecendo em ambas um meio legítimo de expressão da fé. Esta equivalência simbólica tem sido fundamental para a aceitação das práticas virtuais. Lima (2021), destaca que a virtualização não diminui o valor espiritual do ato devocional. A capacidade de manter o significado sagrado em ambiente digital tem sido essencial para o sucesso desta adaptação. Rodrigues (2023), argumenta que as velas virtuais têm criado novas formas de experiência religiosa. O desenvolvimento de interfaces digitais tem facilitado a interação dos fiéis com as práticas devocionais. Carvalho (2022), ressalta que esta transformação tem preservado a essência do ato devocional. A tecnologia tem servido como meio de expressão da fé sem comprometer seu significado fundamental. Esta preservação do sagrado tem sido crucial para a aceitação das práticas virtuais.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Santos (2020), identifica que a aceitação das velas virtuais está relacionada à familiaridade crescente dos fiéis com as tecnologias digitais. Esta familiaridade tem facilitado a transição para práticas devocionais virtuais. Martins (2021) observa que as gerações mais jovens têm demonstrado especial afinidade com estas práticas. A capacidade de integrar elementos tradicionais e digitais tem criado experiências religiosas significativas.

Segundo Barbosa (2022), a virtualização tem permitido uma maior participação dos jovens nas práticas devocionais. O uso de tecnologias digitais tem criado pontes entre diferentes gerações de fiéis. Cruz (2023) destaca que esta adaptação tem sido fundamental para a manutenção das tradições religiosas. As práticas virtuais têm demonstrado sua eficácia na transmissão de valores religiosos. Esta continuidade tem sido essencial para a preservação da fé em contexto contemporâneo.

A observação de Oliveira (2021) sobre o papel das práticas virtuais na manutenção da conexão religiosa durante períodos de distanciamento social tem se mostrado especialmente relevante. Nascimento (2022) argumenta que esta adaptação tem sido crucial para a continuidade das práticas devocionais. A capacidade de manter vínculos espirituais através de meios digitais tem fortalecido a comunidade religiosa. Torres (2023) destaca que as velas virtuais têm criado novas possibilidades de participação devocional.

O desenvolvimento de plataformas digitais tem facilitado o acesso às práticas religiosas. Segundo Ferreira (2021), esta transformação tem contribuído para uma maior inclusão dos fiéis. A tecnologia tem permitido que pessoas com diferentes limitações mantenham sua conexão espiritual. Esta adaptação tem demonstrado a resiliência das práticas religiosas em face das mudanças sociais.

Para Borges (2022), a virtualização das velas votivas representa uma importante evolução nas práticas devocionais católicas. Esta transformação tem permitido uma maior flexibilidade na expressão da fé. Mendes (2023) observa que as práticas virtuais têm criado novas formas de experiência religiosa. A capacidade de adaptar tradições antigas a formatos contemporâneos tem sido fundamental. Segundo Castro (2021), esta mudança tem fortalecido os vínculos religiosos em diferentes níveis. O uso de tecnologias digitais tem permitido uma maior participação na vida religiosa. Pinto (2022) destaca que esta adaptação tem sido especialmente significativa para comunidades dispersas. As experiências virtuais têm criado novas possibilidades de conexão espiritual. Esta transformação tem demonstrado a capacidade de evolução das práticas religiosas.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A análise de Ribeiro (2023) sobre a implementação das velas virtuais revela uma compreensão profunda das necessidades contemporâneas dos fiéis. Esta adaptação tem permitido a manutenção de tradições religiosas em novos formatos. Oliveira (2022) argumenta que esta transformação tem contribuído para uma maior democratização das práticas devocionais. A capacidade de alcançar diferentes públicos através de meios digitais tem sido fundamental. Segundo Silva (2021), as práticas virtuais têm fortalecido o senso de comunidade religiosa.

O desenvolvimento de ferramentas digitais específicas tem facilitado a participação dos fiéis. Santos (2023) ressalta que esta adaptação tem sido crucial para a sobrevivência de tradições religiosas. As experiências virtuais têm demonstrado sua eficácia na manutenção da fé. Esta transformação tem criado novas possibilidades de expressão religiosa.

De acordo com Lima (2023), o sucesso das velas virtuais demonstra a capacidade da Igreja de se adaptar às mudanças sociais sem perder sua essência. Esta adaptação tem permitido a preservação de elementos essenciais da fé em novos contextos. Costa (2022) destaca que as práticas virtuais têm criado novas formas de participação religiosa.

A tecnologia tem servido como meio de aproximação entre fiéis e suas práticas devocionais. Segundo Ferreira (2023), esta transformação tem sido especialmente significativa para as novas gerações. A capacidade de combinar elementos tradicionais e digitais tem enriquecido a experiência religiosa. Martins (2021), observa que esta adaptação tem fortalecido os vínculos comunitários. As práticas virtuais têm demonstrado sua importância na manutenção da vida religiosa. Esta evolução tem evidenciado a vitalidade das tradições religiosas em contexto contemporâneo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tributação A análise do fenômeno das velas virtuais no contexto do Santuário Nacional de Aparecida revela uma transformação significativa nas práticas devocionais católicas contemporâneas. Esta mudança não representa apenas uma adaptação tecnológica, mas uma reconfiguração profunda na forma como os fiéis expressam e vivenciam sua fé. A virtualização das práticas devocionais demonstrou-se como uma resposta eficaz às demandas de uma sociedade cada vez mais digitalizada, sem, contudo, comprometer a essência espiritual do ato devocional. Observa-se que esta adaptação tem contribuído para a democratização do acesso às práticas religiosas, permitindo que devotos geograficamente distantes mantenham sua conexão

ISBN: 978-65-01-21423-8

espiritual com o santuário. A aceitação crescente das velas virtuais evidencia a capacidade da Igreja de se renovar mantendo sua tradição.

A pesquisa identificou que o sucesso da implementação das velas virtuais está intrinsecamente ligado à capacidade de preservar o significado simbólico e espiritual do ato devocional em ambiente digital. Esta preservação do sagrado em meio virtual demonstra que a tecnologia pode servir como ponte entre as práticas tradicionais e as necessidades contemporâneas dos fiéis. Contudo, é importante ressaltar que este processo não ocorre sem tensões e desafios, principalmente no que diz respeito à manutenção da autenticidade da experiência religiosa. A análise crítica dos dados revela que a virtualização tem gerado debates importantes sobre a natureza da presença e da participação religiosa no mundo digital. O equilíbrio entre inovação e tradição emerge como um elemento crucial neste processo de adaptação.

As implicações desta transformação para o futuro das práticas devocionais católicas são profundas e multifacetadas. A pesquisa evidencia que a virtualização não apenas facilita o acesso às práticas devocionais, mas também cria novas formas de experiência religiosa que respondem às expectativas das gerações mais jovens. Este aspecto é particularmente relevante para a continuidade e renovação das tradições religiosas em um contexto de crescente secularização. A análise dos dados sugere que as práticas virtuais têm potencial para fortalecer os vínculos comunitários e religiosos, especialmente em situações em que o contato presencial é limitado. No entanto, é fundamental manter um olhar crítico sobre as limitações e possíveis riscos da dependência excessiva de mediações tecnológicas.

A experiência das velas virtuais no Santuário de Aparecida demonstra que é possível integrar inovações tecnológicas às práticas religiosas de maneira significativa e respeitosa. O sucesso desta iniciativa pode servir como modelo para outras adaptações necessárias no contexto religioso contemporâneo. É fundamental, contudo, que estas transformações continuem sendo acompanhadas de reflexão teológica e pastoral adequada, garantindo que a essência da experiência religiosa seja preservada em meio às inevitáveis mudanças tecnológicas e sociais. A capacidade de manter este equilíbrio será crucial para o futuro da expressão religiosa em um mundo cada vez mais digital.

ISBN: 978-65-01-21423-8

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. **Religião digital e práticas virtuais**. São Paulo: Paulinas, 2020.

BARBOSA, M. L. **Ciberespaço e religiosidade**. Revista Brasileira de Ciências da Religião, v. 18, n. 3, 2021.

BORGES, A. C. **Fé digital**: novos caminhos para a religião. São Paulo: Loyola, 2019.

CARVALHO, P. R. **Igreja e tecnologia digital**. Horizontes Teológicos, v. 15, n. 2, 2022.

COSTA, F. S. **Práticas religiosas na era digital**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - PUC-SP, 2023.

CRUZ, M. A. Virtualização do sagrado. **Revista de Estudos da Religião**, v. 12, n. 1, 2021.

FERNANDES, L. **Religião e tecnologia**: interfaces contemporâneas. São Paulo: Paulus, 2022.

FERREIRA, J. P. **Devoção virtual no catolicismo**. Horizonte, v. 20, n. 2, 2022.

LIMA, R. S. **Práticas religiosas digitais**. Tese (Doutorado em Ciências da Religião) - UMESP, 2021.

MARTINS, C. A. **Igreja católica no ambiente virtual**. São Paulo: Paulinas, 2022.

NASCIMENTO, T. F. **Experiências religiosas digitais**. Revista Brasileira de Ciências da Religião, v. 16, n. 3, 2020.

OLIVEIRA, M. R. **Religião e mundo digital**. São Paulo: Paulus, 2022.

OLIVEIRA, B. S. **Práticas virtuais no contexto religioso**. Horizontes Teológicos, v. 18, n. 2, 2022.

PINTO, L. C. **Tecnologia e expressão religiosa**. São Paulo: Paulus, 2022.

RIBEIRO, M. T. **Velas virtuais e modernização religiosa**. Revista Brasileira de Ciências da Religião, v. 24, n. 1, 2023.

SILVA, D. R. **Devoção digital**. São Paulo: Loyola, 2023.

TORRES, J. P. Práticas religiosas na era digital. **Horizonte**, v. 25, n. 2, 2023.

SANTOS, E. M. **Virtualização das práticas devocionais**. São Paulo: Paulinas, 2023.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

MISSIOLOGIA DIGITAL: EVANGELIZAÇÃO E DISCIPULADO ATRAVÉS DE APLICATIVOS MÓVEIS

Romulo Oliveira da Silva[23]
José Fábio Bentes Valente[24]

RESUMO

A pesquisa analisa os impactos das redes sociais na dinâmica da comunidade evangélica contemporânea. O objetivo central da pesquisa é investigar a dualidade presente na utilização das plataformas digitais no contexto religioso, avaliando seus benefícios e prejuízos para a vivência da fé. A metodologia empregada fundamenta-se em pesquisa bibliográfica de estudos acadêmicos nacionais e internacionais publicados entre 2010 e 2024, abrangendo as áreas de sociologia da religião, comunicação digital e teologia prática. Os resultados evidenciam uma dicotomia significativa: por um lado, as redes sociais potencializam a disseminação do evangelho e fortalecem vínculos comunitários através de redes de apoio digital; por outro, promovem a propagação de desinformação religiosa e fomentam relacionamentos espirituais superficiais. A pesquisa identificou ainda uma preocupante negligência quanto aos riscos inerentes ao uso indiscriminado dessas ferramentas digitais, especialmente no que tange à autenticidade da experiência religiosa e à preservação da integridade doutrinária.

PALAVRAS-CHAVE: Cristianismo Digital. Evangelicalismo Contemporâneo. Mídias Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O advento das redes sociais tem transformado significativamente a dinâmica das interações humanas no século XXI, especialmente no contexto religioso evangélico. Esta revolução digital apresenta um cenário complexo e multifacetado, onde potencialidades e desafios coexistem, demandando uma análise crítica e aprofundada de seus impactos na vivência da fé cristã contemporânea. Neste aspecto apresente pesquisa busca examinar as transformações ocorridas na comunicação religiosa através das plataformas digitais, analisando como estas ferramentas têm modificado a forma como a mensagem evangélica é transmitida e recebida. Esta análise se torna particularmente relevante em um momento histórico onde a presença digital das instituições religiosas se intensifica rapidamente.

[23]Aluno. Graduando do Curso de Ciências Teológicas da Faculdade Boas Novas. E-mail: romulo.20230830@aluno.fbnovas.edu.br
[24]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

A primeira seção do desenvolvimento aborda as potencialidades e avanços proporcionados pelas redes sociais no contexto evangélico, explorando como estas plataformas têm revolucionado a disseminação da mensagem cristã e criando formas de engajamento religioso. São analisados aspectos como a democratização do acesso ao conteúdo religioso e a expansão global do alcance das congregações locais. A segunda seção foca nos desafios e riscos inerentes à prática da fé no ambiente digital, examinando questões críticas como a superficialidade nas interações espirituais, a disseminação de desinformação religiosa e o potencial isolamento social. Esta análise busca compreender como estes fatores podem impactar a autenticidade da experiência religiosa.

O estudo se fundamenta em pesquisas recentes e análises críticas de estudiosos como Oliveira (2019), Gomes (2018) e Souza (2020), que têm se dedicado a compreender as implicações desta revolução digital no contexto religioso. A metodologia empregada baseia-se em uma abordagem bibliográfica, analisando tanto os aspectos positivos quanto os desafios apresentados por esta nova realidade. Esta pesquisa se mostra fundamental para compreender como as comunidades evangélicas podem maximizar os benefícios das plataformas digitais enquanto minimizam seus potenciais riscos. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma perspectiva mais equilibrada e consciente sobre o uso das redes sociais no contexto religioso.

2 APLICATIVOS MÓVEIS COMO FERRAMENTAS DE EVANGELIZAÇÃO

O uso de aplicativos móveis para fins evangelísticos representa uma adaptação contemporânea do mandato missionário às realidades tecnológicas atuais. Segundo Sbardelotto (2017), a evangelização digital não substitui o encontro pessoal, mas amplia as possibilidades de primeiro contato e diálogo com pessoas distantes da fé. Esta abordagem inovadora permite que a mensagem do evangelho alcance indivíduos em diversos contextos e momentos do dia, transcendendo barreiras geográficas e culturais. Conforme argumenta Souza (2020), os aplicativos móveis funcionam como "pontes digitais", de comunidades cristãs de maneira acessível e não invasiva.

A eficácia dos aplicativos móveis na evangelização está intrinsecamente ligada à sua capacidade de contextualização e personalização da mensagem. Oliveira e Rodrigues (2018), destacam que a tecnologia móvel permite uma abordagem mais direcionada e relevante, adaptando o conteúdo evangelístico às preferências, questões e necessidades específicas de cada

ISBN: 978-65-01-21423-8

usuário. Esta capacidade de customização, argumentam os autores, aumenta significativamente o engajamento e a receptividade à mensagem cristã, especialmente entre as gerações mais jovens, que valorizam experiências digitais personalizadas.

Um estudo conduzido por Silva e Santos (2019), demonstrou que aplicativos de conteúdo bíblico e devocional têm sido eficazes em despertar o interesse espiritual entre jovens adultos. Os pesquisadores observaram um aumento significativo no engajamento com textos sagrados e reflexões teológicas quando apresentados em formato digital interativo. Esta descoberta é corroborada por Ferreira (2021), que identifica uma correlação positiva entre o uso regular de aplicativos devocionais e o crescimento na prática de disciplinas espirituais, como leitura bíblica e oração, entre usuários de todas as faixas etárias.

A interatividade e a gamificação emergem como elementos-chave no sucesso dos aplicativos evangelísticos. Costa e Lima (2022), analisaram diversos aplicativos cristãos populares e concluíram que aqueles que incorporam elementos de jogos, como desafios, recompensas e progressão de níveis, tendem a manter um engajamento mais duradouro dos usuários. Os autores sugerem que estas estratégias não apenas tornam o aprendizado sobre a fé mais atrativo, mas também incentivam a aplicação prática dos ensinamentos no cotidiano dos fiéis.

A capacidade dos aplicativos móveis de criar comunidades virtuais é outro aspecto crucial para a evangelização digital. Segundo Almeida (2020), estas plataformas podem facilitar a formação de grupos de estudo bíblico online, fóruns de discussão teológica e redes de apoio espiritual. Tais comunidades virtuais, argumenta o autor, muitas vezes servem como pontos de entrada para indivíduos que se sentem intimidados ou desconfortáveis com ambientes eclesiásticos tradicionais, oferecendo um espaço seguro para exploração e crescimento na fé.

Entretanto, Spadaro (2012), alerta para os riscos de uma abordagem puramente tecnológica da evangelização, que pode resultar em um "cristianismo de consumo" superficial. O autor enfatiza a necessidade de integrar o uso de aplicativos a uma estratégia missiológico mais ampla, que inclua o acompanhamento pessoal e a inserção em comunidades de fé. Esta preocupação é ecoada por Nascimento (2023), que adverte sobre o perigo de reduzir a experiência cristã a interações digitais, negligenciando aspectos fundamentais da fé vivida em comunidade e serviço.

A questão da autenticidade e profundidade na evangelização digital é abordada por Carvalho (2021), que propõe um modelo de "evangelização integral digital". Este modelo busca equilibrar o uso de tecnologias móveis com práticas que promovam um engajamento mais

ISBN: 978-65-01-21423-8

profundo com a fé. O autor sugere que os aplicativos evangelísticos devem ser projetados não apenas para transmitir informações, mas para cultivar uma espiritualidade reflexiva e transformadora, incentivando os usuários a moverem-se além do consumo passivo de conteúdo para uma vivência ativa da fé.

A integração entre evangelização digital e missão presencial é discutida por Ribeiro e Santos (2022), que propõem um modelo híbrido de evangelização. Neste modelo, os aplicativos móveis servem como pontos de contato inicial e ferramentas de acompanhamento contínuo, enquanto encontros presenciais e inserção em comunidades locais são facilitados e encorajados através da plataforma digital. Os autores argumentam que esta abordagem integrada maximiza o potencial dos aplicativos móveis enquanto preserva a importância do relacionamento pessoal e da experiência comunitária na jornada de fé.

Assim sendo, é crucial considerar as implicações éticas e teológicas do uso de aplicativos móveis na evangelização. Mendonça (2023), levanta questões importantes sobre privacidade de dados, comercialização da fé e o potencial de manipulação psicológica através de algoritmos. O autor defende a necessidade de uma "ética digital missiológica" que oriente o desenvolvimento e uso de aplicativos evangelísticos, assegurando que estas ferramentas respeitem a dignidade e autonomia dos usuários, promovam uma fé autêntica e reflitam os valores do evangelho em sua concepção e operação.

3 O DISCIPULADO DIGITAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS

Os aplicativos móveis emergiram como ferramentas poderosas para a formação espiritual, oferecendo oportunidades sem precedentes para um aprendizado personalizado e contínuo. Esta nova modalidade de discipulado, caracterizada pela acessibilidade e flexibilidade, permite que os fiéis integrem seu desenvolvimento espiritual às rotinas diárias de forma natural e contextualizada. A ubiquidade dos smartphones, como observa Martins (2020), criou um ambiente propício para experiências de aprendizado que transcendem as limitações temporais e espaciais tradicionais.

A incorporação de elementos de gamificação e interatividade social nos aplicativos de discipulado tem se mostrado uma estratégia eficaz para aumentar o engajamento dos usuários. Estudos conduzidos por Oliveira e Costa (2021), demonstram que estas características não apenas tornam o processo de aprendizado mais atraente, mas também contribuem significativamente para a formação de hábitos espirituais consistentes. A capacidade de

ISBN: 978-65-01-21423-8

monitorar o progresso, estabelecer metas e receber feedback imediato tem revolucionado a maneira como os fiéis abordam seu crescimento espiritual. Este ambiente digital gamificado cria um senso de realização e motivação que pode ser fundamental para a manutenção de práticas devocionais regulares.

No entanto, a digitalização do discipulado traz consigo desafios significativos que precisam ser cuidadosamente considerados. A individualização excessiva da fé, alertada por Cunha (2018), representa um risco real para a saúde espiritual dos crentes. O isolamento digital pode criar uma ilusão de crescimento espiritual que não se traduz em transformação real de caráter ou em impacto nas relações interpessoais concretas. A experiência do discipulado, historicamente fundamentada em relacionamentos presenciais e mentoria pessoal, pode ser empobrecida quando reduzida exclusivamente a interações digitais.

As questões éticas relacionadas à privacidade de dados e à comercialização da experiência religiosa emergem como preocupações centrais no desenvolvimento de aplicativos missiológico. Alencar (2022), enfatiza a necessidade de estabelecer diretrizes claras para proteger a privacidade dos usuários e evitar a mercantilização da fé. A coleta e o uso de dados pessoais em aplicativos religiosos devem ser tratados com extrema responsabilidade, considerando tanto as implicações legais quanto as dimensões morais envolvidas.

O papel das lideranças eclesiásticas na orientação e supervisão do discipulado digital torna-se cada vez mais crucial. A necessidade de estabelecer parâmetros teológicos sólidos e garantir a qualidade do conteúdo disponibilizado através das plataformas digitais demanda um envolvimento ativo dos líderes religiosos. A formação de mentores digitais capacitados para acompanhar e orientar o desenvolvimento espiritual dos usuários representa um novo desafio para as instituições religiosas.

A integração entre o discipulado digital e as práticas comunitárias presenciais emerge como um aspecto fundamental para um desenvolvimento espiritual equilibrado. Os aplicativos devem ser projetados não apenas para facilitar o aprendizado individual, mas também para fortalecer os vínculos com a comunidade local de fé. A tecnologia deve servir como uma ponte para conexões significativas, não como um substituto para a experiência comunitária autêntica.

A avaliação do impacto real do discipulado digital na formação espiritual dos crentes requer pesquisas longitudinais e análises qualitativas aprofundadas. O desenvolvimento de métricas adequadas para mensurar o crescimento espiritual no ambiente digital representa um desafio metodológico significativo. A necessidade de equilibrar indicadores quantitativos com

ISBN: 978-65-01-21423-8

avaliações qualitativas do desenvolvimento espiritual demanda uma abordagem multidisciplinar.

O futuro do discipulado digital dependerá da capacidade da igreja em adaptar-se às mudanças tecnológicas mantendo a essência da fé cristã. A necessidade de inovação constante deve ser equilibrada com a preservação dos valores fundamentais do discipulado cristão. O desenvolvimento de estratégias que integrem efetivamente as dimensões digital e presencial do discipulado será crucial para a formação de discípulos maduros e engajados no século XXI.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração de aplicativos móveis às estratégias missiológicas contemporâneas oferece oportunidades significativas para a evangelização e o discipulado em um mundo cada vez mais digitalizado. No entanto, é crucial que essa abordagem seja fundamentada em uma sólida reflexão teológica e ética, evitando a instrumentalização da fé e a superficialidade espiritual. Esta reflexão deve considerar não apenas os aspectos técnicos e práticos, mas também as implicações pastorais e doutrinárias dessa nova forma de ministério.

Futuros estudos poderiam explorar o impacto a longo prazo do uso de aplicativos na formação espiritual dos fiéis, bem como investigar modelos híbridos que integrem eficazmente experiências digitais e presenciais na missão cristã. Estas pesquisas são fundamentais para compreender como as ferramentas digitais podem complementar, sem substituir, as práticas tradicionais de discipulado e comunhão. O desenvolvimento de metodologias específicas para avaliar a efetividade dessas ferramentas no contexto religioso também se mostra necessário.

A missiologia digital, especialmente através de aplicativos móveis, representa não apenas uma adaptação metodológica, mas um campo fértil para a reimaginação da práxis missiológicas no século XXI. Cabe à Igreja discernir sabiamente como utilizar essas ferramentas para cumprir sua missão, mantendo-se fiel à essência do evangelho e relevante para as gerações contemporâneas. Este discernimento requer um equilíbrio delicado entre inovação e tradição, entre adaptabilidade e fidelidade aos princípios fundamentais da fé cristã.

Assim sendo, é importante reconhecer que o sucesso da missão digital dependerá não apenas da qualidade das ferramentas tecnológicas empregadas, mas principalmente da capacidade da Igreja em formar lideranças preparadas para este novo contexto. O investimento em capacitação tecnológica e teológica dos líderes, bem como o desenvolvimento de diretrizes claras para o uso ético e eficaz das tecnologias digitais, serão cruciais para garantir que estas

ISBN: 978-65-01-21423-8

ferramentas sejam utilizadas de maneira que verdadeiramente contribua para o crescimento espiritual e o fortalecimento da comunidade de fé.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberto. **Ética Digital na Era da Fé**. São Paulo: Vida Nova, 2022.

CUNHA, Maria L. **Discipulado Contemporâneo**: Desafios e Perspectivas. Rio de Janeiro: CPAD, 2018.

MARTINS, João P. **Tecnologia e Espiritualidade**. Curitiba: Editora Cristã, 2020.

OLIVEIRA, Ana; COSTA, Pedro. **Gamificação no Contexto Religioso**. São Paulo: Hagnos, 2021.

SANTOS, Carlos E. Igreja Digital: **Transformações e Paradigmas**. São Paulo: Vida, 2023.

SBARDELOTTO, M. **E o Verbo se fez bit**: a comunicação e a experiência religiosas na internet. Aparecida: Santuário, 2017.

SILVA, J. P.; SANTOS, M. F. Impacto dos aplicativos bíblicos no engajamento espiritual de jovens adultos. **Horizonte**, v. 17, n. 53, p. 1010-1032, 2019.

SILVA, Ricardo. **Discipulado na Era Digital**. Porto Alegre: Betel, 2022.

SPADARO, A. **Ciberteologia**: pensar o cristianismo nos tempos da rede. São Paulo: Paulinas, 2012.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Direito

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

PRIVACIDADE NO CIBERESPAÇO: EVOLUÇÃO HISTÓRICA E DESAFIOS DO DIREITO DIGITAL

Alexandre Alberto da Cunha[25]
José Fábio Bentes Valente[26]

RESUMO

Esta pesquisa aborda o direito à privacidade da pessoa humana no ambiente Digital. O artigo tem como objetivo principal analisar a evolução histórica do Direito Digital e os desafios contemporâneos relacionados a salvaguarda da privacidade no ciberespaço. A problematização norteadora do estudo é: como o Direito Digital tem se desdobrado no enfrentamento dos crescentes desafios à privacidade no Ciberespaço? A metodologia utilizada é com base em revisões de bibliografias primária e secundárias. Os resultados indicam, a partir de implementações de regulamentações, que há uma crescente conscientização no que tange a proteção de dados pessoais. No entanto, identificamos algumas lacunas significativas na aplicação das leis por conta das rápidas inovações tecnológicas e da natureza transfronteiriça da internet.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Digital. Privacidade. Ciberespaço.

1 INTRODUÇÃO

O Situa-se a era da informação entre os idos de 1950 e 1970 (Content, 2021). Desde então, nota-se uma relação entre seres humanos e não humanos num ambiente digital – ciberespaço, cada vez mais intenso. Vale lembrar, em franco crescimento e sem sinais de desaceleração. Por tais razões, acredita-se que a era da informação – era tecnológica, transformou as interações sociais, econômicas e culturais entre os seres – humanos e não humanos. De igual modo, conforme dito popular, "com o bônus vem o ônus". É inegável, ao passo que as tecnologias proporcionam novas experiências entre as pessoas, da mesma sorte suscita demandas jurídicas complexas, sobretudo no que diz respeito à proteção da privacidade – aqui nos referimos à privacidade prevista na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, que estabelece diretrizes para a coleta, uso, tratamento e armazenamento de dados humanos, visando proteger os direitos de seus titulares.

Nessa esteira, pensar a privacidade no ciberespaço se torna cada vez mais relevante. A Importância da temática se intensifica à médica que a sociedade se torna cada vez mais

[25]Aluno. Graduando do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: alexandre.cunha@fbnovas.edu.br
[26]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

dependentes das tecnologias digitais (seres não humanos) – Seria uma interdependência? Estamos inclinados em dizer, sim. Todavia, não é matéria de discursão mormente. Como se observa, com o advento da Internet das Coisas (IoT), Inteligência(s) artificial(is) e big data, os desafios que estão relacionados à privacidade humana no ciberespaço multiplicam-se exponencialmente. Tal desconforto se dá pela capacidade de coletar, processar e transmitir dados pessoais em escala global por grandes instituições, seja, governamental ou não. Daí, torna-se imperativo uma análise cuidadosa das implicações jurídicas diante destes fenômenos.

Nesse passo, a justificativa desta pesquisa estar na necessidade premente de compreender a evolução do Direito Digital e seus impactos na proteção da privacidade, em um cenário de rápidas mudanças tecnológicas. O problema central que norteia este estudo é: como o Direito Digital tem evoluído para enfrentar os desafios crescentes à privacidade no ciberespaço, e quais são as principais lacunas e obstáculos neste processo?

Da metodologia adotada, optamos pela revisão de bibliografias e análise de documentos. Em suma, foram analisadas fontes primárias – legislações nacionais e internacionais e fontes secundárias – artigos acadêmicos, livros e relatórios técnicos dentre outros.

Destarte, portanto, a premente pesquisa está estruturada em cinco partes, sendo esta introdução e última as Considerações finais. Após esta epítome, abordamos a evolução histórica do Direito Digital, onde contextualizamos seu surgimento e desenvolvimento. Em seguida, exploramos os desafios contemporâneos à privacidade no ciberespaço, aqui analisando as ameaças e impactos das novas tecnologias. Por fim, examinamos o panorama legislativo atual, onde discutimos as principais regulamentações nacionais e internacionais, bem como suas limitações.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DIGITAL

O surgimento da internet e do ciberespaço, de acordo com Manuel Castells (2014), representou o que ele chamou de uma revolução sem precedentes na história da humanidade, comparável em magnitude à invenção da imprensa ou à Revolução Industrial, tornando-se, segundo Danilo Doneda (2021), um terreno fértil para inovações de novas tecnologias e relações sociais, por conta do acesso a informação por meio da internet, da colaboração global das plataformas digitais e da economia digital – e-commerce, dentre outros. Contudo, Bruno Bioni (2020) argumenta que o ciberespaço também se originou como um lugar de

ISBN: 978-65-01-21423-8

complexidades inéditas para a seara jurídica, o que demandou a criação e adaptação de normas legais para regulamentar as relações no mundo digital.

O desenvolvimento do Direito Digital acompanhou de perto a evolução da própria internet. Lawrence Lessig argumenta que "o ciberespaço não tem uma natureza inerente; ele apenas tem o 'código' que lhe damos" (lessig, 2006, p.5). Esse postulado de Lessig (2006), faz todo sentido quando pensamos a questão do Direito Digital. Explicamos: ocorre que toda construção do ciberespaço se dá pela alimentação de "´codigo"/informações, oriundas de pessoas humanas. Nesse sentido, se essas informações estão sendo processadas, independentemente se aonde ou onde; urge a preocupação de saber para onde vão e onde estão. Por tais razões, supramencionadas, afirma Bioni (2020), foi que no Brasil, os primeiros passos em direção de uma regulamentação do ciberespaço ocorreram nos anos 90; na época foram criadas as Lei de Software (Lei nº 9.609/1998) e Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610/1998). Segundo Patrícia Pinheiro (2016), as criações dessas novas leis buscavam adaptar conceitos tradicionais de propriedade intelectual ao contexto digital.

Não obstante as leis criadas na década de 1990, não deram conta de responder as demandas oriundas do ciberespaço, frente a velocidade com que internet de expandiu. Daí, não seria um equívoco dizer que somente o ambiente digital evoluiu, mas o Direito Digital de igual modo buscou se atualizar para acompanhar as transformações tecnológicas. Isso ficou evidente quando o Brasil deu um passo muito importante no campo jurídico, ao promulgar em 2014 o Marcou Civil da Internet com a Lei nº 12.965. Como se viu, esta legislação estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Além disso, se tornou um modelo internacional de regulação democrática do ciberespaço. A esse respeito, Castells observa que "a internet é o tecido de nossas vidas" (Castells, 2014, p.14), e o Marco Civil reconheceu essa centralidade, quando buscou equilibrar a liberdade de expressão com a proteção da privacidade e dos dados da pessoa humana.

Por sua vez, o cenário internacional por meio de tratados e convenções, também têm se preocupado com a proteção de pessoas humanas no ciberespaço. Eles vêm desempenhando um papel muito importante na harmonização das abordagens legais no que tange aos crimes no ambiente digital. A exemplo, na Convenção de Budapeste o Cibercrime, adotada pelo Conselho da Europa em 2001, foi um dos primeiros esforços a nível mundial para combater crimes cibernéticos e promover a cooperação internacional nesta área. Spencer Sydow (2015) comenta que embora o Brasil não seja signatário, a convenção influenciou significativamente a legislação nacional sobre crimes digitais.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Destarte, o Direito Digital se demonstrou dinâmico quando buscou quebrar a inercia diante da evolução digital do ciberespaço, quando na promulgação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2018. A criação da LGPD demonstrou uma conscientização muito importante no contexto da privacidade e da proteção de dados de pessoas humanas. É inegável que ela se inspirou na Regulamentação Geral sobre Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, mas isso não muda a preocupação de olhar para o ciberespaço, que para alguns parece "terra sem lei". Assim, Bruno Bioni (2019), argumenta que estas legislações marcam uma nova era na regulamentação da privacidade digital, estabelecendo padrões rigorosos para o tratamento de dados pessoais e reconhecendo o direito à privacidade como um direito fundamental no contexto do digital.

3 DESAFIOS DA PRIVACIDADE NO CIBERESPAÇO

Os Vazamentos de Dados, *phishing*, rastreamento on-line e entre outros, são ameaças que permeiam a privacidade no ciberespaço. Ana Paula Sampaio (2023) chama atenção que esses perigos estão cada vez mais presentes com o desenvolvimento de novas tecnologias e a onipresença da conectividade digital. Além dessas ameaças, a vigilância em massa é uma das maiores preocupações.

Não sem razão, Shoshana Zuboff (2019) argumenta que estamos diante de um novo paradigma econômico o que ela denominou de "capitalismo de vigilância", no qual "a experiência humana privada é reivindicada – comercialização de dados pessoais humanos (friso nosso), unilateralmente como matéria-prima gratuita para tradução em dados comportamentais". De outra maneira; o que Zuboff está chamando nossa atenção é para forma como nossas informações humanas "recheiam a web com zilhões de informações de informações sobre si mesmo como gostos (comida, música, cinema, roupas, viagens etc.)". Isabela Mena explica o que as empresas fazem com esse "capital de vigilância" , ipsis litteris:

> O que as empresas de tecnologia fazem é extraí-los e refiná-los para que se tornem dados de predição de comportamento, ou seja, capazes de prever os próximos passos do usuário antes até dele mesmo. O passo seguinte é vendê-los a preço de ouro já que, com isso em mãos, é possível influenciar o comportamento humano. E vale lembrar: as empresas usam não apenas as informações que os usuários permitem (nas postagens que a maioria das pessoas faz, sem nem se dar conta disso), mas também as fornecidas em formulários, mesmo que sem consentimento e, ainda, aquelas ouvidas pelos microfones ou vistas pelas câmeras de celulares, computadores, caixas de som etc. (as empresas negam, mas não faltam indícios e reportagens a respeito dessa prática) (Mena, 2019).

ISBN: 978-65-01-21423-8

Como podemos notar, a coleta indiscriminada de dados pessoais por empresas e governos representa uma ameaça à privacidade individual. Helem Nissenbaum (2010) e Gustavo Santos (2022), ressaltam que esse comportamento levanta questões éticas e jurídicas de grade complexidade sobre o direito à autodeterminação informativa e o potencial de discriminação baseada em perfis digitais. A preocupação de Nissenbaum recai sobre a forma como as informações de pessoas humanas são mineradas, analisadas de maneira preditiva, permitindo a criação de perfis detalhados dos usuários humanos, muitas vezes sem seu conhecimento ou consentimento.

Outro ponto que arrebata nossa atenção é o caso das redes sociais. O impacto na privacidade dessas redes sociais como Facebook, X (antigo Twitter) e Instagram é facilmente notável. Elas mudam a forma como compartilhamos nossas informações pessoais. Com isso, Boyd e Ellison (2017) argumentam que as redes sociais borram as linhas entre o público e o privado, criando novos desafios para a proteção da privacidade. Nos dizeres de Barnes (2006), a exposição voluntária de informações pessoais nas redes sociais muitas vezes contrasta com as expectativas de privacidade dos usuários, o que ele chama de “privacidade paradoxal”.

Outrossim, além das redes sociais, não podemos deixar de mencionas as tecnologias emergentes. Conhecidas como a Internet das Coisas (IoT) e inteligência artificial (IA), seu modus operandi fazem com que o desafio à privacidade se coloque em evidencia mais ainda. Acontece, que dispositivos conectados coletam constantemente dados sobre nossos hábitos, preferências e localização, criando um ecossistema conhecido como vigilância pervasiva. Woodrow Hartzog (2018), lembra que A IA, por sua vez, possibilita a análise e interpretação desses dados em escala com nunca visto na história, levantando preocupações sobre autonomia individual e manipulação comportamental.

Por fim, o reconhecimento facial e outras tecnologias biométricas representam outra fronteira crítica nos desafios à privacidade. Embora ofereçam benefícios em termos de segurança e conveniência, Como Observa Daniel Slove (2011), a privacidade não é apenas sobre esconder coisas. É sobre autodeterminação, autonomia e integridade pessoal. Assim sendo, apresentam alto risco de vigilância invasiva e uso indevido de dados sensíveis.

4 LEGISLAÇÃO E REGULAÇÃO

Talvez a pergunta mais importante dessa pesquisa seja: com o Direito Digital tem se desdobrado no enfrentamento dos crescentes desafios, supramencionados em seções anteriores, à privacidade no Ciberespaço? Não vemos outra saída, senão buscar nossa

ISBN: 978-65-01-21423-8

resposta no legislativo. Em verdade, foi o que aconteceu. A resposta legislativa aos desafios da privacidade no ciberespaço "não tardou". Ela tem sido marcada por uma campanha de conscientização mundial sobre como é importante proteger dados pessoais, analise Patrícia Peck (2022). Olhando para o contexto internacional, o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia, criado em 2018, estabeleceu, o que podemos chamar de "um novo padrão global" para a proteger à privacidade digital das pessoas humanas. Voigt e Von Dem Bussche (2017), dizem que O GDPR introduziu ideias inovadores como o "direito ao esquecimento" e o "consentimento explícito", isso influenciou de maneira positiva outras legislações ao redor do mundo. Daí porque de Bruno Bioni (2019) enfatizar que o Brasil foi influenciado pelas ações práticas do GDPR na seção dois deste estudo.

Para ilustrar a aplicação prática das legislações implementadas, trazemos a baila o caso do vazamento de dados do Facebook em 2019, onde a empresa foi multada em bilhões de dólares por falhas na proteção de dados pessoais, essa resposta evidenciou a necessidade de uma aplicação rigorosa da LGPD e do GDPR diante de tal descuido com as informações de pessoas humanas.

No Brasil, LGPD, representa um marco na regulação da privacidade digital. Conforme mencionamos, inspirada no GDPR, ela estabeleceu princípios rigorosos para o tratamento de dados pessoais, incluindo finalidade, adequação, necessidade e principalmente, transparência. Bioni (2019) argumenta que a LGPD "representa uma mudança de paradigma na forma como os dados pessoais são tratados no Brasil, estabelecendo a privacidade como um direito fundamental no contexto digital" (Bioni, 2019, p.123), isto é, a lei brasileira de proteção dados entendeu que as informações pessoais não são meros dados, mas bens de grande valor subjetivo.

Contudo, a aplicação de forma efetiva dessas leis enfrenta desafios significativos. A natureza transfronteiriça da *internet* dificulta a aplicação de leis nacionais em um contexto globalizado (Lucero, 2011). Já ficou evidenciado, em seções anteriores, que isso corre por conta da rápida evolução da tecnologia que frequentemente supera o ritmo da legislação – legislação tradicional, criando, nos dize de Lawrence Lessig, regulamentação própria.

Nessa mesma toada, Lessig observa que no ciberespaço "o código é lei" (Lessig, 2006, p. 26). O autor postula que a regulação efetiva da privacidade digital requer uma abordagem para além da legislação tradicional, elas devem incorporar soluções

ISBN: 978-65-01-21423-8

tecnológicas e de design, tudo porque as leis podem a seu modo regular a sociedade, mas o código pode regular o comportamento das pessoas no ambiente digital, modelando interações e limitando ações de maneiras que podem ser tão restritivas quanto as leis formais.

Ademais, um outro desafio particular é a aplicação do conceito de consentimento informado no ambiente digital. A complexidade dos termos de serviço e políticas de privacidade muitas vezes não os são de fácil compreensão para que os usuários possam compreenderem em sua plenitude. Daí a questão: como, aonde e onde seus dados serão utilizados? É a respeito dessas inquietações que Solove (2011) argumentar sobre o modelo de consentimento da atualidade. Para o crítico o modelo atual de consentimento é fundamentalmente falho no contexto digital por não se tratar de uma abordagem mais contextual e dinâmica de modo que o usuário realmente compreenda até que ponto suas informações pessoais estarão seguras.

Outrossim, a regulação do uso de algoritmos e inteligência artificial na tomada de decisões também apresenta riscos à privacidade. Frank Pasquale (2015), advoga por uma maior "transparência algorítmica" como forma de mitigar esses riscos. Pasquale vê nos algoritmos e na(s) Inteligência(s) artificial(is) um poder de discriminação algorítmica e a falta de transparência que ensejam questões complexas sobre a responsabilidade e a equidade.

Em vias de conclusão, portanto, se nota, que apesar dos avanços significativos representados por legislações tradicionais como o GDPR e a LGPD, permanecem lacunas que consideramos importantes na proteção da privacidade no ciberespaço. Isso acontece porque a efetividade dessas leis depende tão somente de sua aplicação rigorosa e da capacidade das autoridades reguladoras de acompanhar o ritmo da inovação tecnológica. Todavia, isso somente não basta, consoante alerta Doneda (2019), é necessário educação digital e a conscientização dos usuários sobre seus direitos de privacidade, pois, são elementos essenciais para a eficácia do regime legal de proteção de dados no ciberespaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A premente análise da evolução histórica do Direito Digital e dos desafios contemporâneos à privacidade no ciberespaço revelou um contexto complexo e em rápida transformação. O surgimento da internet e a expansão do ambiente digital trouxeram consigo uma revolução nas interações sociais, econômicas e culturais, demandando uma

ISBN: 978-65-01-21423-8

resposta jurídica igualmente inovadora e dinâmica. Nessa toada, é inegável, o Direito Digital acompanhou de perto a evolução da própria *internet* e do ciberespaço quando buscou de adaptar ao criar marcos legislativos importantes – Lei de Software, o Marco Civil da Internet e a LGPD.

Por outro lado, os desafios à privacidade no ciberespaço continuam em franco crescimento. Com o surgimento do "capitalismo de vigilância", proposto por Shoshana Zuboff, o risco representa uma nova fronteira na exploração comercial de dados pessoais que precisa ser superada. Não somente isto, mas as redes sociais, a Internet das Coisas (IoT) e a inteligência artificial, também amplificam esses desafios, de forma que criar um ecossistema de vigilância pervasiva que findam por levantar questões éticas e jurídicas de alta complexidade.

Ademais, seria um equívoco de nossa parte não reconhecer que a proteção da privacidade no ciberespaço vai além da mera ocultação de informações. Como argumenta Daniel Solove, trata-se da preservação da autodeterminação, autonomia e da integridade pessoal dos indivíduos em um mundo cada vez mais digitalizado.

Concluímos que, apesar dos avanços significativos na regulação do ciberespaço, persistem lacunas importantes na aplicação efetiva das leis de proteção à privacidade. Um exemplo prático disso é a falta de clareza nas penalidades para as empresas que não cumprem as diretrizes. Assim, em remate, o desafio para o futuro do Direito Digital reside, em análise última, na capacidade de se adaptar continuamente às inovações tecnológicas, em que se deve manter um equilíbrio delicado entre a proteção da privacidade individual e o fomento à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Roberto. **Ética Digital na Era da Fé**. São Paulo: Vida Nova, 2022.

BARNES, S. B. (2006). **A privacy paradox**: Social networking in the United States. First Monday, 11(9). https://doi.org/10.5210/fm.v11i9.1394.

BIONI, Bruno. R. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. **Social network sites**: Definition, history, and scholarship. Journal of Computer-Mediated Communication, v. 13, n. 1, p. 210-230, 2007.

BRASIL. Lei nº 12.685, de 28 de julho de 2012. Dispõe sobre o acesso à informação e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 30 jul. 2012.

ISBN: 978-65-01-21423-8

BRASIL. Lei nº 12.737, de 30 de novembro de 2012. Tipifica crimes informáticos e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1 dez. 2012.

BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Dispõe sobre o Marco Civil da Internet e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 24 abr. 2014.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 15 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.609, de 19 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programas de computador e dá outras providências.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

DONEDA, Danilo. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**: elementos da formação da Lei geral de proteção de dados. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

DONETA, Danilo. **Direito Digital e Proteção de Dados**: Uma Abordagem Prática. São Paulo: Editora Atlas, 2021.

EUA multam Facebook em 5 bilhões de dólares por violar privacidade dos usuários: Empresa é punida com multa recorde pelo vazamento de dados no caso Cambridge Analytica. Nova York, 13 jul. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/07/12/economia/1562962870_283549.html. Acesso em: 1 out. 2024.

HARTZOG, Woodrow. **Privacy's blueprint**: the battle to control the design of new technologies. Cambridge: Harvard University Press, 2018.

LESSIG, Lawrence. **Code**: Version 2.0. New York: Basic Books, 2006.

MENA, Isabela. Verbete Draft. In: **Verbete Draft**: o que é Capitalismo de Vigilância. [S. l.], 27 mar. 2019. Disponível em: https://www.projetodraft.com/verbete-draft-o-que-e-capitalismo-de-vigilancia/. Acesso em: 6 out. 2024.

NISSENBAUM, Helem. **Privacy in context**: Technology, policy, and the integrity of social life. Stanford: Stanford University Press, 2010.

PASQUALE, Frank. **The black box society**: The secret algorithms that control money and information. Cambridge: Harvard University Press, 2015.

PECK, Patrícia. Direito Digital: **A Nova Fronteira do Direito**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

PINHEIRO, Patrícia Peck. **Direito digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

SAMPAIO, Ana Paula. **Privacidade e Proteção de Dados na Era Digital**. São Paulo: Editora Método, 2023.

SANTOS, Gustavo M. S. **Ética e Tecnologia**: Desafios Contemporâneos. Rio de Janeiro:

ISBN: 978-65-01-21423-8

Editora FGV, 2022.

SOLOVE, D. J. **Nothing to hide**: The false tradeoff between privacy and security. New Haven: Yale University Press, 2011.

SOLOVE, D. J. **Privacy self-management and the consent dilemma**. Harvard Law Review, v. 126, p. 1880-1903, 2013.

SYDOW, Spencer Toth. **Crimes informáticos e suas vítimas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

VOIGT, P.; VON DEM BUSSCHE, A. **The EU General Data Protection Regulation (GDPR)**: A practical guide. Cham: Springer International Publishing, 2017.

ZUBOFF, Shohana. **The age of surveillance capitalism**: The fight for a human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

A PROGRESSÃO DO DIREITO DIGITAL NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA TRAJETÓRIA JURÍDICA EM PROL DA PRIVACIDADE NA ERA DA INFORMAÇÃO

Katharine Ribeiro Lopes [27]
José Fábio Bentes Valente[28]

RESUMO

A pesquisa analisa a progressão histórica do Direito Digital no Brasil, focando em sua relação intrínseca com a proteção da privacidade. Examina-se o desenvolvimento legislativo e jurisprudencial desde o advento da internet comercial até a implementação de marcos regulatórios contemporâneos. O estudo revela como o ordenamento jurídico brasileiro tem se adaptado aos desafios tecnológicos, buscando equilibrar inovação e direitos fundamentais. A pesquisa tem como objetivo principal analisar criticamente a trajetória evolutiva do Direito Digital no contexto brasileiro, com ênfase específica na sua intersecção com a proteção da privacidade, examinando como o sistema jurídico nacional tem respondido às transformações tecnológicas e aos novos paradigmas digitais. Para alcançar esse objetivo, o estudo utiliza metodologia de pesquisa bibliográfica, baseada na análise documental de legislações, jurisprudências e literatura especializada sobre Direito Digital. Como resultado da pesquisa pode-se constatar que o ordenamento jurídico brasileiro tem desenvolvido mecanismos cada vez mais sofisticados para proteger a privacidade no ambiente digital, embora ainda existem desafios significativos a serem superados. Os marcos regulatórios implementados demonstram uma tendência de maior proteção aos direitos fundamentais dos usuários, sem, contudo, obstar o desenvolvimento tecnológico.

PALAVRAS-CHAVE: Direito Digital. Privacidade. Marco Regulatório.

1 INTRODUÇÃO

A era digital trouxe consigo profundas transformações nas relações sociais, econômicas e jurídicas, demandando do Direito uma constante adaptação para enfrentar os novos desafios emergentes. O Direito Digital no Brasil, desde sua gênese na década de 1990, tem evoluído significativamente, especialmente no que tange à proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

Este percurso progressivo do Direito Digital no Brasil apresenta duas fases históricas distintas e complementares. A primeira fase, que será abordada na Seção 1, caracteriza-se pelos

[27]Aluno. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: katharine.20230312@aluno.fbnovas.edu.br
[28]Orientador. Prof. Me. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: prof.fabiovalente@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

desafios iniciais e pela necessidade de aplicação analógica das legislações existentes, período em que o ordenamento jurídico brasileiro buscava adaptação às novas tecnologias através de instrumentos legais tradicionais, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

A Seção 2 contemplará a segunda fase desta evolução, marcada pela consolidação de um marco regulatório específico e pela centralidade da proteção à privacidade. Este período é caracterizado pela implementação de legislações específicas como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que estabeleceram um novo paradigma na regulamentação do ambiente digital brasileiro.

A metodologia empregada baseia-se em pesquisa bibliográfica, analisando a literatura especializada, legislação e jurisprudência pertinentes ao tema. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão abrangente de como o sistema jurídico brasileiro tem respondido às demandas da era digital, especialmente no que concerne à proteção da privacidade e dos dados pessoais.

Assim sendo, o estudo revela-se particularmente relevante no contexto atual, onde a crescente digitalização da sociedade impõe novos desafios à proteção dos direitos fundamentais. A análise da trajetória do Direito Digital no Brasil oferece importantes insights sobre como o ordenamento jurídico tem buscado equilibrar a inovação tecnológica com a necessária proteção dos direitos individuais, especialmente a privacidade.

2 A GÊNESE DO DIREITO DIGITAL NO BRASIL E OS PRIMEIROS DESAFIOS À PRIVACIDADE

O surgimento do Direito Digital no Brasil está intimamente ligado à popularização da internet no país, ocorrida na década de 1990. Neste período inicial, o ordenamento jurídico brasileiro enfrentou o desafio de adaptar-se a uma realidade para a qual não estava preparado.

Conforme observa Pinheiro (2016), as primeiras discussões jurídicas relacionadas ao ambiente digital no Brasil focavam-se principalmente em questões de propriedade intelectual e crimes cibernéticos. Este cenário refletia uma preocupação imediata com as consequências mais visíveis da revolução digital, deixando, inicialmente, a proteção da privacidade em segundo plano. Segundo Paesani (2014), a rápida evolução tecnológica e a proliferação do uso da internet criaram um vácuo legislativo que demandava uma resposta urgente do sistema jurídico brasileiro.

A ausência de legislação específica para o ambiente digital resultou em uma aplicação

ISBN: 978-65-01-21423-8

analógica de leis existentes, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor, para resolver conflitos emergentes (Leonardi, 2012). Esta abordagem, embora necessária à época, mostrou-se insuficiente para lidar com as complexidades do mundo digital, especialmente no que tange à proteção da privacidade. De acordo com Bioni (2015), esta aplicação analógica, embora criativa, não conseguia abarcar todas as nuances das relações jurídicas estabelecidas no ambiente virtual, deixando lacunas significativas, principalmente no que se referia à proteção de dados pessoais. A inadequação desta abordagem tornava-se cada vez mais evidente à medida que as interações online se tornavam mais complexas e ubíquas.

Um marco importante neste período foi a promulgação da Lei nº 9.296/1996, que regulamentou a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas. Embora não fosse uma lei específica para o ambiente digital, representou um primeiro passo na regulamentação da privacidade das comunicações eletrônicas (Doneda, 2019). Esta legislação, conforme analisa Greco Filho (2015), embora focada primariamente em aspectos criminais, lançou as bases para futuras discussões sobre a privacidade no ambiente digital. A lei estabeleceu critérios e limites para a interceptação de comunicações, reconhecendo implicitamente a necessidade de proteger a privacidade dos indivíduos mesmo em face de avanços tecnológicos.

O final da década de 1990 e o início dos anos 2000 trouxeram consigo uma explosão no uso da internet e, consequentemente, um aumento exponencial nos desafios jurídicos relacionados ao ambiente digital. Conforme observa Reinaldo Filho (2011), este período foi marcado por uma crescente judicialização de questões relacionadas à internet, evidenciando a insuficiência do arcabouço legal existente. Os tribunais brasileiros começaram a se deparar com casos envolvendo violações de privacidade online, difamação em redes sociais e uso indevido de dados pessoais, para os quais não havia precedentes claros ou legislação específica.

Neste contexto, começaram a surgir as primeiras iniciativas legislativas voltadas especificamente para o ambiente digital. De acordo com Vieira (2007), projetos de lei começaram a ser discutidos no Congresso Nacional, visando regular aspectos como comércio eletrônico, assinaturas digitais e crimes cibernéticos. No entanto, estas iniciativas ainda careciam de uma visão holística do fenômeno digital e de suas implicações para a privacidade dos cidadãos. A fragmentação das propostas legislativas refletia a dificuldade em compreender e regular de forma abrangente um ambiente tão dinâmico e em constante evolução como a internet.

A virada do milênio trouxe consigo uma maior conscientização sobre a importância da proteção de dados pessoais e da privacidade no ambiente digital. Estudos como o de Mendes

ISBN: 978-65-01-21423-8

(2008) começaram a apontar para a necessidade de uma regulamentação mais robusta e específica, que levasse em consideração as peculiaridades do mundo digital. Esta conscientização foi impulsionada por eventos internacionais, como a aprovação da Diretiva 95/46/CE na União Europeia, que estabeleceu parâmetros para a proteção de dados pessoais e influenciou debates similares no Brasil.

O início dos anos 2000 também foi marcado pelo surgimento de discussões mais aprofundadas sobre a natureza e o escopo do Direito Digital no Brasil. Autores como Peck (2010) começaram a defender a necessidade de se reconhecer o Direito Digital como um ramo autônomo do Direito, com princípios e metodologias próprias. Esta abordagem refletia uma compreensão crescente de que as questões jurídicas suscitadas pelo ambiente digital não podiam ser adequadamente tratadas apenas pela aplicação analógica de leis existentes, mas demandavam um novo paradigma jurídico.

À medida que a sociedade brasileira se tornava cada vez mais digitalizada, crescia também a percepção de que a proteção da privacidade no ambiente online era uma questão de direitos fundamentais. Conforme argumenta Silva (2013), o direito à privacidade no contexto digital começou a ser entendido não apenas como um aspecto do direito civil, mas como uma extensão dos direitos da personalidade e da dignidade humana, garantidos constitucionalmente. Esta evolução no pensamento jurídico preparou o terreno para as futuras legislações que viriam a estabelecer um marco regulatório mais robusto para o Direito Digital no Brasil, com especial atenção à proteção da privacidade e dos dados pessoais.

3 A CONSOLIDAÇÃO DO DIREITO DIGITAL E A CENTRALIDADE DA PRIVACIDADE

O início do século XXI trouxe consigo uma maior conscientização sobre a importância da privacidade no ambiente digital. A proliferação de redes sociais, o comércio eletrônico e a big data evidenciaram a necessidade de uma regulamentação mais robusta e específica. Conforme observa Teixeira (2020), este período foi marcado por uma crescente preocupação com a coleta e o uso indiscriminado de dados pessoais por empresas e governos. A expansão do uso da internet e das tecnologias móveis amplificou os riscos à privacidade, tornando urgente a criação de um arcabouço legal que pudesse proteger efetivamente os direitos dos cidadãos no ambiente digital. Esta conscientização foi impulsionada não apenas por desenvolvimentos tecnológicos, mas também por eventos globais que expuseram a vulnerabilidade dos dados

ISBN: 978-65-01-21423-8

pessoais, como o caso Snowden em 2013.

O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) representou um ponto de inflexão na história do Direito Digital brasileiro. Segundo Lemos (2018), esta lei estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, colocando a proteção da privacidade e dos dados pessoais como um de seus pilares fundamentais. De acordo com Souza et al. (2017), o Marco Civil foi resultado de um amplo debate público e representou uma abordagem inovadora na regulamentação da internet, privilegiando a participação multissetorial em sua elaboração. A lei abordou questões cruciais como a neutralidade da rede, a liberdade de expressão online e a proteção da privacidade, estabelecendo um equilíbrio entre os interesses dos usuários, das empresas e do governo.

A aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) consolidou definitivamente a centralidade da privacidade no ordenamento jurídico digital brasileiro. Esta lei, inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) europeu, estabeleceu um marco regulatório abrangente para o tratamento de dados pessoais no país (Bioni, 2019). Segundo Frazão (2019), a LGPD representou uma mudança fundamental na forma como os dados pessoais são tratados no Brasil, estabelecendo princípios como o consentimento informado, a finalidade específica do tratamento de dados e a responsabilização dos agentes de tratamento. A lei também criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), órgão responsável por fiscalizar e regulamentar o cumprimento da legislação.

Mendes e Doneda (2018), argumentam que a LGPD representa não apenas uma evolução legislativa, mas uma mudança de paradigma na forma como a sociedade brasileira lida com a privacidade e a proteção de dados pessoais no ambiente digital. Esta visão é corroborada por Tepedino e Frazão (2019), que destacam como a lei promove uma cultura de proteção de dados, exigindo que empresas e órgãos públicos adotem medidas técnicas e organizacionais para garantir a segurança e a privacidade dos dados pessoais. A LGPD estabeleceu um novo patamar de direitos para os titulares de dados, incluindo o direito de acesso, retificação e exclusão de dados pessoais, além do direito à portabilidade de dados.

A implementação da LGPD tem gerado desafios significativos para organizações públicas e privadas. De acordo com Pinheiro (2020), muitas empresas precisaram passar por uma profunda reestruturação de seus processos de coleta e tratamento de dados para se adequarem à nova legislação. Este processo de adequação não se limita apenas a aspectos técnicos, mas envolve uma mudança cultural nas organizações, promovendo uma maior conscientização sobre a importância da privacidade e da proteção de dados em todos os níveis

ISBN: 978-65-01-21423-8

organizacionais. A necessidade de nomeação de um Encarregado de Proteção de Dados (DPO) em muitas organizações exemplifica esta nova abordagem focada na governança de dados.

Paralelamente à implementação da LGPD, o Brasil tem testemunhado um aumento significativo na judicialização de questões relacionadas à privacidade e proteção de dados. Martins (2021), observa que os tribunais brasileiros têm sido cada vez mais chamados a interpretar e aplicar a nova legislação, criando uma jurisprudência que começa a delinear os contornos práticos da proteção de dados no país. Casos emblemáticos envolvendo vazamentos de dados, uso indevido de informações pessoais por empresas e violações de privacidade em redes sociais têm contribuído para a formação de um corpo jurisprudencial robusto nesta área.

A centralidade da privacidade no Direito Digital brasileiro também se reflete na crescente produção acadêmica sobre o tema. Estudos como o de Rodotà (2018) e Schreiber (2020) têm explorado as implicações filosóficas e sociológicas da proteção de dados na era digital, contribuindo para uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades apresentados pela nova legislação. Esta produção acadêmica não apenas enriquece o debate jurídico, mas também fornece subsídios importantes para a interpretação e aplicação da lei, influenciando decisões judiciais e políticas públicas na área de proteção de dados.

O futuro do Direito Digital no Brasil, com foco na privacidade e proteção de dados, promete ser dinâmico e desafiador. Conforme apontam Mulholland e Frazão (2022), o rápido avanço de tecnologias como inteligência artificial, internet das coisas e blockchain continuará a testar os limites da legislação atual, exigindo uma constante atualização e adaptação do marco regulatório. A interseção entre proteção de dados e outras áreas do direito, como o direito do consumidor, o direito do trabalho e o direito penal, também promete ser um campo fértil para desenvolvimentos futuros. À medida que a sociedade brasileira se torna cada vez mais digitalizada, a proteção da privacidade e dos dados pessoais continuará a ser um tema central no desenvolvimento do Direito Digital no país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória do Direito Digital no Brasil é marcada por uma evolução significativa, refletindo a crescente importância da proteção da privacidade no ambiente digital. Esta jornada pode ser dividida em fases distintas, cada uma caracterizada por desafios específicos e respostas legislativas correspondentes. Inicialmente, o país enfrentou um período de insegurança jurídica, onde a ausência de legislação específica para o meio

ISBN: 978-65-01-21423-8

digital resultava na aplicação analógica de leis existentes, muitas vezes inadequadas para lidar com as nuances do mundo virtual. Este cenário inicial evidenciou a necessidade urgente de um arcabouço legal mais robusto e adaptado às peculiaridades do ambiente digital, especialmente no que tange à proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

A primeira resposta significativa a este desafio veio com a promulgação do Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014), que estabeleceu princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Esta legislação representou um ponto de inflexão crucial, colocando a proteção da privacidade e dos dados pessoais como pilares fundamentais do ordenamento jurídico digital brasileiro. O Marco Civil não apenas abordou questões técnicas, mas também estabeleceu um equilíbrio entre os interesses dos usuários, das empresas e do governo, promovendo uma abordagem multissetorial na regulamentação da internet. Esta lei lançou as bases para uma discussão mais ampla e aprofundada sobre a proteção de dados no país.

A aprovação da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) consolidou definitivamente a centralidade da privacidade no Direito Digital brasileiro. Inspirada no Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) europeu, a LGPD estabeleceu um marco regulatório abrangente para o tratamento de dados pessoais no país. Esta legislação não apenas definiu regras claras para a coleta, armazenamento e processamento de dados pessoais, mas também introduziu conceitos como o consentimento informado, a finalidade específica do tratamento de dados e a responsabilização dos agentes de tratamento. A criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) como órgão fiscalizador reforçou o compromisso do país com a efetiva implementação destas normas.

A implementação da LGPD tem gerado desafios significativos para organizações públicas e privadas, exigindo uma profunda reestruturação de processos e uma mudança cultural na forma como os dados pessoais são tratados. Este processo de adequação vai além de meras adaptações técnicas, envolvendo uma transformação na mentalidade organizacional em relação à importância da privacidade e da proteção de dados. Paralelamente, observa-se um aumento na judicialização de questões relacionadas à privacidade e proteção de dados, com os tribunais brasileiros sendo cada vez mais chamados a interpretar e aplicar a nova legislação. Este cenário tem contribuído para a formação de um corpo jurisprudencial robusto, que começa a delinear os contornos práticos da proteção de dados no país.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Apesar dos avanços significativos, o Direito Digital no Brasil continua enfrentando desafios complexos. O rápido avanço de tecnologias emergentes, como inteligência artificial, internet das coisas e blockchain, continua a testar os limites da legislação atual. Estas inovações tecnológicas apresentam novos riscos à privacidade e à segurança dos dados, exigindo uma constante atualização e adaptação do marco regulatório. Além disso, a interseção entre a proteção de dados e outras áreas do direito, como o direito do consumidor, o direito do trabalho e o direito penal, apresenta questões complexas que demandam análises interdisciplinares e abordagens inovadoras. À medida que a sociedade brasileira se torna cada vez mais digitalizada, a proteção da privacidade e dos dados pessoais continuará a ser um tema central no desenvolvimento do Direito Digital no país.

O futuro do Direito Digital no Brasil promete ser dinâmico e desafiador, requerendo um diálogo contínuo entre o direito e a tecnologia. A efetiva proteção dos direitos fundamentais dos cidadãos na era digital exigirá não apenas atualizações legislativas, mas também uma abordagem proativa que antecipe desafios futuros. Isso inclui o desenvolvimento de políticas públicas que promovam a educação digital, o fortalecimento da ANPD, e o incentivo à pesquisa e inovação em tecnologias de proteção de privacidade. Além disso, será crucial manter um equilíbrio delicado entre a proteção da privacidade e outros interesses legítimos, como a inovação tecnológica e a segurança pública. O sucesso do Direito Digital brasileiro em atravessar estes desafios terá implicações significativas não apenas para a proteção dos direitos individuais, mas também para o desenvolvimento econômico e social do país na era digital.

REFERÊNCIAS

BIONI, B. R. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

DONEDA, D. **Da privacidade à proteção de dados pessoais**. 2. ed. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

FRAZÃO, A. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**: e seus impactos para o Direito brasileiro. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

GRECO FILHO, V. **Interceptação telefônica**: considerações sobre a Lei n. 9.296, de 24 de julho de 1996. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

LEMOS, R. **O Marco Civil como símbolo do desejo por inovação no Brasil**. In: LEITE, G.

ISBN: 978-65-01-21423-8

S.; LEMOS, R. (Org.). **O Marco Civil da Internet**. São Paulo: Atlas, 2018.

LEONARDI, M. **Tutela e privacidade na Internet**. São Paulo: Saraiva, 2012.

MARTINS, G. M. **A tutela judicial da proteção de dados pessoais**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021.

MENDES, L. S. **Privacidade, proteção de dados e defesa do consumidor**: linhas gerais de um novo direito fundamental. São Paulo: Saraiva, 2008.

MENDES, L. S.; DONEDA, D. Reflexões iniciais sobre a nova Lei Geral de Proteção de Dados. **Revista de Direito do Consumidor**, v. 120, p. 469-483, 2018.

MULHOLLAND, C.; FRAZÃO, A. **Inteligência Artificial e Direito**: Ética, Regulação e Responsabilidade. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2022.

PAESANI, L. M. **Direito e Internet**: liberdade de informação, privacidade e responsabilidade civil. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

PECK, P. **Direito Digital**. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PINHEIRO, P. P. **Proteção de dados pessoais: comentários à Lei n. 13.709/2018 (LGPD)**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

REINALDO FILHO, D. **Responsabilidade por publicações na Internet**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

SCHREIBER, A. **Direitos da Personalidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

SILVA, R. B. T. **Privacidade e proteção de dados pessoais na sociedade da informação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2013.

TEIXEIRA, T. **Curso de direito e processo eletrônico**: doutrina, jurisprudência e prática. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

TEPEDINO, G.; FRAZÃO, A. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e suas repercussões no Direito brasileiro**. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

RIZOMA
Faculdade Boas Novas
ISBN: 978-65-01-21423-8

BIOPIRATARIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE E DO DIREITO DAS COMUNIDADES LOCAIS NO AMAZONAS

Victória da Silva Corrêa Coriolano[29]
Sylvia Laureana Arruda da S. Cabral Chaves [30]

RESUMO

A pesquisa A partir da análise de artigos, livros, revistas e matérias jornalísticas, o presente trabalho foi construído com a utilização do método de pesquisa bibliográfica, tendo como objetivo investigar os impactos da biopirataria na biodiversidade e nos direitos das comunidades locais no Amazonas, além de propor algumas soluções para mitigar suas consequências. A biopirataria resulta na diminuição da biodiversidade e transgressão dos direitos das populações locais. A existência de lacunas legislativas e a ausência da ocupação inteligente e da fiscalização pelo Estado, em áreas muito cobiçadas, contribuem para o déficit na proteção efetiva contra uma série de crimes relacionados a essa prática. Existem avanços na legislação internacional sobre a matéria com a assinatura do Tratado Internacional de Propriedade Intelectual, em maio de 2024. Nesse contexto, a adoção de políticas mais severas para a proteção, defesa da equidade social e acesso à informação é fundamental para estabelecer avanços capazes de reduzir os danos causados por esses crimes contra as populações originárias.

PALAVRAS-CHAVE: Biopirataria. Direitos das comunidades locais. Políticas ambientais.

1 INTRODUÇÃO

A era digital trouxe consigo profundas transformações nas relações sociais, econômicas e jurídicas, demandando do Direito uma constante adaptação para enfrentar os novos desafios emergentes. O Direito Digital no Brasil, desde sua gênese na década de 1990, tem evoluído significativamente, especialmente no que tange à proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

Este percurso progressivo do Direito Digital no Brasil apresenta duas fases históricas distintas e complementares. A primeira fase, que será abordada na Seção 1, caracteriza-se pelos desafios iniciais e pela necessidade de aplicação analógica das legislações existentes, período em que o ordenamento jurídico brasileiro buscava adaptação às novas tecnologias através de instrumentos legais tradicionais, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

[29]Aluno. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: victoria.20210192@aluno.fbnovas.edu.br
[30]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: sylvia.chaves@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

A Seção 2 contemplará a segunda fase desta evolução, marcada pela consolidação de um marco regulatório específico e pela centralidade da proteção à privacidade. Este período é caracterizado pela implementação de legislações específicas como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que estabeleceram um novo paradigma na regulamentação do ambiente digital brasileiro.

A metodologia empregada baseia-se em pesquisa bibliográfica, analisando a literatura especializada, legislação e jurisprudência pertinentes ao tema. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão abrangente de como o sistema jurídico brasileiro tem respondido às demandas da era digital, especialmente no que concerne à proteção da privacidade e dos dados pessoais.

Assim sendo, o estudo revela-se particularmente relevante no contexto atual, onde a crescente digitalização da sociedade impõe novos desafios à proteção dos direitos fundamentais. A análise da trajetória do Direito Digital no Brasil oferece importantes insights sobre como o ordenamento jurídico tem buscado equilibrar a inovação tecnológica com a necessária proteção dos direitos individuais, especialmente a privacidade.

2 POSSÍVEIS CAUSAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA AS MULHERES QUE RESULTAM EM FEMINICÍDIO NA CIDADE DE MANAUS

A biopirataria é uma ferramenta de colonização que usurpa o saber e os recursos das populações originárias, convertendo a biodiversidade em uma gama de produtos para fins comerciais. Sua existência gerou um empecilho para a aplicação da justiça social às comunidades afetadas, pois são apropriados injustamente os saberes e conhecimentos construídos e protegidos por gerações nessas comunidades do Amazonas.

Dentre outras, o Brasil possui a Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, que visa proteger o patrimônio genético, a biodiversidade brasileira e os conhecimentos dos povos tradicionais. Também existe a Cúpula da Terra, ou RIO-92, que estabeleceu o princípio do desenvolvimento sustentável e debateu um modelo de expansão econômica menos consumista e mais compatível com a harmonia ecológica.

Os esforços do Governo para salvaguardar a biodiversidade nacional por meio da legislação ambiental vigente apresenta-se de forma permissiva quanto à biopirataria. Por se tratar de propriedade genética e intelectual, torna-se ainda mais difícil aplicar a legislação para garantir a punição desta prática de maneira justa. O crime da biopirataria não está definido no

ISBN: 978-65-01-21423-8

Código Penal Brasileiro, permitindo a discricionariedade de cada tribunal em relação à interpretação das leis sobre proteção ambiental. Outro ponto que contribui para a deficiência de segurança dos recursos brasileiros, principalmente na Amazônia, é a ausência de controle e fiscalização das áreas afetadas. Muitos foram os exemplos de recursos extraídos da nossa fauna e flora, sendo que alguns casos ocorreram antes mesmo de se criar o termo para descrever tal crime.

Conhecida desde a Antiguidade pelos povos indígenas, a seringueira, planta exclusiva da região amazônica e genuinamente brasileira, que existe em maior concentração na bacia do Rio Amazonas, é um exemplo que demonstra a veracidade dessa afirmação. A seringueira tornou-se conhecida pelo mundo na época da colonização do Brasil, uma vez que o látex extraído das árvores era utilizado para a fabricação de sapatos, pneus e outros inúmeros ítens, e as sementes eram transformadas em resinas, tintas e vernizes. Com o passar do tempo, avanços e várias descobertas afloraram com a utilização dos recursos extraídos.

Porém, na década de 1870, os ingleses exportaram sementes da seringueira a fim de cultivar a planta e testar a adaptação aos climas ingleses; com o sucesso do teste, outros países passaram a cultivá-la. O Brasil já foi o maior produtor de borracha natural do mundo, porém, ao ser vítima de biopirataria, teve seus recursos furtados e perdeu o seu posto para os malfeitores. Anos após essa dura realidade, outra planta extremamente rica, o açaí, por seu valor nutricional, sabor e propriedades únicas, virou alvo de empresas de cosméticos e alimentícias. No ano de 2003, o açaí foi indevidamente patenteado pelo Japão por meio da empresa K.K Eyela Corporation e, somente em 2007, o Brasil conseguiu cancelar a patente.

O cupuaçu, não apenas por seu ácido e exótico sabor, mas também por suas propriedades nutricionais e potenciais benefícios à saúde, tornou-se também alvo de biopirataria. A empresa japonesa Asahi foods o patenteou, levando o Governo Brasileiro a expor uma apresentação na Organização Mundial do Comércio (OMC) para assegurar ao país o direito de utilizar a marca. Outro exemplo chocante que vale a pena ser citado é a exportação de sangue da tribo karitiana em meados dos anos 70 e 90. A coleta foi feita sem o conhecimento da União, e o sangue foi vendido no exterior sem a compensação ou até mesmo ciência da tribo indígena, que, na época, tinha pouco conhecimento do mundo exterior e do capitalismo que o envolvia.

Outros exemplos, como o pau-brasil, o jaborandi, o guaraná e tantos outros, servem para destacar como o Brasil teve a região amazônica usurpada, geneticamente e intelectualmente. Estima-se, de acordo com o Tribunal de Contas da União, que a exportação de recursos biológicos e animais no ano de 2006 foi a causa da perda de US$ 2,4 bilhões para os cofres

ISBN: 978-65-01-21423-8

públicos.

A biopirataria nada mais é do que a consequência das práticas criminosas das indústrias capitalistas pelo mundo, contexto em que a lucratividade se sobrepõe ao direito de tutela da propriedade intelectual. Tais empresas vendem a imagem de eficiência e inovação, mas, na verdade, mascaram a exploração dos recursos dos povos que são os verdadeiros donos dessas riquezas.

3 IMPLICAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS

Os povos originários carregam consigo cultura e ancestralidade, com anos de vivência e conhecimentos, passados de geração a geração, relacionados às riquezas medicinais e práticas sustentáveis. Tais recursos e conhecimentos tornam-se valiosos para a ciência moderna e o avanço das práticas medicinais. Porém, devido à ação predatória de grupos criminosos organizados, como garimpeiros, biopiratas, traficantes de drogas, piratas dos rios etc, que exploram as riquezas das áreas habitadas pelas comunidades e grupos originários, vem sendo feita a destruição completa do conhecimento e da cultura na Amazônia.

Nesse diapasão, sugem os ribeirinhos conhecidos por viver às margens dos rios, lagos, igapós e igarapés, os ribeirinhos constituem outra classe de população originária. Vivendo dos recursos que a natureza, em sua pluralidade, oferece, carregam consigo os conhecimentos e a dinâmica das águas, além dos recursos medicinais e alimentícios que cultivaram ao longo de sua existência e cultura.

Além das ações criminosas, os ribeirinhos muitas vezes são incompreendidos por tomadas de decisões na esfera federal sem o real conhecimento da realidade e necessidades claras dessa população. Com relação à legislação ambiental, muitas vezes as ações restringem não a criminalidade organizada ou a exploração ilegal dos recursos naturais, mas a própria sobrevivência dos ribeirinhos, que são proibidos de realizar ações de subsistência antes legais e tradicionais e, agora, descritas como ilegais.

Em relação ao conhecimento tradicional de ambas as populações, é sabido que empresas buscam apropriar-se patenteando recursos derivados e saberes extraídos, furtando o direito de propriedade daqueles que verdadeiramente o detém. O Código Penal brasileiro trata da propriedade intelectual no artigo 184 (violação de direito autoral), porém de forma pouco clara, sendo necessários avanços na legislação penal sobre o assunto, a partir de leis mais contundentes e com a responsabilização dos transgressores.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Nas palavras de Filho:

> Movimentando um sistema de conexões transcontinentais, os agentes do crime organizado e seus parceiros cooptados, seja no setor privado ,seja no público, empreendem significativas transações de tráfico de influência, tráfico de drogas, tráfico de armas, tráfico de pessoas, extorsões, jogos de azar, fraudes variada s(comerciais, fiscais, de cartões, eletrônicas, etc). Assalto a banco, sequestros, exploração sexual (escravismo sexual, pedofilia, prostituição), assassinatos por encomenda, dentre outros negócios hediondos. (Filho, 2020, p. 46).

A exploração promovida, ao invés de ajudar na conservação, produz desafios significativos aos princípios da sustentabilidade, uma vez que a proteção da biodiversidade torna-se primordial para a saúde econômica, social e do meio ambiente no qual as comunidades locais habitam. Como sabemos, a sustentabilidade é alcançada por meio do desenvolvimento sustentável, que tem como objetivo a preservação do planeta e atendimento das necessidades humanas. Isso quer dizer que um recurso natural explorado de modo sustentável durará para sempre e com condições de também ser explorado por gerações futuras.

Não é isso que ocorre na prática, pois as organizações criminosas destroem tudo por onde passam: terras, rios, florestas, povos, culturas, nada é poupado, o que torna ainda maior o desafio de um desenvolvimento sustentável na Amazônia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo, entendemos os aspectos que caracterizam a biopirataria e a investigação de suas consequências para a humanidade, as populações locais e o ecossistema. Esse estudo é essencial para a compreensão do impacto econômico e social causado nas comunidades locais, seja do ponto de vista da sua identidade cultural, seja na perspectiva da sua sobrevivência. Com o aperfeiçoamento da legislação ambiental, ampliação da fiscalização em áreas atacadas e regras claras quanto à exploração das riquezas dispostas no meio ambiente, poderemos avançar para a redução da degradação ambiental, a partir de leis que regulem os direitos do patrimônio natural e genético no Brasil, oferecendo proteção adequada e reduzindo as lacunas legislativas.

Além da análise dos resultados, é necessário compreender que a biopirataria é um fenômeno que carrega complexidade e múltiplas dimensões, levantando questões referentes não só à exploração econômica, mas também a questões éticas, sociais e ambientais. Compreender que as comunidades locais desempenham um papel fundamental para a conservação da biodiversidade e da utilização sustentável dos recursos naturais, além de entender a importância

ISBN: 978-65-01-21423-8

de se implementar mecanismos legais que assegurem os direitos sobre os seus conhecimentos e recursos, é medida de urgência.

Além disso, promover o desenvolvimento sustentável por meio de parcerias entre empresas e comunidades, com respeito à integridade dos ecossistemas e ao direito das populações, também é de fundamental importância. As vozes das comunidades originárias devem ser centralizadas nas discussões sobre a conservação e a garantia de seus direitos, trazendo à tona o controle sobre a biodiversidade e o respeito aos direitos humanos. Assim, é necessário demandar a adoção de políticas mais efetivas em busca da defesa e da equidade social.

REFERÊNCIAS

BIONI, B. R. **Proteção de dados pessoais**: a função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

GUITARRA, P. Amazônia Legal: o que é, objetivos, dados, mapa. **Brasil Escola**. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/brasil/amazonia-legal.htm. Acesso em: 23 out. 2024.

FILHO, R. P. P. **Desafios à Segurança Pública no Brasil**. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

FILHO, R. P. P.. **Logospirataria na Amazônia Legal**. Tese (Doutorado) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 200, 2016.

FILHO, R. P. P.. Desafios à segurança pública – parte 16. **Amazonas atual**. Disponível em: https://amazonasatual.com.br/desafios-a-seguranca-publica-parte-16/. Acesso em: 23 out. 2024.

CONTRA BIOPIRATARIA, PROJETO DÁ AO AÇAÍ O TÍTULO DE FRUTA NACIONAL. **Câmara dos deputados**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/noticias/228311-contra-biopirataria-projeto-da-ao-acai-o-titulo-de-fruta-nacional. Acesso em: 23 out. 2024.

CONHEÇA O POVO RIBEIRINHO DA AMAZÔNIA. **Redda**. Disponível em: https://redda.com.br/povo-ribeirinho-da-amazonia/#:~:text=O%20povo%20ribeirinho%20da%20Amaz%C3%B4nia%20s%C3%A3o%20os%20moradores%20que%20vivem,um%20estilo%20de%20vida%20natural. Acesso em: 23 out. 2024.

‘‘NYT’’: Venda de sangue indígena no exterior ‘‘revolta tribos na Amazônia’’. **BBC**. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/reporterbbc/story/2007/06/070620_nytindios_pu. Acesso em: 23 out. 2024.

BARBIERI, S. R. J. **Biopirataria e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Almedina, 2014.

ISBN: 978-65-01-21423-8

BIOPIRATARIA DÁ PREJUÍZO DE US$ 2,4 BILHÕES AO BRASIL. **G1**. Disponível em: https://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1257695-9356,00-BIOPIRATARIA+DA+PREJUIZO+DE+US+BILHOES+AO+BRASIL.html. Acesso em: 23 out. 2024

CHERUBINI, K. Quando nem se falava em biopirataria, o Brasil já tinha sido vítima dela. **Ministério Público do Estado da Bahia**. Disponível em: https://ecokidsecoteens.mpba.mp.br/noticias/quando-nem-se-falava-em-biopirataria-o-brasil-ja-tinha-sido-vitima-dela/. Acesso em: 23 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015**. Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea j do Artigo 8, a alínea c do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13123.htm. Acesso em: 23 out. 2024. Acesso em: 23 out. 2024.

ONU APROVA TRATADO HISTÓRICO SOBRE PROPRIEDADE INTELECTUAL DE RECURSOS GENÉTICOS E O CONHECIMENTO. **Ministério da Cultura**. Disponível em: https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/noticias/onu-aprova-tratado-historico-sobre-propriedade-intelectual-de-recursos-geneticos-e-o-conhecimento-tradicional. Acesso em: 23 out. 2024.

BIONI, H. R.; SILVEIRA, A. J. V. Biopirataria dos conhecimentos tradicionais indígenas: fragilidades da Lei 13.123/15. **Revista Interfaces**, Suzano, vol. 12, n. 7, p. 87-100, nov. 2020.

HOMMA, A. K. O. Biopirataria na Amazônia: como reduzir os riscos? **Amazônia: Ci. & Desenv**., Belém, vol. 1, n. 1, p. 47-60, jul./dez. 2005.

HOMMA, A. K. O. BRASILEIRA, **Extrativismo, biodiversidade e biopirataria na Amazônia**. Brasília, DF: Embrapa, 2008.

FITTIPALDY, M. C. P. M. et al. Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais no Contexto da Biopirataria e dos Marcos Legais. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, Rio Branco, v. 7, n. 1, p. 648–677, 2020.

POR QUÊ? **Amazônia Protege**. Disponível em: http://amazoniaprotege.mpf.mp.br/o-projeto/por-que. Acesso em: 23 out. 2024.

REZENDE, E.A.; RIBEIRO, M.T.F. Conhecimento tradicional, plantas medicinais e propriedade intelectual: biopirataria ou bioprospecção? **Revista brasileira de plantas medicinais**, Botucatu, v. 7, n. 3, p. 37–44, 2005.

RIO-92. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/arquivo/sites-tematicos/rio20/eco-92. Acesso em: 23 out. 2024.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

FEMINICÍDIO: VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR E OS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES NA CIDADE DE MANAUS.

Luís Júnio Pinheiro Mota[31]
Sylvia Laureana Arruda da S. Cabral Chaves [32]

RESUMO

Feminicídio é uma expressão utilizada para denominar as mortes violentas de mulheres em razão do gênero, ou seja, que tenham sido motivadas por sua "condição" de mulher ou em decorrência de violência familiar. Trata-se de um cenário grave em que milhares de mulheres são mortas todos os anos no Brasil. O feminicídio está definido como um crime hediondo, tipificado nos seguintes termos: é o assassinato de uma mulher cometido por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e/ou menosprezo ou discriminação à condição de mulher, sendo definido legalmente desde a entrada em vigor da Lei nº 13.104, em 2015, que alterou o art. 121 do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940) para incluir o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio. O objetivo do presente artigo é discutir o significado de feminicídio e relatar possíveis causas de violência doméstica e familiar das mulheres na cidade de Manaus, ressaltando como estão sendo tratados alguns dos principais direitos e garantias das mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Violência contra a mulher. Feminicídio. Segurança Pública.

1 INTRODUÇÃO

A era digital trouxe consigo profundas transformações nas relações sociais, econômicas e jurídicas, demandando do Direito uma constante adaptação para enfrentar os novos desafios emergentes. O Direito Digital no Brasil, desde sua gênese na década de 1990, tem evoluído significativamente, especialmente no que tange à proteção da privacidade e dos dados pessoais dos cidadãos.

Este percurso progressivo do Direito Digital no Brasil apresenta duas fases históricas distintas e complementares. A primeira fase, que será abordada na Seção 1, caracteriza-se pelos desafios iniciais e pela necessidade de aplicação analógica das legislações existentes, período em que o ordenamento jurídico brasileiro buscava adaptação às novas tecnologias através de instrumentos legais tradicionais, como o Código Civil e o Código de Defesa do Consumidor.

[31]Aluno. Graduando do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: luis.mota@aluno.fbnovas.edu.br
[32]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: sylvia.chaves@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

A Seção 2 contemplará a segunda fase desta evolução, marcada pela consolidação de um marco regulatório específico e pela centralidade da proteção à privacidade. Este período é caracterizado pela implementação de legislações específicas como o Marco Civil da Internet e a Lei Geral de Proteção de Dados, que estabeleceram um novo paradigma na regulamentação do ambiente digital brasileiro.

A metodologia empregada baseia-se em pesquisa bibliográfica, analisando a literatura especializada, legislação e jurisprudência pertinentes ao tema. Esta abordagem metodológica permite uma compreensão abrangente de como o sistema jurídico brasileiro tem respondido às demandas da era digital, especialmente no que concerne à proteção da privacidade e dos dados pessoais.

Assim sendo, o estudo revela-se particularmente relevante no contexto atual, onde a crescente digitalização da sociedade impõe novos desafios à proteção dos direitos fundamentais. A análise da trajetória do Direito Digital no Brasil oferece importantes insights sobre como o ordenamento jurídico tem buscado equilibrar a inovação tecnológica com a necessária proteção dos direitos individuais, especialmente a privacidade.

2 BIOPIRATARIA E SEUS IMPACTOS NA AMAZÔNIA

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, a violência contra a mulher no Brasil só cresce. No ano de 2023, foram 1.467 mulheres vítimas de feminicídio, o maior número já registrado desde que a lei foi criada. Essa afirmação baseia-se na análise das taxas de registro de diferentes crimes com vítimas mulheres em comparação com o ano de 2022: homicídio e feminicídio, nas modalidades consumadas e tentadas, agressões em contexto de violência doméstica, ameaça, perseguição (*stalking*), violência psicológica e estupro.

A partir das análises dos boletins de ocorrência, do primeiro registro oficial de cada estado, dados dos atendimentos da Polícia Militar e de informações coletadas do Poder Judiciário sobre Medidas Protetivas de Urgência (MPU), temos as seguintes informações:

> Quando somadas, as modalidades de violência descritas acima chegam a 1.238.208 mulheres, somente em 2023. E em comparação com os dados de 2022, a violência contra a mulher cresceu, com a exceção do crime homicídio, que caiu 0,1%. A diminuição do homicídio, que em números absolutos corresponde a quatro casos a menos do que em 2022, totalizando 3.930 mortes, ainda é quase irrisória, por mais que seja relevante quando se considera individualmente cada mulher. A diminuição dos homicídios é matizada também pelos feminicídios, que cresceram 0,8% em relação ao ano anterior, sendo 1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior número já registrado desde a publicação da lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime. Em termos de registro, quase dez anos depois da promulgação da lei nº 13.104, de 9

ISBN: 978-65-01-21423-8

> de março de 2015, a tendência é mesmo que os registros de homicídio de mulheres caiam e os de feminicídio aumentem. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2024, p. 134).

Além dos dados dos crimes em si, a dimensão da gravidade do fenômeno da violência contra a mulher, em suas múltiplas formas, pode ser ilustrada com os dados de acionamento da Polícia Militar em razão de violência doméstica e com os dados do Poder Judiciário sobre Medidas Protetivas de Urgência. Foram 848.036 ligações para o 190 – serviço da PM utilizado para casos de emergência e pedidos de ajuda – e 663.704 novos processos na justiça com pedidos de medidas protetivas, dos quais 81,4% tiveram a medida (ou medidas) concedidas. Tais informações são desanimadores.

Imagem 1: Homicídios de Mulheres e Feminicídios no Brasil e Unidades da Federação (2022-2023)

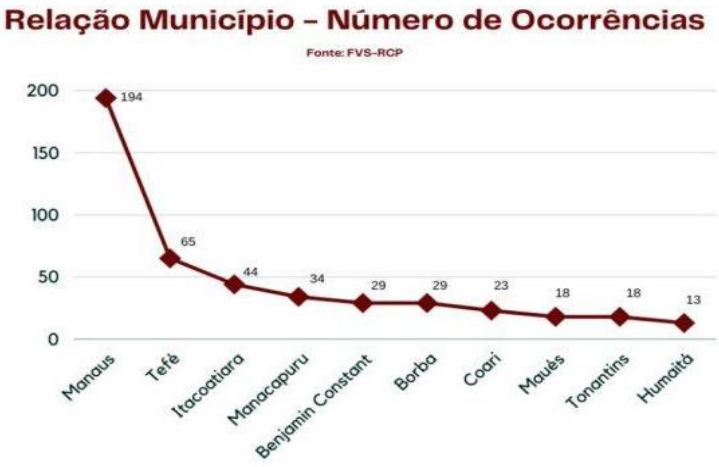
Brasil e Unidades da Federação	Homicídios					Feminicídios					Proporção de feminicídios em relação aos homicídios de mulheres	
	Vítimas Mulheres											
	Ns. Absolutos		Taxa [2]		Variação (%)	Ns. Absolutos		Taxa [2]		Variação (%)	Em percentual (%)	
	2022 [3]	2023	2022	2023		2022 [3]	2023	2022	2023		2022 [3]	2023
Brasil	**3.934**	**3.930**	**3,8**	**3,8**	**-0,1**	**1.455**	**1.467**	**1,4**	**1,4**	**0,8**	**37,0**	**37,3**
Acre	21	15	5,1	3,6	-28,6	9	10	2,2	2,4	11,1	42,9	66,7
Alagoas	71	79	4,4	4,8	11,3	31	18	1,9	1,1	-41,9	43,7	22,8
Amapá	25	17	6,8	4,6	-32,0	9	4	2,4	1,1	-55,6	36,0	23,5
Amazonas	108	126	5,5	6,4	16,7	21	23	1,1	1,2	9,5	19,4	18,3
Bahia	406	442	5,6	6,0	8,9	107	108	1,5	1,5	0,9	26,4	24,4
Ceará	264	264	5,8	5,8	0,0	29	42	0,6	0,9	44,8	11,0	15,9
Distrito Federal	33	47	2,2	3,2	42,4	22	33	1,5	2,2	50,0	66,7	70,2
Espírito Santo	97	88	4,9	4,5	-9,3	35	35	1,8	1,8	0,0	36,1	39,8
Goiás	137	125	3,8	3,5	-8,8	55	56	1,5	1,6	1,8	40,1	44,8
Maranhão	130	134	3,8	3,9	3,1	69	50	2,0	1,5	-27,5	53,1	37,3
Mato Grosso	101	103	5,6	5,7	2,0	47	46	2,6	2,5	-2,1	46,5	44,7
Mato Grosso do Sul	77	51	5,5	3,6	-33,8	44	30	3,1	2,1	-31,8	57,1	58,8
Minas Gerais	316	323	3,0	3,1	2,2	175	183	1,7	1,7	4,6	55,4	56,7
Pará	209	204	5,1	5,0	-2,4	54	57	1,3	1,4	5,6	25,8	27,9
Paraíba	80	74	3,9	3,6	-7,5	26	34	1,3	1,7	30,8	32,5	45,9
Paraná	256	245	4,4	4,2	-4,3	77	81	1,3	1,4	5,2	30,1	33,1
Pernambuco	219	271	4,6	5,7	23,7	72	81	1,5	1,7	12,5	32,9	29,9
Piauí	71	62	4,2	3,7	-12,7	24	28	1,4	1,7	16,7	33,8	45,2
Rio de Janeiro	283	291	3,3	3,4	2,8	111	99	1,3	1,2	-10,8	39,2	34,0
Rio Grande do Norte	66	55	3,9	3,2	-16,7	16	24	0,9	1,4	50,0	24,2	43,6
Rio Grande do Sul	283	220	5,0	3,9	-22,3	111	87	2,0	1,5	-21,6	39,2	39,5
Rondônia	64	48	8,1	6,1	-25,0	23	21	2,9	2,6	-8,7	35,9	43,8
Roraima	19	17	6,0	5,4	-10,5	3	6	0,9	1,9	100,0	15,8	35,3
Santa Catarina	102	107	2,6	2,8	4,9	57	56	1,5	1,5	-1,8	55,9	52,3
São Paulo	423	447	1,8	1,9	5,7	195	221	0,8	1,0	13,3	46,1	49,4
Sergipe	37	39	3,2	3,4	5,4	19	16	1,6	1,4	-15,8	51,4	41,0
Tocantins	36	36	4,8	4,8	0,0	14	18	1,9	2,4	28,6	38,9	50,0

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública (2023)

Em Manaus (AM), a violência contra as mulheres aumentou 47,6% nos três primeiros meses deste ano, em comparação com o ano passado, de acordo com levantamento feito por Veras, (2024), da Revista Cenarium, com dados divulgados pela Fundação de Vigilância em Saúde do Amazonas (FVS-RCP). No total, foram 657 casos denunciados de janeiro a março de 2024. A capital, Manaus, lidera o ranking com o maior número de registros, totalizando 194 ocorrências, seguida dos municípios de Tefé (65) e Itacoatiara (44). Os casos registrados estão concentrados na faixa etária entre 10 e 19 anos, conforme mostram os gráficos:

Imagem 1: Gráfico Com O Número De Ocorrências

ISBN: 978-65-01-21423-8



Fonte: Cenarium (2023)

Segundo os dados referentes à segurança pública do Amazonas, o número de casos confirmados de violência contra a mulher aumentou 42,9% em três anos, no período de 2021 a 2023. No último ano, 64% destes crimes aconteceram dentro da própria casa das vítimas. Os dados são da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Amazonas (SSP).

A Polícia Civil do Amazonas (PC-AM), por meio do Núcleo de Combate ao Feminicídio (NCF) da Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros (DEHS), prendeu, no sábado (25/05), Sidney da Silva Augustiere Júnior, 30 anos, suspeito do feminicídio de sua companheira Daniela Ferreira da Silva, que tinha 32 anos. O crime ocorreu no dia 21 de abril de 2024, no bairro São José Operário, zona leste de Manaus. Em coletiva à imprensa (27/05), o delegado Ricardo Cunha, titular da Delegacia Especializada em Homicídios e Sequestros (DEHS), ressaltou a firme atuação dos policiais do Núcleo de Combate ao Feminicídio (NCF) na prisão e elucidação do assassinato de Daniela, conforme matéria publicada na época do crime (Rodrigues, 2024).

A delegada Marília Campello, coordenadora do NCF, detalhou que, no dia do crime:

> o casal estava em uma confraternização familiar quando iniciou uma discussão. Em seguida, o homem sacou uma arma de fogo caseira e efetuou os disparos contra Daniela, que não resistiu aos ferimentos e faleceu no local.
> Testemunhas presenciaram o crime. A vítima, que segurava sua filha no colo, foi atingida pelos disparos. Sidney alega não ter tido intenção de matar a mulher, mas isso não condiz com o que foi apurado no curso da investigação", disse a delegada.
> Embora Daniela nunca tenha registrado Boletim de Ocorrência contra Sidney, ele já havia sido agressivo com ela anteriormente. O infrator possui passagens pela polícia por roubo, furto e porte ilegal de arma de fogo.
> Este feminicídio é o sexto a ocorrer em Manaus neste ano. É importante salientar que todos os seis autores foram identificados e presos preventivamente. O feminicídio é o ponto culminante de um histórico de violências, como injúrias, violências

ISBN: 978-65-01-21423-8

> psicológicas, ofensas verbais e outras agressões. Esses fatores, graves por si só, se agravam e culminam na morte de mulheres pelas mãos de homens covardes", afirmou Marília Campello (Rodrigues, 2024).

A Polícia Militar do Amazonas (PMAM) prendeu quatro homens, com idades entre 25 e 42 anos, por violência doméstica.

> Ocorrências
> Na primeira ocorrência, policiais militares da 8ª Companhia Interativa Comunitária (CICOM) prenderam um homem, por agredir a própria mãe, uma mulher de 52 anos. A prisão foi efetuada após os PMs serem acionados para verificar uma ocorrência de violência doméstica, por volta das 21h20, em uma unidade hospitalar, no bairro da Compensa. Durante diligências na unidade de saúde, a equipe policial conversou com a vítima, que contou ter sido agredida pelo filho e que possuía uma medida protetiva contra ele. O suspeito, que havia sido agredido pelo seu irmão, recebeu atendimento médico no local e, posteriormente, foi conduzido para a delegacia.
>
> Em outra ocorrência, policiais militares da 6ª CICOM prenderam um homem que agrediu a companheira, de 21 anos, no bairro Cidade Nova. A equipe policial foi acionada pelo Centro de Comunicações Operacionais Policiais Militares (CECOPOM) para atender uma ocorrência de violência doméstica, na rua Jarana. Após diligências no local, o homem foi identificado e preso. A vítima contou que havia sido agredida pelo suspeito com um tapa no rosto. Ela relatou, ainda, que o homem tentou enforcá-la, causando hematomas no pescoço.
>
> Já na zona sul, policiais militares da 7ª CICOM foram acionados pelo CECOPOM, para averiguar a informação de que um homem havia agredido a companheira, uma mulher de 29 anos. O homem foi preso na alameda Rio Mar, bairro Crespo.
>
> Na última ação, policiais militares da 13ª CICOM prenderam um homem, na madrugada, após a equipe polícia receber uma denúncia, via linha direta, informando que na rua São Jorge, bairro Cidade de Deus, um homem, que supostamente estaria sob efeito de bebida alcoólica, quebrando objetos na residência dele e ameaçando a companheira. (Silveira, 2024).

As ocorrências foram registradas entre a madrugada e a noite (15/08), nas zonas norte, sul e oeste da cidade de Manaus. Em um dos casos, o filho agrediu a própria mãe. Os quatro homens foram conduzidos para a Delegacia Especializada em Crimes Contra a Mulher (DECCM).

3 DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em sua função ético-social, podemos dizer que a maioria capaz de manter uma mínima vinculação ético-social se relaciona com a construção positiva da vida em sociedade por meio da família, escola e trabalho. O direito penal funciona no primeiro plano garantindo a segurança. (Bitencourt, 2003, p. 9). No entanto, há aqueles que seguem por caminhos escuros. Fica claro

ISBN: 978-65-01-21423-8

que a aplicação efetiva dos direitos e garantias destinados às mulheres na cidade de Manaus está muito aquém do necessário, e que a ampliação de políticas públicas destinadas a essa finalidade precisam ser criadas, garantindo inclusão social para as mulheres, com a criação de vagas de emprego, ensino técnico, vagas em creches, atenção à saúde da mulher, tudo com o objetivo de retirá-las da marginalização e opressão a que estão submetidas diariamente.

Conforme a Lei 11.340/2006, Lei Maria da Penha, destacam-se as seguintes formas de violência:

> Violência física: Ofender a integridade ou a saúde corporal, bater, chutar, queimar, cortar, mutilar; Violência psicológica: Causa dano emocional, diminuir a autoestima, prejudicar e perturbar o pleno desenvolvimento pessoal, degradar ou controlar comportamentos, ações, crenças e decisões mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação e isolamento, tirando a liberdade de pensamento ou qualquer ação. Violência moral: Ofender com calúnias, insultos ou difamação – lançar opiniões contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos; Violência patrimonial: Reter, subtrair, destruir parcial ou totalmente objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; Violência sexual: Presenciar, manter ou obrigar a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça coação ou o uso de força que induza a mulher a se comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade. (Urzeda, 2023)

Ressalta-se o Art. 8º da Lei 11.340/2006, que pontua a relevância da rede de atendimento à mulher: “a política pública que visa coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher fazer-se por meio de um conjunto articulado de ações operacional do poder judiciário, do ministério público e da defensoria pública com as áreas de segurança pública, [...]” (Urzeda, 2023).

Em uma publicação, Urzeda (2023) expõe que a concepção de política pública é um termo que contém distintas peculiaridades, sendo bastante abrangente. Ela também diz que o conceito de Política Pública, juntamente com o Direito, é uma ferramenta importante para concretizar ações sociais. Assim, ela diz que as “Políticas Públicas seriam programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Governo e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados” (Urzeda, 2023).

Ainda em sua publicação na Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em 2021 teve, segundo a Portaria nº 7 do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, os seguintes objetivos específicos:

> I - Apresentar balanço do monitoramento e acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - PNPM;

ISBN: 978-65-01-21423-8

> II - Propor e estabelecer as diretrizes para a regulamentação, estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres SINAPOM;
> III - Estruturar os instrumentos constitutivos e de gestão do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres- SINAPOM;
> IV - Estabelecer formas de colaboração e de acordo federativo para o financiamento às Políticas Públicas para as Mulheres com os Estados, os Municípios e o Distrito Federal para a institucionalização e implementação do SINAPOM;
> V - Propor a criação do Fundo Nacional de Políticas para as Mulheres;
> VI - Propor mecanismos para estimular a criação e o fortalecimento dos Conselhos Municipais, Estaduais, do Distrito Federal e Nacional dos Direitos das mulheres (Urzeda, 2023).

A contextualização do processamento da violência doméstica e familiar contra a mulher está no centro de uma das mais importantes políticas judiciárias acompanhadas pelo Conselho Nacional de Justiça, (CNJ): a de enfrentamento à violência contra a mulher, que levou à instituição de uma meta nacional específica para o acompanhamento de processos de violência doméstica, a Meta 8. Essa meta foi aprovada para a Justiça Estadual pela primeira vez, em 2017, tendo como foco inicial o fortalecimento da rede de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres.

As Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) são mecanismos legais criados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) cujo objetivo imediato é garantir a segurança da vítima de violência doméstica e familiar, prevenindo novas agressões e promovendo sua proteção física, psicológica e social. A possibilidade de aplicação das medidas são muitas, indo desde o afastamento do agressor do lar, passando pela suspensão do porte de arma, pelo encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programas de proteção, entre outras. Portanto, essa lei é considerada um ponto de inflexão no enfrentamento da violência contra a mulher, porque é um instrumento bastante inovador em comparação ao que havia no cenário anterior à lei. (Anuário de Segurança Pública, 2024, p. 145)

No Brasil, a Jurisprudência em Teses publica a quarta edição sobre julgamentos com perspectivas de gênero. A Secretaria de Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibilizou a edição 231 de Jurisprudência em Teses, sobre o tema Julgamentos com Perspectiva de Gênero IV. A equipe responsável pelo produto destacou duas teses.

> O primeiro destaque informa que, no contexto de violência doméstica contra a mulher, a decisão que homologa o arquivamento do inquérito deve observar a devida diligência na investigação e os aspectos básicos do Protocolo para Julgamento com Perspectiva de Gênero do Conselho Nacional de Justiça, em especial quanto à valoração da palavra da vítima.
> A segunda tese destaca que a qualificadora do feminicídio, artigo 121, parágrafo 2º-A, inciso II, do Código Penal, deve incidir nos casos em que o delito é praticado contra

ISBN: 978-65-01-21423-8

> mulher em situação de violência doméstica e familiar por possuir natureza de ordem objetiva, o que dispensa a análise do *animus* do agente. (STJ, 2024)

Ainda assim, o enfrentamento contra as raízes dessa violência extrema não está no centro do debate público com a intensidade e profundidade necessárias diante da gravidade do problema. Diversas entidades, órgãos do Estado do Amazonas, do Poder Judiciário e do Ministério Público, integrantes da Rede de atendimento especializado às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar também apresentam mais informações quanto ao acesso à segurança e à prevenção:

> 1.DELEGACIA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA A MULHER (DE-CCM), vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM).
> 2.RONDA MARIA DA PENHA POLÍCIA MILITAR DO AMAZONAS, vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Amazonas (SSP/AM).
> 3.JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER, vinculado ao Tribunal de Justiça do Amazonas.
> 4.NÚCLEO DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS DAS MULHERES (NUDEM), vinculado à Defensoria Pública do Estado do Amazonas.
> 5.MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS, promotorias atuantes nos juizados especializados em violência doméstica e familiar.
> 6.SECRETARIA EXECUTIVA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES (SEPM), vinculada à Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC/AM).
> 7.CENTRO DE REFERÊNCIA DOS DIREITOS DA MULHER – CRDM, vinculado à Subsecretaria Municipal de Políticas Afirmativas para as Mulheres da Secretaria Municipal da Mulher, Assistência Social e Cidadania (SEMASC – MANAUS/AM).
> 8.DISK DENÚNCIA: Qualquer pessoa (vizinhos, amigos, parentes ou desconhecidos) pode denunciar uma agressão sem necessidade de identificação.
> .190 Polícia. Violência em tempo real (flagrante/emergência)
> .180 Canais da Mulher - Situação de Violência fora de Emergência.
> .181 Violências em Geral (fora de emergência)
> .100 Canais de Direitos Humanos (fora de emergência) LIGAÇÃO GRATUITA ATENDIMENTO 24 HORAS, TODOS OS DIAS FINAIS DE SEMANA E FERIADO
> 9. Obs.: O CICOM no AMAZONAS em apoio ao serviço do Disk 190 disponibiliza de contatos telefônicos para acionamento da polícia (endereços e telefones relacionados em contatos). Ronda Maria da Penha - (92) 98842-2258 (horário comercial) Prefeitura de Manaus: 0800 092 6644 / 0800 092 1407.
> (MENDONÇA, 2022, p. 10-12).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da criação da qualificadora no Código Penal Brasileiro é efetivamente uma esperança para ajudar na prevenção e na redução dos crimes praticados com violência contra as mulheres. A incidência do feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio previsto no art. 121, § 2º, VI, do Código Penal, lança luz sobre um tema de extrema relevância para a sociedade. A discussão sobre a violência histórica e estrutural contra as

ISBN: 978-65-01-21423-8

mulheres esclarece a população sobre a necessidade de mudança nas relações sociais entre homens e mulheres, o Estado e as mulheres, a política e as mulheres e, ainda, entre as próprias mulheres.

É preciso fomentar ações de apoio e resgate para esse público, fortalecendo a rede de proteção e de cuidados destinadas ao desenvolvimento feminino. O feminicídio baseia-se em dois critérios objetivos, envolvendo a figura da mulher, mas a educação e a realização de ações positivas podem mudar a realidade atual por meio da construção de uma cultura de paz e proteção para as mulheres em casa, no trabalho e em todas as áreas de atuação social.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, C. R. **Tratado de Direito Penal Parte Especial**. São Paulo: Saraiva, 2023.

BITENCOURT, C. R. **Constituição de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, [2018]. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html. Acesso em: 01 out. 2024.

BITENCOURT, C. **Jurisprudência em Teses publica quarta edição sobre julgamentos com perspectivas de gênero**. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://www.stj.jus.br/sites/portalp/Paginas/Comunicacao/Noticias/2024/08032024-Jurisprudencia-em-Teses-publica-quarta-edicao-sobre-julgamentos-com-perspectivas-de-genero.aspx%23:~:text%3DA%2520segunda%2520tese%2520destaca%2520que,an%25C3%25A1lise%2520do%2520animus%2520do%2520agente.&ved=2ahUKEwiamby-sc2IAxUer5UCHRqkFggQFnoECBAQBQ&usg=AOvVaw1U-gjgPTPSCjQrMOFHs8Cb. Acesso em: 18 set. 2024.

BITENCOURT, C. R. Lei Maria da Penha: **LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 01 out. 2024.

BRASIL. Senado Federal. **Secretaria de Transparência**. Instituto de Pesquisa Data Senado. Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, dez. 2009. p. 2-53.

BRASIL. **Portal Câmara dos deputados**. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2015/lei-13104-9-marco-2015-780225-publicacaooriginal-146279-pl.html. Acesso em: 24 set. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Relatório: O Poder Judiciário na aplicação da Lei Maria da Penha: ano 2022**. Brasília: CNJ, 2023.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2024. Disponível em: https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253. Acesso em: 01 out. 2024.

ISBN: 978-65-01-21423-8

JOFFELY, S. **Manaus registra média de 60 casos de violência doméstica por dia**: 'medida protetiva salva vidas', diz vítima. G1, 2024. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://g1.globo.com/google/amp/am/amazonas/noticia/2024/03/08/manaus-registra-media-de-60-casos-de-violencia-domestica-por-dia-medida-protetiva-salva-vidas-diz-vitima.ghtml&ved=2ahUKEwiizpHvlM-IAxUlHLkGHRe_FX0QFnoECBQQBQ&usg=AOvVaw2WLc-4vQZpBpaRQLTaYIZ. Acesso em: 19 set. 2024.

OLIVEIRA, C. M. N.; CAVALCANTE, L. L.; SOUZA, R. C. **Violência contra a mulher na cidade de Manaus e os reflexos da Pandemia**. In: Seminário Regional de Políticas Públicas, Intersetorialidade e Família, 5, 2020, RS. **Anais** [...]. Disponível em: https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/98.pdf. Acesso em: 01 out. 2024.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL SECCIONAL AMAZONAS. **Manual da Rede de enfrentamento à violência contra as Mulheres em Manaus/AM**. Manaus: OAB, 2022.

RODRIGUES, E. **Polícia Civil do Amazonas prende suspeito de feminicídio da própria companheira em Manaus**. SSP, 2024. Disponível em: https://www.ssp.am.gov.br/polícia-civil-do-amazonas-prende-suspeito-de-feminicídio-da-própria-companheira-em-manaus/. Acesso em: 25 set. 2024.

SILVEIRA, C. **Operação Shamar: Polícia Militar do Amazonas prende quatro homens por violência doméstica**. Polícia Militar do Amazonas. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://pm.am.gov.br/portal/noticia/operacao_shamar%253A_policia_-17486&ved=2ahUKEwiy5KWFrd6IAxVUjZUCHSVIC1wQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw1esFtetKJcdRoIf3bo8Qdf. Acesso em: 25 set. 2024.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Jornalismo

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

COMBATE A DESINFORMAÇÃO SOBRE A AMAZÔNIA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O RELATÓRIO DO PROJETO AMAZÃONIA LIVRE DE FAKE

Beatriz Ferreira Tavares [33]
Izabelly Cruz da Costa[34]

RESUMO

A pesquisa A pesquisa analisa a disseminação de desinformação e *Fake News* na Amazônia, a partir da análise do relatório do projeto "Amazônia Livre de *Fake*", que visa promover um jornalismo ético e combater práticas enganosas em seis estados brasileiros. O objetivo é compreender de que forma o projeto contribui para identificação de como a desinformação e as *Fake News* operam na região e verificar quais métodos são utilizados para o combate à desinformação. A metodologia da pesquisa se deu por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso na busca por informações importantes sobre a atuação do projeto e os resultados obtidos a partir dos relatórios de desempenho do projeto. Os resultados indicam que a desinformação se espalha principalmente por meio de narrativas manipuladas e notícias falsas, com instituições governamentais como principais fontes. A pesquisa revela a necessidade urgente de fortalecer a capacidade da região para lidar com a desinformação, promovendo uma cultura informativa mais responsável e confiável.

PALAVRAS-CHAVE: Desinformação. Fake News. Amazônia. Jornalismo ético. Combate.

1 INTRODUÇÃO

A desinformação e as *fake news* representam grandes desafios na era digital, especialmente em regiões de alta relevância socioambiental como a Amazônia. A presente pesquisa investiga o combate à desinformação na Amazônia a partir de uma análise do relatório do projeto "Amazônia Livre de *Fake*", uma iniciativa do Coletivo Intervozes, que busca promover práticas jornalísticas éticas e combater a disseminação de informações enganosas em seis estados brasileiros. A presente pesquisa aborda a proliferação da desinformação e das *Fake News* na Amazônia, um fenômeno que apresenta desafios a integridade da informação na região.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender como essas práticas enganosas impactam a percepção pública e a tomada de decisões, afetando a coesão

[33]Aluna. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: beatriz.20220490@alunofbnovas.edu.br
[34]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: izabelly.costa@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

social e a qualidade do debate público e de que forma os projetos de combate podem contribuir para a mitigação dos impactos negativos ocasionados pela desinformação e *fake news*. O problema da pesquisa se centra em identificar os mecanismos pelos quais a desinformação se propaga, bem como as consequências sociais e culturais dessa disseminação. É sabido que a propagação de informações falsas na região impacta a percepção pública sobre os mais diversos assuntos. Diante da vulnerabilidade da Amazônia a essas práticas, motivada em grande parte pela falta de cobertura jornalística em muitas de suas regiões. Nesse sentido, esta investigação se justifica pela necessidade de compreender como as iniciativas de combate às *fake news* e desinformação podem ou não ser eficazes. Este estudo examina como o projeto mencionado contribui para a identificação dos principais vetores de *fake news* e verifica quais estratégias foram adotadas para mitigar os danos causados por informações enganosas.

Por meio de revisão bibliográfica e estudo de caso foi possível ter acesso aos métodos e informações coletadas pela iniciativa, que conduziram fóruns abertos e levantaram dados sobre os principais difusores de desinformação na Amazônia. Os resultados preliminares revelaram que a desinformação na região é frequentemente alimentada por narrativas sensacionalistas e viéses hiperpartidários, com instituições governamentais figurando entre as principais fontes. Por fim, a partir das iniciativas indicadas no relatório discute-se o impacto da desinformação nas comunidades locais bem como recomendações para melhorar as estratégias de combate a essa problemática, visando promover uma cultura informativa mais responsável e confiável. O desenvolvimento do trabalho está organizado em seções que exploram, inicialmente, o processo de disseminação das *fake news*, seguido pela análise das ações do projeto "Amazônia Livre de Fake", relatadas em seu Relatório Final.

2 DESINFORMAÇÃO, FAKE NEWS E SEUS MECANISMOS

A desinformação e a propagação de fake news são fenômenos cada vez mais presentes na sociedade contemporânea, especialmente com a intensificação da utilização das redes sociais e das novas formas de comunicação digital. Amplamente discutidos em estudos de comunicação e jornalismo, estes dois temas, causam impacto no fluxo de informações, na opinião pública e, consequentemente, no processo democrático.

Para Demo (2000) a desinformação se trata de um fenômeno inerente à comunicação humana, uma outra face da informação, tendo em vista que os sentidos humanos têm limites na

ISBN: 978-65-01-21423-8

captação das informações, e por essa razão estão sujeitas a serem captadas a partir dos interesses do receptor.

A desinformação pode ser definida como o ato intencional de compartilhar ou criar informações falsas ou enganosas com o objetivo de confundir ou manipular o público. A fake news refere-se a notícias fabricadas, que imitam o formato de notícias reais, mas são deliberadamente falsas. O fenômeno ganhou notoriedade nos últimos anos, especialmente em contextos eleitorais e em debates sobre saúde pública, como o caso da pandemia de COVID-19.

Os mecanismos por trás da desinformação e das fake news envolvem os algoritmos das plataformas digitais, que priorizam conteúdo a partir de um objetivo específico que vai desde a manipulação até o sensacionalismo. A produção de desinformação pode ocorrer de forma organizada, como em campanhas de propaganda, ou de maneira espontânea, através da reprodução de informações imprecisas por usuários comuns. Este cenário tem levado estudiosos a refletirem sobre os impactos da desinformação na confiança dos cidadãos nas instituições democráticas e no jornalismo tradicional.

Uma das principais táticas observadas é o uso de narrativas sensacionalistas e enganosas, que apelam para as emoções do público e se espalham rapidamente em ambientes digitais, onde a verificação da veracidade da informação muitas vezes fica em segundo plano. Esse tipo de conteúdo, ao invés de ser baseado em fatos e evidências, foca em distorcer a realidade para atender a interesses particulares, frequentemente políticos ou econômicos.

O Relatório do Projeto objeto de estudo desta pesquisa indica que a disseminação de fake news na Amazônia ocorre principalmente por meio de redes sociais e plataformas digitais. Os principais atores dessa proliferação incluem organizações políticas, figuras públicas e canais com viés hiperpartidário. As táticas de manipulação de conteúdo revelam um grande uso de narrativas sensacionalistas e enganosas. Como afirma Serrano (2010), “uma vez que é considerada uma mercadoria, a informação deixou de se ver submetida aos critérios tradicionais da verificação, da autenticidade e do erro. agora é regida pelas leis do mercado.” (Serrano, 2010, p. 19). Por este motivo é possível compreender que a desinformação é frequentemente promovida por aqueles que possuem algum tipo de poder político, utilizando suas plataformas para distorcer a verdade.

Nesse sentido, para compreender melhor os processos relacionados à iniciativa do coletivo Intervozes, responsável pelo Projeto Amazônia Livre de Fake, objeto deste estudo, é

ISBN: 978-65-01-21423-8

necessário entender os conceitos de desinformação e fake news, além do processo de monopolização da informação.

Segundo Anna Brisola e Arthur Bezerra (2018), “não é possível pensar o fenômeno da circulação de informações falsas sem considerar o ambiente informativo em que este fenômeno se prolifera” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3319). Portanto, é importante reconhecer que toda informação tem um ponto de partida, ou seja, um local de origem e um contexto de onde é divulgada pela primeira vez.

Para que haja eficácia no processo de desestabilização da circulação de informações enganosas, é fundamental realizar uma checagem desse ponto de partida, que pode ser chamado de “ponto A”. Este ponto refere-se ao local, site, portal, jornal ou aplicativo de mensagens de onde a informação primária se origina, gerando uma rede de reprodução que denomina-se de “ponto B”. Muitas vezes, os componentes do “ponto B” não verificam a veracidade das informações e as reproduzem sem checar se a fonte é confiável, permitindo assim que as fake news ganhem força. Como afirmam Brisola e Bezerra (2018), “a desinformação pode estar presente em livros de história, discursos políticos, histórias em quadrinhos ou em jornais de ampla circulação” (Brisola; Bezerra, 2018, p. 3319).

Partido deste ponto, entendemos que, a cada dia, estes tipos de situações estarão cada vez mais presentes no cotidiano da população, independente do contexto em que estão inseridas.

Compreendendo que a desinformação é a proliferação de conteúdo tendencioso ou com teor manipulativo sem a checagem necessária, conforme Nogueira; Rodrigues; Pinto; Pereira e Santos (2020), “as redes sociais, enquanto plataformas de acesso fácil e barato, permitem que qualquer utilizador crie e partilhe informação, sem que esta seja primeiro revista e comprovada” (Nogueira; Rodrigues; Pinto; Pereira; Santos, 2020, p. 19). Essa prática resulta na propagação de informações enganosas sobre determinados assuntos, gerando conhecimento distorcido e a disseminação de falsas verdades.

Considerando que a desinformação é diferente de fake news, então, o que são fake news? De maneira simples, pode-se definir fake news como narrativas falsas criadas para propagar mentiras e enganar seus consumidores. Como destaca Carvalho e Mateus (2018), “o problema causado pela alta produção de notícias falsas, mais conhecidas pelo termo fake news, e, consequentemente, o aumento das desinformações nos meios digitais” (Carvalho; Mateus, 2018, p. 2).

ISBN: 978-65-01-21423-8

3 O QUE É O PROJETO “AMAZÔNIA LIVRE DE FAKE”?

O projeto, coordenado pela equipe do Intervozes, tem como objetivo investigar e combater a desinformação na Amazônia Legal, levando em conta as particularidades culturais e sociais da região. Para isso, foi criada uma abordagem colaborativa envolvendo diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais, que juntas formam um Grupo de Trabalho (GT) composto por 10 instituições, cada uma trazendo uma perspectiva sobre a diversidade local.

No primeiro momento, o projeto se concentrou em mapear os propagadores de desinformação, analisar suas estratégias e identificar as implicações de suas narrativas. Através de fóruns abertos, levantamento de dados e pesquisas participativas, as instituições buscaram compreender como discursos de ódio e informações enganosas se disseminam nas plataformas digitais. O objetivo desenvolver estratégias eficazes para enfrentar esses desafios e fortalecer a confiança nas fontes de informação da região.

As ações do projeto foram avaliadas em relação à sua eficácia na proliferação da desinformação. Os resultados mostram que, apesar dos desafios enfrentados, houve um aumento na conscientização sobre o tema e melhorias nas capacidades locais de comunicação. Dessa forma, o projeto se coloca como uma iniciativa essencial para promover um ambiente informacional mais saudável na Amazônia Legal.

3.1 RELATÓRIOS DO PROJETO

O primeiro relatório, denominado relatório parcial e publicado em junho de 2023, apresenta uma análise inicial das dinâmicas de proliferação de notícias na Amazônia. Elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT), o documento reflete a rica diversidade cultural da região. A metodologia incluiu fóruns abertos, levantamento de dados e pesquisas participativas, permitindo a coleta de experiências e percepções locais. O relatório também investiga a disseminação de discursos de ódio e informações enganosas nas plataformas digitais, destacando as estratégias de propagadores de desinformação e estabelecendo bases para um monitoramento contínuo desses agentes.

Já o relatório final sobre a desinformação na Amazônia Legal revela um cenário preocupante, onde a propagação de informações enganosas impacta tanto a percepção pública quanto a preservação ambiental na região. No Relatório é possível conferir exemplos de

ISBN: 978-65-01-21423-8

posturas de figuras públicas do Executivo Federal contribuindo para a disseminação de informações falsas a respeito do desmatamento e queimadas na Amazônia. O relatório também apresenta 70 difusores de desinformação, organizados em três grupos principais: movimentos sociais de direita, figuras públicas políticas e canais de notícias.

No Relatório do Coletivo foi possível verificar as plataformas mais utilizadas, nas quais estão listadas Facebook e Instagram, utilizadas para disseminar narrativas manipuladas e que distorcem a realidade socioambiental da Amazônia. Os canais investigados, como o Portal Novo Norte e o Terra Brasil Notícias, apresentaram um padrão alarmante de desinformação, com menos de 10% de seus conteúdos abordando questões ambientais de maneira precisa. Além disso, o relatório atesta a falta de rigor jornalístico e a ausência de fontes confiáveis evidenciando, portanto, a fragilidade dessas plataformas. Como destaca Inês Amaral e Sofia José Santos (2019).

> A internet e os media sociais alteraram significativamente a forma como a informação é produzida e distribuída. Neste sentido, o atual ecossistema mediático é híbrido e apresenta características muito específicas como fácil acesso às tecnologias de edição, publicação e distribuição de conteúdo; consumo de informação público registado pelos media sociais; velocidade na disseminação da informação; informação transmitida em tempo real pelos pares [...]. (Amaral; Santos. 2019, p.73).

Isso nos leva a uma melhor compreensão sobre os critérios de seleção da notícia incluíram a relevância das notícias e o alcance nas plataformas digitais, com ênfase na checagem de informações.

O relatório conclui que é fundamental desenvolver estratégias eficazes para combater a desinformação na Amazônia, protegendo a integridade das informações e, consequentemente, a região e suas populações. É possível constatar que há maior necessidade de transparência e responsabilidade na produção de conteúdo. Além disso o Relatório convoca a sociedade civil e as instituições a se unirem na luta contra a desinformação, essencial para a preservação da Amazônia e dos direitos de seus defensores.

4 IMPACTOS DA DESINFORMAÇÃO NA AMAZÔNIA

A desinformação tem um impacto significativo na coesão social, causando divisões e conflitos entre comunidades. As narrativas enganosas criam desconfiança e polarização, dificultando o diálogo e a colaboração. De acordo com João Paulo Meneses (2018), as notícias enganosas são criadas de maneiras distintas, porém, os seus objetivos são sempre os mesmos,

ISBN: 978-65-01-21423-8

propagar, difundir e perpetuar informações erradas sobre determinado assunto, no caso do nosso estudo as informação ou melhor dizendo as desinformações são criadas a respeito da Amazônia.

> [...] Muitas fake news são hoje produzidas por robôs ou programas informáticos, enquanto outras continuam a nascer no teclado de alguém. Tanto quanto é possível perceber nesta altura, não é o 'tipo' de autor que vai influenciar o tipo de conteúdo ou, mais importante, o resultado dessa fake news. (Meneses, 2018, p. 10).

As implicações para as políticas públicas são profundas. A desinformação pode desviar a atenção de questões cruciais e influenciar negativamente a formulação de políticas voltadas para a conservação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Um ponto interessante a ser ressaltado é que o relatório final da iniciativa, apresenta o Portal Novo Norte com mais de 70% do conteúdo diário do site advindo da Agência Brasil e de outros veículos com teor desinformativo, muitos dos quais estão sob investigação judicial. Embora o portal tenha diversas editorias, seu foco predominante está na disseminação de ideologia conservadora. Em contrapartida além de abordar questões políticas, o Novo Norte também propaga desinformação sobre a pandemia de Covid-19, defendendo tratamentos ineficazes e questionando medidas de vacinação e isolamento social.

O conteúdo ambiental é escasso, com apenas três publicações vinculadas à Amazônia, todas associadas a teorias conspiratórias sobre intervenções internacionais. O portal também veicula pautas sociais sensíveis, como a criminalização do aborto e a "ideologia de gênero," frequentemente atacando a imprensa tradicional.

> Como todos desejam ser dignos de crédito, exigem-se certos requisitos: demonstrar condições de sinceridade, possuir um "saber" requerido pela atuação e um consequente "saber fazer". Ou seja, todos são julgados pelo modo de ser e pela competência de demonstrar e colocar em prática um determinado "saber". Em decorrência, duas qualidades essenciais à comunicação completam o quadro: legitimidade e credibilidade. A legitimidade, que pode ser dada pelo outro – pode ser institucionalizada – não é suficiente e necessita de uma complementação – a credibilidade –, que é prova de uma competência exigida para se ter garantida a contraparte da legitimidade. (Gouvena e Pauliukonis, 2023, p. 03).

Em resumo, o Relatório deixa explicito que Portal Novo Norte caracteriza-se pela produção de conteúdo polarizador e caça-cliques, contribuindo para a desinformação e o fortalecimento de narrativas ideológicas que desafiam a veracidade das informações.

ISBN: 978-65-01-21423-8

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO RELATÓRIO

O Relatório do Projeto conclui que é essencial promover ações conjuntas entre diferentes setores da sociedade, incluindo governo, ONGs e comunidades locais, para enfrentar a desinformação de maneira eficaz. Essa colaboração multifacetada é vital para desenvolver estratégias que integrem conhecimento local e expertise técnica, criando uma abordagem mais robusta e adaptada às especificidades regionais.

Além disso, a continuidade do trabalho colaborativo é fundamental para garantir que as iniciativas não sejam pontuais, mas sim sustentáveis ao longo do tempo. Campanhas de educação midiática devem ser implementadas com o objetivo de fortalecer a comunidades frente à desinformação. A capacitação em habilidades críticas de análise de informações pode empoderar os cidadãos a discernir melhor entre conteúdo verdadeiro e enganoso, permitindo assim, que cada pessoas possa formar seus pensamentos sobre o tema abordado.

> Tudo ocorre em decorrência da necessidade de captação de receptores, suscetíveis a todos os tipos de manipulação pelo emprego de meios que focalizam não só a lógica como também a emotividade. Com a atual proliferação e propagação rápida de informações por diferentes meios de comunicação on-line, sem o tempo necessário para sua veridicção, constata-se a presença de um terreno fértil para o surgimento das “notícias falsas”, situação que a sociedade está vivenciando, tanto nos meios impressos, como nos digitais. O fenômeno é protegido pelo anonimato e enfatizado pelo discurso das mídias sociais, que, rompendo a relação espaço-tempo pela sua virtualidade, espalham discursos de ódio e falsas informações, em questão de segundos. (Gouvena e Pauliukonis, 2023, p. 05).

A transparência nas informações também emerge é um aspecto crucial no combate à desinformação. É fundamental que os canais de comunicação sejam abertos e que a população tenha acesso a informações claras e verificáveis. Isso não apenas ajuda a construir confiança entre os diferentes setores envolvidos, mas também promove um ambiente mais saudável para o diálogo público.

Por fim, a promoção de uma cultura informativa mais responsável deve ser um objetivo central nas estratégias de combate à desinformação. Fomentar o respeito à veracidade e à ética na disseminação de informações contribuirá para um espaço informativo mais seguro e produtivo, beneficiando toda a sociedade e fortalecendo a democracia.

ISBN: 978-65-01-21423-8

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta análise, foi possível concluir que a iniciativa de investigação sobre a desinformação na Amazônia Legal revela um cenário alarmante, com 63% das cidades sem cobertura jornalística, o que facilita a propagação de narrativas distorcidas. Veículos como o Portal Novo Norte e Terra Brasil Notícias frequentemente manipulam questões socioambientais para atender a interesses políticos, enquanto a precarização do jornalismo local agrava essa situação.

Além disso, o fenômeno da desinformação na Amazônia é complexo, demandando ações coordenadas para diminuir seus efeitos. Recomenda-se aumentar a transparência nos algoritmos das plataformas, criar conselhos focados em questões climáticas e implementar políticas de educação crítica para o uso da internet. Essas medidas são essenciais para garantir acesso a informações precisas e diversificadas, promovendo um debate público mais saudável e fundamentado.

O trabalho do Projeto "Amazônia Livre de *Fake*" destaca a importância de uma abordagem colaborativa na luta contra a desinformação. O combate a esse fenômeno requer um esforço conjunto que priorize regulamentação, educação e fortalecimento da comunicação local. Somente assim será possível construir um ambiente informativo que respeite a diversidade de vozes e promova a verdade, assegurando a resiliência das comunidades e contribuindo para um futuro mais justo e sustentável na região. A precarização do jornalismo local torna a Amazônia ainda mais vulnerável à desinformação, exigindo intervenções em várias frentes.

A alfabetização midiática surge como uma solução central para capacitar a população local a identificar e resistir à desinformação. É fundamental promover campanhas educativas que ensinem os cidadãos a distinguir entre informações verdadeiras e falsas, fortalecendo o pensamento crítico. As escolas, universidades e organizações da sociedade civil devem ser envolvidas nesse processo, criando uma cultura informacional mais robusta e consciente.

Outra frente de atuação possível é a criação de equipes especializadas em fact-checking, focadas na região amazônica, é uma solução eficaz para enfrentar a desinformação local. Iniciativas como o "Amazônia Livre de *Fake*" devem ser expandidas, incluindo parcerias com veículos de comunicação e instituições acadêmicas para garantir que as informações circulantes sejam verificadas e corrigidas rapidamente.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Além disso, há necessidade de incentivar o fortalecimento do jornalismo independente na Amazônia para garantir a circulação de informações verificadas e precisas. Investir na formação de jornalistas locais, na criação de veículos de comunicação regional e em políticas públicas que promovam a produção de conteúdos jornalísticos confiáveis ajudará a reduzir a dependência de fontes desinformativas. Isso, por sua vez, garantirá que a população tenha acesso a uma cobertura mais equilibrada e ética dos acontecimentos.

Em suma, o Projeto "Amazônia Livre de *Fake*" se mostrou relevante e propositivo por reconhecer a multidimensionalidade da desinformação e por propor intervenções práticas e diversificadas, desde o fortalecimento da comunicação local até a capacitação crítica da população. Contudo, o sucesso dessas iniciativas dependerá da implementação eficaz dessas propostas e de uma articulação constante entre os atores envolvidos. O combate à desinformação na Amazônia é uma tarefa complexa, mas essencial para garantir um futuro mais justo e sustentável para a região.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Inês; SANTOS, Sofia José. **Algoritmos e redes sociais: a propagação de fake news na era da pós-verdade**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em < https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/96605>, acesso em 29 set. 2023

BRASIL. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores**. Disponível em: <http://amazonialivredefake.org/#relatorio>. Acesso em: 17 jan. 2024.

BRASIL. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Combate à desinformação sobre a Amazônia Legal e seus defensores.** 2023. Disponível em:<http://amazonialivredefake.org/wp-content/uploads/2023/04/INTERRelatorioICS.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2024.

BRISOLA, Anna Cristina; BEZERRA, Arthur. **Desinformação e circulação de "Fake News": distinções, diagnóstico e reação**. XIX Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 22-26 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/354654968_DESINFORMACAO_E_CIRCULACAO_DE_FAKE_NEWS_DISTINCOES_DIAGNOSTICO_E_REACAO>. Acesso em: 25 nov. 2023.

CARVALHO, Mariana Freitas Canielo; MATEUS, Cristielle Andrade. **FAKE NEWS E DESINFORMAÇÃO NO MEIO DIGITAL: análise da produção científica sobre o tema na área de Ciência da Informação.** Múltiplos Olhares em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16901>.Acesso em: 14 jun. 2024.

ISBN: 978-65-01-21423-8

DEMO, Pedro. **Ambivalências da sociedade da informação.** Ciência da Informação. [S. l.], v. 29, n. 2, nov. 2000. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/885>. Acesso em: 28 dez. 2023.

GOUVENA, Lúcia Helena Martins; PAULIUKONIS, Maria Aparecida Lins. **A manipulação no discurso: o papel da midia impressa e digital na propagação de notícias falsas.** Gláuks - Revista de Letras e Artes, [S. l.], v. 23, n. 1, p. 23–40, 2023. Disponível em: https://www.revistaglauks.ufv.br/Glauks/article/view/364. Acesso em: 10 mar. 2024.

MENESES, João Paulo. **Sobre a necessidade de conceptualizar o fenómeno das fake News.** Lisboa. 2018. Observatório (OBS*). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/328587253_Sobre_a_necessidade_de_conceptualizar_o_fenomeno_das_fake_news>. Acesso em: 28 set. 2024.

NOGUEIRA, Carolina; RODRIGUES, Claudia; PINTO, Eva; RUTH, Pereira; DOS SANTOS, Paulo Talhadas. **Literacia ambiental na era da desinformação: um projeto de educação ambiental**. Porto, Portugal, v. 9, n. 1, p. 19-36, 2020.

SERRANO, Pascual. **Desinformação: como os meios de comunicação ocultam o mundo.** Rio de Janeiro: Espalhafato, 2010.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

MÍDIAS SOCIAIS E O IMPACTO NA PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DIGITAL: ANÁLISE DE MANCHETES SENSACIONALISTAS EM PORTAIS DE NOTÍCIAS DO AMAZONAS

Mariana Barbosa dos Santos [35]
Izabelly Cruz da Costa[36]

RESUMO

O presente estudo aborda a interferência da dinâmica das mídias digitais na produção jornalística local, por meio do estudo de caso das manchetes sensacionalistas em portais de notícia. A pesquisa analisa como a disseminação de conteúdo nas redes sociais e portais digitais podem competir pela atenção da audiência, muitas vezes centrando-se no sensacionalismo, ameçando a qualidade da informação, em busca de engajamento no meio digital. O estudo de caso se concentrou em examinar duas matérias publicadas pelo Portal CM7, veiculadas no mês de julho de 2024, que contaram com engajamento elevado da audiência em razão do teor e tom exagerado das manchetes. Nesse contexto, é possível identificar que a estratégia de propagação de conteúdo de portais com esse perfil de atuação contribui para fortalecer a programação dos algoritmos das plataformas em que esses conteúdos são propagados visando, acima de tudo, manter a retenção da atenção da audiência e conseguir os ganhos financeiros possíveis a partir disso.

PALAVRAS-CHAVE: Mídias Sociais. Sensacionalismo. Jornalismo Digital.

1 INTRODUÇÃO

No ambiente digital, tem sido cada vez mais comum identificar como o jornalismo tem passado por mudanças estruturais, principalmente no que se refere ao fazer jornalístico, que envolve a técnica e a produção da matéria jornalística.

A mudança na dinâmica de consumo de conteúdo interfere no fazer jornalístico a tal ponto que novas estruturas são criadas para utilização, de forma estratégica, pelos veículos de comunicação que tem a intenção de ampliar a audiência. Exemplo disso é a alteração de forma substancial da tradicional estrutura da pirâmide invertida do jornalismo para o modelo "pirâmide deitada", muito utilizado no webjornalismo, onde a prioridade é dada a informações variadas, dadas as múltiplas possibilidades de exploração do tema.

Neste contexto, analisar como o conteúdo jornalístico publicado nos portais de

[35]Aluna. Graduanda do Curso de Direito da Faculdade Boas Novas. E-mail: marianabarbosa.090393@gmail.com
[36]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: izabelly.costa@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

notícias locais e como o processo de "seleção das notícias" são influenciadaos pela dinâmica das plataformas digitais, e das preferências da audiência, pode nos ajudar a compreender essas novas dinâmicas do fazer jornalístico.

Todo este contexto é afetado pelo fato de que o jornalismo tem sofrido interferências cada vez mais diretas das dinâmicas de consumo de conteúdo das mídias digitais. Dessa maneira, nos deparamos com a seguinte problemática: como o próprio jornalismo e o espaço que ele disputa com a publicidade e a propaganda na internet se relaciona com a sobrecarga de estímulos, causada pela demanda constante por atenção? De que modo, isso pode interferir na dinâmica do que se consome em termos de notícia?

Este estudo tem como objetivo geral investigar como a dinâmica de disseminação de conteúdo nas mídias digitais contribuem para a criação de manchetes jornalísticas em portais do Amazonas, buscando identificar os efeitos das abordagens sensacionalistas no contexto digital da região. Para isso, foram definidos objetivos específicos, como a análise de notícias de um portal com base em critérios de alcance e relevância, a identificação de elementos sensacionalistas nas manchetes, e a avaliação do engajamento da audiência com essas publicações.

Para esta análise, a metodologia envolveu um estudo de caso qualitativo de um portal específico, focando nas práticas de publicação sensacionalistas e na resposta do público a esse tipo de conteúdo. Além disso, foi realizada revisão bibliográfica para embasamento teórico conceitual sobre o fazer jornalístico, sobre o impacto do sensacionalismo na percepção pública e no comportamento, além de investigar o papel dos algoritmos de recomendação na amplificação desse tipo de conteúdo. O estudo de caso concentrou-se em notícias do Portal CM7 veiculadas no mês de julho de 2024, com o objetivo de entender a dinâmica utilizada na prática da disseminação de conteúdo sensacionalista na mídia local.

Os resultados indicam que os algoritmos das plataformas digitais e redes sociais amplificam o sensacionalismo ao priorizar o engajamento e a visibilidade em detrimento da profundidade e precisão jornalística. Isso favorece a disseminação de conteúdos simplificados e polêmicos, particularmente em portais que competem por audiência, como os do Amazonas, que adotam manchetes exageradas e grafismos apelativos. Além disso, os algoritmos criam bolhas de filtro que reforçam crenças e promovem a polarização, prejudicando a credibilidade da informação. O desafio para o jornalismo popular na era digital é equilibrar a atração do público com a manutenção de princípios éticos e a

ISBN: 978-65-01-21423-8

veracidade das notícias.

2 JORNALISMO POPULAR NA ERA DIGITAL

A produção jornalística na era digital tem se transformado profundamente com o avanço das tecnologias de comunicação e o aumento do uso das redes sociais. Nesse cenário, as plataformas digitais têm se tornado o principal canal de disseminação de informações para uma audiência cada vez mais conectada e imediatista. No entanto, essa dinâmica trouxe novos desafios, como a crescente busca por atenção em meio a um volume massivo de conteúdos disponíveis. Para capturar a audiência, muitos veículos de comunicação optam por formatos sensacionalistas e manchetes chamativas, o que impacta a qualidade da informação. Assim, o jornalismo popular enfrenta o dilema de equilibrar a necessidade de atrair o público sem sacrificar os princípios éticos fundamentais para a credibilidade da imprensa.

Para Rosa Nívea Pedroso (2001), "a separação aparente entre grande imprensa e imprensa popular sugere a existência de um outro tipo de jornalismo, o sensacionalista, mas como se este fosse um segmento próprio e específico da imprensa popular". Nesta perspectiva, entendemos que dentro do jornalismo conhecido como popular, é possível encontrar um jornalismo sensacionalista como uma ramificação deste. Sobre isso, a autora ainda propõe a seguinte definição:

> (...) o jornalismo sensacionalista como o modo de produção discursiva da informação de atualidade, processado por critérios de intensificação e exagero gráfico, temático, linguístico e semântico, contendo em si valores e elementos desproporcionais, destacados, acrescentados ou subtraídos no contexto de representação e construção do real social. (Pedroso, 2001, p. 52)

Portanto, o jornalismo sensacionalista possui características que, se colocadas em um contexto favorável para a ampla disseminação, pode ser potencializado para manutenção da audiência engajada. Em um contexto digital, é possível notar essa ampliação da possibilidade de propagação de conteúdo, podendo o jornalismo popular, e por conseguinte, o jornalismo sensacionalista se valerem de variados canais para divulgação da sua produção.

Segundo matéria publicada pelo portal União Metropolitana de Curitiba, que analisou a pesquisa da Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER), os meios de comunicação tradicionais no Brasil (jornais, revistas, rádios e TV) ainda são as fontes mais

ISBN: 978-65-01-21423-8

confiáveis de informação para os brasileiros, com 29% dos entrevistados preferindo esses meios. No entanto, o uso das redes sociais como fonte de informação também cresceu, atingindo 21% dos participantes, embora apenas 14% confiem plenamente nelas. A pesquisa revela uma queda na confiança nos meios de comunicação entre 2016 e 2024, acompanhada por uma crescente influência digital. O estudo foi realizado com 1.321 brasileiros, com uma margem de erro de 5% e um índice de confiança de 95%.

Nesta esteira, a discussão sobre credibilidade na atividade da imprensa é relevante, pois, ao passo que a audiência passa a ganhar confiança em informações propagadas por meio das mídias sociais, mais possível e provável se torna a utilização de métodos de impulsionamento de conteúdo para manipulação de algorítmos das plataformas digitais.

Nesse contexto, a credibilidade do valor noticioso é comprometida pela presunção de que o uso de algoritmos nas redes sociais é uma estratégia eficaz. A produção jornalística frequentemente exagera ou manipula o contexto das informações para obter maior visibilidade e engajamento, ignorando o impacto social e ético dessa prática. Isso ocorre porque os algoritmos tendem a promover conteúdos que geram mais impacto, o que pode comprometer a precisão das informações e ampliar a desinformação, já que notícias distorcidas ou sensacionalistas tendem a ganhar visibilidade com mais rapidez.

Entendendo este cenário, Pedroso complementa que:

> O jornal sensacionalista opera como um meio de liberação de desejos reprimidos e censurados, permitindo a projeção da culpabilidade do ato, que o leitor realiza na imaginação, sobre as personagens dos acontecimentos. Imaginariamente muitos crimes e muita violência são realizados diariamente. A leitura legitima, no espaço social, o impulso agressivo do leitor pela denúncia dos atos criminosos e pela designação dos culpados, permitindo-lhe a satisfação, imaginária e verbal, de obedecer à sua própria violência. (Pedroso, 2001, p. 51)

Tendo as redes sociais mecanismos para incentivar a reação da audiência aos mais variados tipos de conteúdo, o espaço no ambiente digital se torna fértil para que essa interação fortaleça a credibilidade dos veículos e consequentemente forme um perfil de público-alvo cada vez mais engajado independente do nível de confiabilidade das informações que estão sendo consumidas.

No Amazonas, é perceptível a ocorrência de portais de notícia que se valem dessa estratégia para publicar conteúdo, especialmente aqueles focados em jornalismo policial, são exemplos claros desse fenômeno. Textos carregados de exageros e grafismos chamativos se tornam mais visíveis do que os de outros portais nacionais, muitas vezes com uma exploração vulgar dos fatos e sem a devida contextualização.

ISBN: 978-65-01-21423-8

A competição intensa entre os meios de comunicação no Amazonas pode ser principais fatores que fomentam a prática do sensacionalismo. De acordo com a Pesquisa Digital Performance TOP 100 – Portais e Sites de Notícias, divulgada pela empresa I Marketing[37], são pelo menos 100 portais existentes com perfis em redes sociais que possuem 100 curtidas ou mais.

Este movimento demostra mais um aspecto favorável a disseminação de conteúdos de grande apelo sensacionalista, apropriando-se de uma matriz onde a cultura e a estética dos jornais são moldadas para atender às expectativas do público. Quanto mais exagerada for a notícia, mais *likes* e visualizações o meio de comunicação obtém.

Nilson Lage (1987) destaca que é fundamental considerar a relevância do fato a ser noticiado, pois os critérios utilizados pelos jornalistas na seleção de notícias mais relevantes para a sociedade contribuem para a busca de credibilidade no campo jornalístico e ajudam a determinar quais conteúdos devem ser veiculados.

> Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los. (LAGE, *Estrutura da notícia*, 1987, p. 16)

Sendo assim a seleção da notícia e os critérios de noticibilidade passam a considerar também o peso da expectativa da audiência em relação ao que vai ser publicado, e a narração dos acontecimentos passa também a sofrer essa insterferência devido à necessidade de provocar o engajamento no público.

3 MANCHETES SENSACIONALISTAS: ESTUDO DE CASO SOBRE NOTÍCIAS DIVULGADAS PELO PORTAL CM7

A notícia apresentada a seguir ilustra parte da realidade retratada nesta pesquisa:

[37] Pesquisa Digital Performance TOP 100 – Portais e Sites de Notícias – 1º semestre de 2022, disponível em: < https://imarketing.digital/blog/os-100-sites-de-noticias-que-se-destacaram-nas-midias-sociais-no-1o-semestre-de-2022/>

ISBN: 978-65-01-21423-8

Figura 1 - Matéria Publicada No Portal Cm7 Em 09 De Julho De 2024

Polícia

‘Tar4do sedent0’ bota pra cima de ‘novinho’ em vestiário da UFAM: “deixa eu m4mar?”; veja vídeo

Por Gomes em 9 de julho de 2024 às 16:53

Compartilhe

Amazonas – **A Universidade Federal do Amazonas (UFAM) enfrenta um novo desafio além dos frequentes assaltos no campus**: a presença de predadores sexuais. Recentemente, um incidente chocante no vestiário da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) chamou a atenção da comunidade acadêmica.

Um aluno de Educação Física, cuja identidade foi preservada, reagiu bravamente ao ser abordado por um homem mais velho que tentou filmá-lo enquanto ele estava pelado e ainda sugeriu fazer sexo com o jovem. Em um vídeo que viralizou rapidamente nos grupos de WhatsApp da UFAM, o estudante confronta o agressor e o expulsa do local.

Veja vídeo:

Fonte: Portal CM7 (2024)

Observa-se que, nesta manchete, há a utilização de elementos que fogem ao padrão da linguagem jornalística: caracteres que deturpam a ortografia das palavras, teor apelativo e tom de voz vulgar. No entanto, o conteúdo da apuração é motivo relevante para ser noticiado.

De acordo com Nélson Traquina, em seu livro Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são (p.34), a notícia “é o objeto de uma luta na definição e na construção das notícias, em que um profissional (o jornalista) reivindica um monopólio do saber, o de definir e de construir a notícia e, por extensão, a realidade”.

Nesse sentido, a manchete jornalística tem a característica de nomear a seleção primária, representada pelos valores-notícia, que funcionam como uma prática de boa orientação.

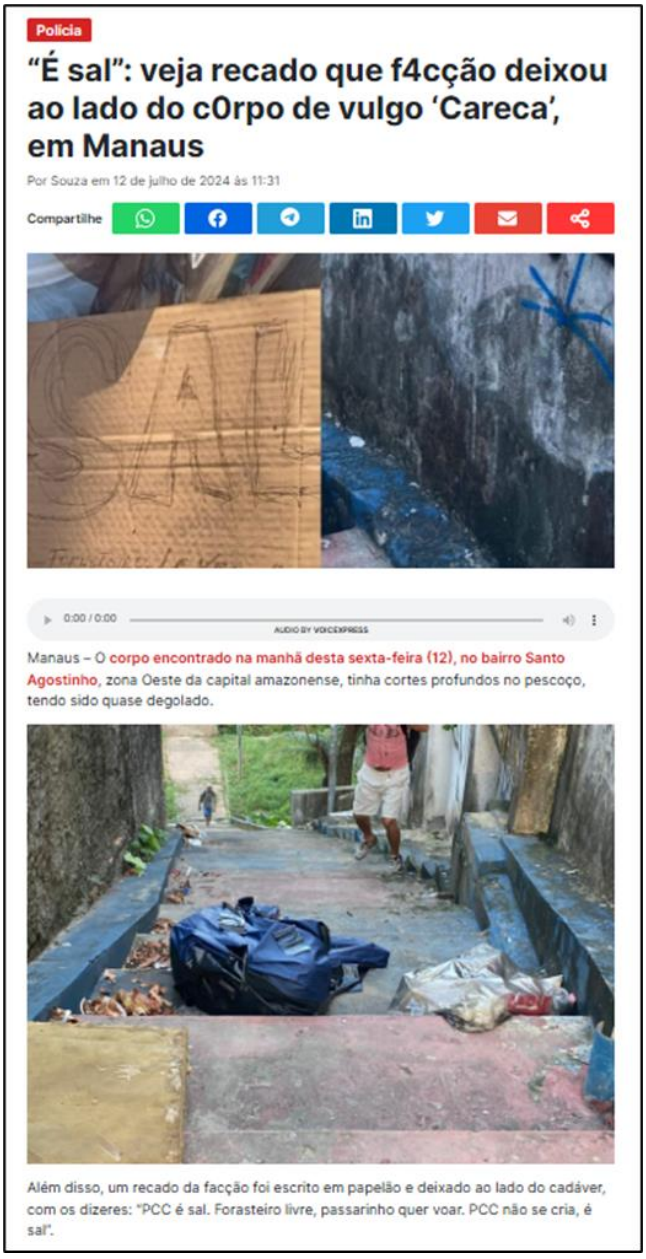
A identificação do jornalismo com a atualidade seria irrepreensivelmente atingida e a obsessão dos jornalistas com a obrigação de fornecer as últimas notícias, de preferência em primeira mão e com exclusividade, tornar-se-á um marco fundamental da identidade

ISBN: 978-65-01-21423-8

jornalística. (TRAQUINA, Teorias do Jornalismo: Porque as notícias são como são, 2005, p.38)

Portanto, a matéria representada na figura 1 não apresenta essas características, pois usa de linguagem inadequada para a estruturação padrão de uma matéria jornalística. Além disso, tende a expor conteúdo com base em curtos conteúdos com o foco menos profundo sobre a capacidade de destacar o exagero e o preconceito em promover manchetes exageradas ou simplificadas.

Figura 2 - Matéria Publicada No Portal Cm7 Em 12 De Julho De 2024



Fonte: Portal CM7 (2024)

Neste conteúdo observa-se novamente a abordagem sensacionalista, sob a qual a

ISBN: 978-65-01-21423-8

manchete e o texto abusam de elementos da linguagem popular, para se referir a uma notícia policial.

Ambas as matérias não possuem completude nos fatos narrados, demonstram uma apuração limitada e se aproveitam do teor apelativo das notícias para explorar a linguagem chula e com isso alcançar o engajamento almejado.

4 ALGORITMOS E AUDIÊNCIA

O conteúdo sensacionalista dos portais está diretamente relacionado à forma como o funcionamento das plataformas priorizam e promovem o que é exibido aos usuários. Essa conexão acontece porque os algoritmos são projetados para maximizar o engajamento e, portanto, dão mais destaque a conteúdos que geram reações imediatas, como cliques, comentários e compartilhamentos. Notícias sensacionalistas, com manchetes exageradas ou apelativas, tendem a provocar emoções fortes, como choque ou raiva, o que aumenta a probabilidade de que sejam amplamente compartilhadas.

Nos portais de notícias, isso cria um ciclo em que conteúdos sensacionalistas recebem maior visibilidade, uma vez que os algorítmos recompensam o material que atrai mais interações. O resultado é que reportagens complexas ou analíticas acabam ficando em segundo plano, pois não geram o mesmo nível de engajamento instantâneo.

Além disso, a personalização algorítmica cria bolhas de filtro, onde o usuário é continuamente exposto a informações que reforçam suas opiniões ou preconceitos. Isso amplifica a polarização e leva ao consumo repetitivo de conteúdos sensacionalistas, que muitas vezes são simplificados e pouco investigativos.

Portais que priorizam a rapidez na publicação, incentivados pela lógica algorítmica, acabam sacrificando a precisão e a verificação de fatos em prol de atrair mais cliques com manchetes apelativas. Consequentemente, o jornalismo se transforma, com uma maior ênfase em conteúdos superficiais e impactantes, em detrimento de uma cobertura mais aprofundada e informativa. O livro Quase um Tique, da autora Anna Bentes (2012), aborda a relação do comportamento humano com o conceito de algoritmos, destacando como seguir padrões repetitivos de forma automática se assemelha ao funcionamento dos algoritmos.

O diagnóstico do vício aparece não apenas no discurso de desenvolvedores e críticos da economia da atenção, mas também em muitos dos relatos das experiências dos usuários no Instagram. Embora convincente e preocupante, não buscamos nem confirmar e nem refutar

ISBN: 978-65-01-21423-8

esses discursos do vício, mas entendê-los como um vetor importante para explicar os efeitos que as tecnologias regidas pelo modelo da economia da atenção estão exercendo em nossas vidas. (Bentes, 2012, p.30)

A obra trata do Transtorno Obsessivo-Compulsivo (TOC) na criação de círculos sociais nas redes e na alimentação desse comportamento repetitivo. Além disso, ela explora o sensacionalismo, que se torna tão usual a ponto de o público validar notícias infundadas como reflexo de um comportamento social, destacando o impacto desse fenômeno em nossas vidas.

Henry Jenkins (2009), em seu livro Cultura da Convergência, discute como as mídias digitais, baseadas em algoritmos, influenciam a formação da opinião pública e os comportamentos sociais. Ele introduz o conceito de "cultura da participação", no qual as pessoas são tanto consumidoras quanto produtoras de conteúdo, mas muitas vezes influenciadas pelos algoritmos, impactando a formação de opiniões. Jenkins (2009) também expressa preocupações éticas sobre o papel dos algoritmos na disseminação de fake news, frequentemente associadas ao sensacionalismo.

A interação com o público no jornalismo tradicional vem carregada de elementos que podem agregar ao ocorrido que foi noticiado. No entanto, observamos que o portal mantém um contato estreito com o público, o que gera mais engajamento em relação às publicações e à notícia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos revelam como o sensacionalismo tem sido amplificado pelos algoritmos que regem as plataformas digitais e redes sociais. A busca por engajamento, cliques e visibilidade incentivou muitos portais de notícias a adotarem estratégias que priorizam o impacto imediato sobre a profundidade e precisão jornalística. Isso compromete a qualidade da informação e reforça a disseminação de conteúdos simplificados, emocionais e polêmicos, que tendem a gerar mais reações por parte do público.

O jornalismo sensacionalista, que já era uma prática presente no jornalismo popular, encontrou nas redes sociais um terreno fértil para sua disseminação, levando a um aumento do consumo de notícias com manchetes exageradas e grafismos apelativos. Em regiões como o Amazonas, portais locais competem intensamente pela atenção do público, o que resulta em uma adoção ainda mais acentuada desse tipo de abordagem.

Além disso, os algoritmos não apenas promovem o sensacionalismo, mas também criam bolhas

ISBN: 978-65-01-21423-8

de filtro, onde os usuários são expostos a conteúdos que reforçam suas crenças, levando à polarização e à repetição de padrões de consumo de informação tendenciosa. Isso levanta preocupações sobre a credibilidade do jornalismo na era digital, pois a necessidade de engajar rapidamente compromete a verificação de fatos e a integridade do que é noticiado.

Por fim, o desafio do jornalismo popular no ambiente digital está em encontrar um equilíbrio entre captar a atenção da audiência e manter os princípios éticos e de credibilidade. A produção de notícias precisa se ajustar ao novo ecossistema midiático, sem sacrificar a qualidade e a verdade, especialmente em um contexto em que a informação circula com extrema rapidez e o público se encontra mais vulnerável à desinformação.

REFERÊNCIAS

BENTES, Anna. **Quase um tique**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2012.

D'ANCONA, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news**. São Paulo: Faro Editorial, 2018.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. Traduzido por Denise Bottmann. São Paulo: Editora Aleph, 2009.

UNIÃO METROPOLITANA. **Pesquisa destaca confiança dos brasileiros em veículos tradicionais de informação**. Disponível em: https://uniaometropolitana.com.br/pesquisa-destaca-confianca-dos-brasileiros-em-veiculos-tradicionais-de-informacao/. Acesso em: 18 out. 2024.

I MARKETING. **Pesquisa Os 100 sites de notícias que se destacaram nas mídias sociais no 1º semestre de 2022.** Disponível em: https://imarketing.digital/blog/os-100-sites-de-noticias-que-se-destacaram-nas-midias-sociais-no-1o-semestre-de-2022/ . Acesso em: 18 de out. 2024.

LAGE, Nilson. ***Estrutura da notícia***. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

PEDROSO, Rosa Nivea. **A produção do discurso de informação num jornal sensacionalista.** UFRJ - Rio de Janeiro- RJ/ Escola de Comunicação 2001.

TRAQUINA, Nélson. **Teorias do jornalismo I: porque as notícias são como são.** Florianópolis: Insular, 2005a.

Bota pra cima de 'novinho' em vestiário da UFAM: "deixa eu m4mar?"; veja vídeo. **Portal CM7**, Manaus, 09 de julho de 2024. Polícia. Disponível em: < https://cm7brasil.com/noticias/policia/tar4do-sedent0-bota-pra-cima-de-novinho-em-vestiario-da-ufam-deixa-eu-m4mar-veja-video /> Acesso em: 17 set. 2024.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Psicologia

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFESSORES EM ESCOLAS DE MANAUS SOB VIÉS DA PSICOLOGIA SOCIAL

Denis Marques da Silva[38]
Letícia Nayra Bastos Fernandes[39]

RESUMO

Este estudo investiga as condições de trabalho dos professores nas escolas de Manaus sob a ótica da Psicologia Social, identificando os principais desafios e impactos na saúde física e mental dos educadores. O objetivo da pesquisa é compreender como as condições laborais afetam o bem-estar dos professores e a qualidade do ensino, buscando soluções para reduzir o estresse ocupacional e melhorar a eficiência pedagógica. A metodologia adotada é uma revisão bibliográfica, com base em estudos já existentes sobre as condições de trabalho e saúde mental dos professores, fornecendo diretrizes para melhorias nas escolas de Manaus. Segundo Araujo Queiroz e Silva Marinho (2020), quanto aos fatores de estresse, de forma geral, as maiores causas apontadas pelos profissionais foram o fator salarial (62.4%), a ausência de acompanhamento familiar na vida escolar dos discentes (19.6%) e a infraestrutura precária do recinto escolar (10.9%). Os resultados indicam que as condições adversas de trabalho estão diretamente relacionadas ao aumento de licenças médicas, esgotamento emocional e queda na qualidade do ensino. O estudo conclui que há uma necessidade urgente de intervenções estruturais, como redução da carga horária, aumento do suporte emocional e condições físicas e organizacionais, a fim de criar um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo para os docentes em Manaus.

PALAVRAS-CHAVE: Condições de trabalho. Saúde mental. Psicologia Social. Estresse ocupacional. Educação.

1 INTRODUÇÃO

As condições de trabalho dos professores são fatores primordiais para a qualidade da educação e o bem-estar dos docentes. Em ambientes escolares com infraestrutura precária, falta de recursos educacionais e sobrecarga de trabalho, como é o caso de muitas escolas em Manaus, esses fatores tornam-se ainda mais significativos. Bardin (2011), enfatiza que a qualidade do ambiente de trabalho influencia diretamente a eficiência e o bem-estar dos profissionais, e no contexto educacional, essas influências são amplificadas pelo impacto direto no aprendizado e desenvolvimento dos alunos. A sobrecarga de trabalho imposta aos professores, associada à

[38]Aluno. Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: denis.20230346@aluno.fbnovas.edu.brm
[39]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: leticia.fernandes@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

precariedade das condições físicas e administrativas das escolas, resulta em níveis elevados de estresse e esgotamento emocional, condições frequentemente associadas ao fenômeno do burnout. Segundo Carlotto (2002), os professores estão entre os profissionais mais vulneráveis ao desenvolvimento desse quadro, devido às pressões constantes e à alta carga emocional que envolve a prática pedagógica.

Seligmann-Silva (2011), aponta que o esgotamento emocional decorrente do estresse ocupacional prolongado compromete a capacidade dos professores de envolverem os alunos, planejar e executar atividades de ensino eficazes. Em Manaus, onde a infraestrutura escolar e os recursos educacionais são muitas vezes inadequados, esses desafios são intensificados, dificultando ainda mais o trabalho dos professores. Isso também gera altos índices de transtornos psicológicos, prejudicando a continuidade pedagógica e o estabelecimento de relações mais profundas entre professores e alunos, essenciais para a eficácia do processo de ensino-aprendizagem.

Além dos desafios estruturais, as especificidades regionais e socioeconômicas de Manaus aumentam a complexidade das condições de trabalho dos docentes. O contexto amazônico é marcado por desigualdades acentuadas e dificuldades de acesso a recursos e tecnologias, o que compromete tanto o desenvolvimento profissional dos professores quanto a aprendizagem dos alunos. Alves e Santos (2018) ressaltam que a falta de recursos adequados nas escolas pode agravar o sentimento de impotência entre os docentes, o que contribui para o aumento do estresse ocupacional. A sobrecarga de trabalho, combinada com a falta de suporte institucional, cria um ciclo prejudicial, onde a satisfação profissional dos professores diminui, afetando a qualidade do ensino e, consequentemente, o desempenho acadêmico dos estudantes.

Este estudo tem como objetivo analisar o impacto dessas condições de trabalho de forma abrangente, abordando alguns dos desafios enfrentados pelos professores. No contexto de Manaus, há a necessidade de intervenções mais urgentes, dadas as condições socioeconômicas e culturais da região, que demandam políticas educacionais que atendam às necessidades locais e promovam a equidade no sistema educacional.

Portanto, compreender as condições de trabalho dos professores em Manaus e suas repercussões é essencial para desenvolver estratégias e políticas que promovam a qualidade de vida dos docentes e a qualidade do ensino, beneficiando tanto professores quanto alunos e contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e eficiente.

ISBN: 978-65-01-21423-8

2 CONDIÇÕES DE TRABLHO DOS EDUCADORES

A investigação das condições de trabalho dos educadores em Manaus pode ser amplamente enriquecedora ao considerar abordagens educacionais que promovam tanto o desenvolvimento individual e social dos alunos quanto o bem-estar docente. Segundo Souza (2024), o desenvolvimento da criança deve ocorrer em um ambiente de liberdade, onde ela possa explorar e aprender por meio de experiências naturais. Para Rousseau (1762), o papel do educador é facilitar esse processo, sem ser importante, mas permitindo que a criança desenvolva sua própria capacidade de aprendizado. Este conceito é fundamental ao considerar o bem-estar docente, pois professores que se sentem pressionados por métodos rígidos de ensino podem sofrer estresse e sobrecarga, enquanto aqueles que têm a liberdade de adaptar suas práticas pedagógicas às necessidades individuais dos alunos podem experimentar uma maior satisfação no ambiente de trabalho.

A ideia de liberdade e autodireção é central na pedagogia de Maria Montessori (1912), que defende que a autonomia do aluno é essencial para o desenvolvimento do aprendizado. Para Pereira, Nascimento e Moreira (2024), os alunos devem ser encorajados a tomar decisões sobre seu próprio processo de aprendizagem, sendo o professor um guia. Essa abordagem coloca o professor em um papel de facilitador, ao invés de controlador, o que pode aliviar a pressão sobre os docentes e proporcionar um ambiente de trabalho mais saudável e menos desgastante. A aplicação desses princípios à educação em Manaus, especialmente em ambientes públicos de ensino, podem contribuir para a melhoria das condições de trabalho ao reduzir a tensão entre as demandas institucionais e as necessidades de ensino individualizado.

O impacto das condições de trabalho dos professores não pode ser dissociado da exigência do ambiente educacional e das regulamentações que moldam o cenário de ensino. Segundo Araujo Queiroz e Silva Marinho (2020), quanto aos fatores de estresse, de forma geral, as maiores causas apontadas pelos profissionais foram o fator salarial (62.4%), a ausência de acompanhamento familiar na vida escolar dos discentes (19.6%) e a infraestrutura precária do recinto escolar (10.9%). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) , promulgada em 1996, é um marco na educação brasileira ao estabelecer que o ambiente escolar deve ser propício ao desenvolvimento integral dos alunos, promovendo o respeito às diversidades sociais e culturais.

ISBN: 978-65-01-21423-8

3 O APRENDIZADO EFICAZ

No entanto, a LDB também confirma a necessidade de valorizar os professores, respeitando as suas condições de trabalho e garantindo que as suas limitações e desafios sejam considerados. Em Manaus, onde muitos educadores enfrentam condições desafiadoras, desde a infraestrutura precária até a alta demanda de alunos, deficiências e demais especificidades dos transtornos de aprendizagem, o cumprimento dessas diretrizes é essencial para garantir não só o sucesso acadêmico dos estudantes, mas também a saúde física e mental dos docentes.

Para Alves e Santos (2018), o aprendizado ocorre de maneira mais eficaz quando o aluno é exposto a situações práticas e concretas, que estimulam a observação e a interação. Acrescentando essa visão com a abordagem de ensino baseada na experiência direta, Brettas (2018), afirma que a educação deveria ser moldada em torno das necessidades individuais de cada aluno. Um conceito que também pode ser aplicado ao ambiente de trabalho dos professores. Quando os docentes têm a oportunidade de observar e conduzir de perto os alunos, adaptando suas abordagens pedagógicas de forma personalizada, melhora a qualidade do ensino e promove um senso de realização profissional, redirecionando a sobrecarga estressora e aumentando a satisfação no trabalho.

A psicologia social oferece uma base sólida para entender como as interações e o ambiente de trabalho influenciam o bem-estar dos educadores. Conforme Albert Bandura (1973/1977) argumenta, o comportamento humano é moldado tanto pelo ambiente quanto pelas interações sociais. É uma variável fundamental para criar um ambiente de ensino saudável. No contexto educacional, isso significa que a qualidade das relações entre professores, alunos e gestão pode ter um impacto direto sobre o clima de trabalho e a saúde mental dos docentes. Professores que experimentam suporte emocional de seus colegas e administradores são mais propensos a enfrentar os desafios do trabalho com resiliência e satisfação, o que é primordial em contextos como o de Manaus, onde o estresse é exacerbado por questões estruturais e socioeconômicas.

Essa perspectiva é apoiada por Jean Piaget (1950), cuja epistemologia genética defende que o desenvolvimento cognitivo ocorre através da interação ativa entre o sujeito e o ambiente. Isso significa que o contexto social da escola, incluindo as relações psicossociais, tem um impacto significativo na forma como professores e alunos constroem conhecimento e se desenvolvem dentro do ambiente educacional. Compreende-se que o ambiente escolar mal estruturado afeta diretamente o desempenho profissional e a saúde dos docentes. Entretanto, o

ISBN: 978-65-01-21423-8

trabalho colaborativo, o reconhecimento de seus esforços e a

possibilidade de influenciar o desenvolvimento dos alunos, são fatores que podem reduzir o desgaste emocional e físico dos professores. É essencial destacar que a Psicologia Social, ao estudar as interações humanas e os processos de ensino-aprendizagem, oferecem uma visão abrangente sobre como melhorar o ambiente de trabalho dos educadores.

Estudos apontam uma relação preocupante entre a crítica da profissão e o desenvolvimento de transtornos mentais, como ansiedade e depressão. Segundo Carlotto (2002), professores são vulneráveis a esses transtornos devido ao alto nível de pressão, carga horária excessiva, falta de apoio institucional e demandas emocionais que envolvem a gestão de especificidades de transtornos de aprendizagem. Seligmann-Silva (2011) enfatiza que os quadros atuais de adoecimento mental no trabalho desafiam o diagnóstico clínico e as intervenções terapêuticas. Essa vulnerabilidade, especialmente em escolas públicas com recursos limitados, como muitas em Manaus, aumentam o peso emocional e psicológico sobre os educadores, gerando uma atmosfera propícia ao desenvolvimento de transtornos mentais.

Neste viés da psicologia social, os experimentos sociais são fundamentais para compreender como a conformidade social e o estresse no ambiente de trabalho podem afetar o comportamento e a saúde mental dos professores no ambiente de trabalho. Segundo Asch (1973), os indivíduos tendem a se conformar com a opinião da maioria, mesmo sabendo que tal opinião seja equivocada. Isso demonstra como o estresse social, o medo de ser excluído ou julgado e a pressão para se adaptar às expectativas dos outros podem influenciar o comportamento dos professores dentro de um ambiente de trabalho adverso.

Esse conceito é particularmente relevante no ambiente escolar, onde os professores, muitas vezes, enfrentam pressões sociais para atender às expectativas de diretores, pais e colegas, mesmo que essas exigências comprometam seu bem-estar. A conformidade pode levar os professores a internalizar um estresse contínuo, o que, a longo prazo, resulta em burnout e outras condições relacionadas ao estresse. O DSM-5-TR (2023), sugere que o apoio psicológico preventivo é essencial para evitar que o estresse ocupacional evolua para transtornos mais graves, como a depressão e a ansiendade. Conforme Dahia (2015), os experimentos conduzidos por Stanley Milgram (1963/1974), ao investigar a obediência à autoridade sob condições estressantes, refletem como os professores podem se sentir obrigados a seguir políticas institucionais que não apoiam o fortalecimento de suas necessidades, aumentando ainda mais o estresse mental.

ISBN: 978-65-01-21423-8

Amazarray, Câmara e Carlotto (2014) sugerem que a implementação de programas de saúde mental no ambiente escolar é crucial para reduzir os níveis de estresse ocupacional. Esses programas devem incluir treinamentos em técnicas de enfrentamento do estresse e criação de redes de apoio entre colegas A cognição social desenvolvida na psicologia social demonstra como as percepções que os professores formam sobre seu ambiente de trabalho afetam diretamente sua saúde mental. Quando o ambiente é percebido como hostil, desorganizado ou indiferente às suas necessidades, ocorre um aumento significativo do estresse crônico. Inversamente, ambientes colaborativos e de apoio promovem uma percepção mais positiva, ajudando a reduzir a tensão psicológica.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa demonstrou que as condições de trabalho dos professores em Manaus têm um impacto significativo tanto na saúde mental dos docentes quanto na qualidade do ensino oferecido aos alunos. O estudo confirma que fatores como carga horária excessiva, falta de recursos adequados e suporte administrativo insuficiente contribuem para níveis elevados de estresse e esgotamento emocional entre os professores.

Segundo Carlotto (2002), o desgaste emocional acumulado pode levar ao desenvolvimento da síndrome de burnout, um quadro crônico de estresse ocupacional que afeta a saúde física e mental dos educadores, prejudicando sua capacidade de exercer a função pedagógica de forma plena. A partir dos dados levantados, torna-se evidente que a sobrecarga de trabalho e a falta de infraestrutura nas escolas públicas de Manaus são fatores que intensificam o risco de adoecimento mental, como apontado por Seligmann- Silva (2011), que defende a necessidade urgente de intervenções para prevenir o esgotamento e promover o bem-estar no ambiente escolar.

O impacto dessas condições de trabalho não se limita à saúde dos professores, mas também compromete a qualidade do ensino. Professores que enfrentam estresse constante e falta de apoio têm dificuldade em planejar e executar atividades pedagógicas eficazes, o que afeta diretamente o aprendizado dos alunos. Alves e Santos (2018), reforçam que a precarização das condições de trabalho docente reflete-se no desempenho acadêmico dos estudantes, pois a desmotivação dos professores pode levar à falta de engajamento nas atividades escolares.

Em Manaus, onde as escolas já lidam com desafios estruturais e socioeconômicos significativos, a melhoria das condições de trabalho dos professores torna-se essencial garantir

ISBN: 978-65-01-21423-8

uma educação de qualidade e reduzir a desigualdade educacional.Dada a gravidade dos problemas identificados, a pesquisa sugere a implementação urgente de políticas públicas e estratégias que visem a criação de ambientes de trabalho mais saudáveis e colaborativos para os docentes. Isso inclui a oferta de suporte emocional, programas de desenvolvimento profissional, a redução da carga horária excessiva e a disponibilização de recursos pedagógicos e tecnológicos adequados para o exercício da função docente.

Bandura (1977), destaca que o comportamento humano é amplamente influenciado pelas interações sociais, e no contexto escolar, a qualidade das relações entre colegas de trabalho pode ter um impacto direto na saúde mental dos professores. Ao fomentar um ambiente colaborativo, onde os docentes possam compartilhar suas experiências e desafios, é possível reduzir o estresse ocupacional e aumentar a resiliência dos professores frente às adversidades. Piaget (1950), reforça que a interação ativa entre o indivíduo e o ambiente é fator primordial para o desenvolvimento cognitivo, e essa lógica pode ser aplicada ao contexto dos docentes: um ambiente escolar que favorece o desenvolvimento colaborativo e a autonomia profissional gera benefícios para os professores e para os alunos.

A pesquisa oferece uma base sólida para a formulação de intervenções educativas que podem transformar o ambiente educacional em Manaus. Ao melhorar as condições de trabalho dos professores, será possível influenciar positivamente o desempenho acadêmico dos alunos e promover uma cultura escolar mais saudável e produtiva. Isso beneficiará os docentes gerando um impacto duradouro em toda a comunidade escolar, contribuindo para a criação de um sistema educacional mais equitativo e eficaz.

REFERÊNCIAS

AMAZARRAY, Mayte Raya; CÂMARA, Sheila Gonçalves; CARLOTTO, Mary Sandra. Investigação em saúde mental e trabalho no âmbito da saúde pública no Brasil. In: MERLO, A. R. C.; BOTTEGA, C. G.; PEREZ, V. K. (Org.). **Atenção à Saúde Mental do Trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho**. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 75-92.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. DSM-5-TR: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed Editora, 2023.

ANDRADE, M. M. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: elaboração de trabalhos** na graduação. São Paulo: Atlas, 2010.

ASCH, Solomon. Opiniões e pressão social. In: MORSE, W. C.; WINGO, G. M. Leituras de Psicologia Educacional. São Paulo: Editora Nacional, 1973. p. 437-433.

ISBN: 978-65-01-21423-8

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. 70. ed. São Paulo: Edições 70, 2011.

BRETTAS, Anderson Claytom Ferreira. Johann Heinrich Pestalozzi, **a trajetória e a fundamentação da Pedagogia Moral** (1746/1827). Revista Profissão Docente, v. 18, n. 39, p. 415-431, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 1996.

CARLOTTO, Mary Sandra**. A síndrome de burnout e o trabalho docente**. Psicologia em Estudo, v. 7, p. 21-29, 2002.

DAHIA, Sandra Leal de Melo. Da obediência ao consentimento: **reflexões sobre o experimento de Milgram à luz das instituições modernas. Sociedade e Estado**, v. 30, n. 1, p. 225-241, 2015.

DE ARAÚJO QUEIROZ, Julia Graziela Bernardino; DA SILVA MARINHO, Tatiana Andreza. **Profissão docente e saúde de professores da rede municipal de ensino da cidade de Manau**s. Temas em Educação e Saúde, p. 575-593, 2020.

DE PÁDUA, Gelson Luiz Daldegan. A epistemologia genética de Jean Piaget. **Revista FACEVV**, n. 2, p. 22-35, 2009.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. Cadernos da FUCAMP, v. 20, n. 43, 2021.

PEREIRA, Tainara Ventura; NASCIMENTO, Claudia Pinheiro; MOREIRA, Jonathan Rosa. Método Montessoriano: **Influências no processo de ensino e de aprendizagem no século XXI.** Projeção e Docência, v. 15, p. e1524DO18-e1524DO18, 2024.

RIZOMA
Faculdade BOAS NOVAS
ISBN: 978-65-01-21423-8

ATRASO NO DESENVOLVIMENTO DA LINGUAGEM ESCRITA DURANTE E DEPOIS DA PANDEMIA COVID - 19

Alexandre Moraes de Medeiros[40]

Cláudio José da Silva [41]

RESUMO

Este Este estudo analisa o efeito da pandemia de COVID-19 no progresso da escrita em crianças na primeira infância, como consequência do distanciamento social. E como o uso de aparelhos eletrônicos afetaram no processo da escrita da criança. O objetivo de entender o impacto dessas alterações no aprendizado da criança em período de escrita, recorremos a uma revisão de estudos recentes sobre essa temática. A leitura feita indicam que a pandemia aumentou o uso de aparelhos eletrônicos, causando atrasos consideráveis no progresso da escrita e afetando negativamente as habilidades de leitura. Apesar das tecnologias digitais serem fundamentais para a continuidade do ensino, conclui-se que a escola, pais e professores precisam balancear as metodologias usadas na volta a escola com instrumentos para aprimorar desenvolvimento do processo de escrita que importante para a vida acadêmica destas crianças.

PALAVRAS-CHAVE: Atraso escolar. Escrita. Dificuldade de aprendizagem e Pandemia COVID-19.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discorrer sobre o impacto da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento da linguagem escrita em crianças, com foco no período pandêmico e pós-pandêmico. O estudo analisa como a paralização das aulas presenciais, a transição para o ensino à distância e a redução da interação social afetaram o progresso das habilidades de escrita infantil. O assunto é relevante por abordar as consequências educacionais da pandemia, especialmente no contexto brasileiro, onde as perdas de aprendizado variaram entre quatro e dez meses, sendo mais pronunciadas entre os alunos mais jovens (Bartholo et al., 2022).

A justificativa para esta pesquisa está na necessidade de compreender as implicações dessas mudanças na rotina escolar, especialmente entre crianças de famílias de baixa renda, que enfrentaram dificuldades educacionais mais significativas. A pandemia não apenas aumentou as desigualdades já existentes, mas também mostrou a importância do suporte familiar e da

[40]Aluno. Graduando do Curso de Psicologia da Faculdade Boas Novas. E-mail: denis.20230346@aluno.fbnovas.edu.brm
[41]Orientadora Profa. Ma. dos Cursos de Graduação da Faculdade Boas Novas. E-mail: leticia.fernandes@fbnovas.edu.br

ISBN: 978-65-01-21423-8

qualidade do ambiente de aprendizado em casa (Koslinski et al., 2022). Assim, este estudo é crucial para identificar os pontos que precisam ser preenchidas no processo de recuperação do aprendizado.

O problema de pesquisa centra-se em como a pandemia influenciou negativamente o processo de desenvolvimento da escrita em crianças, considerando vários motivos como a falta de interação presencial, a escassez de estímulos verbais no ambiente doméstico e o aumento do estresse parental durante esse período (Nguyen & Wang, 2021). A questão principal é entender de que forma esses problemas impactaram o desenvolvimento da linguagem escrita e como essas lacunas podem ser abordadas.

A metodologia utilizada foi uma revisão bibliográfica detalhada, com a análise de estudos e pesquisas sobre o impacto da pandemia no aprendizado infantil. Foram coletados dados de pesquisas realizadas em diferentes contextos educacionais e socioeconômicos, com o objetivo de traçar um panorama abrangente dos desafios enfrentados.

Os resultados alcançados mostram que as crianças sofreram grandes perdas no aprendizado, especialmente nas áreas de matemática e linguagem. Segundo a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV, 2021a), as perdas médias foram de seis a sete meses de aprendizado, e crianças de baixa renda foram as mais afetadas, tendo aprendido 50% menos que seus colegas em situações socioeconômicas mais favoráveis. Além disso, o estresse familiar e a falta de suporte educacional adequado agravaram esses desafios.

O desenvolvimento do paper está estruturado da seguinte forma: são discutidas as causas e consequências do impacto da pandemia no processo de aprendizado da escrita. Na cessão subsequente aborda a realidade enfrentada pelas crianças e as principais dificuldades que afetaram seu desenvolvimento, como a falta de interação social e a diminuição da estimulação verbal. Ao final, o trabalho apresenta considerações sobre a necessidade de políticas públicas para mitigar os efeitos da pandemia na educação infantil.

2 CAUSAS E COSNEQUENCIAS NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM DA ESCRITA EM CRIANÇAS NO PERIODO PANDEMICO E PÓS PENDEMICO

A pandemia de COVID-19 provocou várias alterações na rotina escolar, incluindo a mudança para o ensino à distância, que apresentou desafios consideráveis para o progresso da escrita. De acordo com Torney-Purta et al. (2021), "a ausência de contato físico entre estudantes e docentes resultou em impactos negativos no aprendizado, particularmente na escrita"

ISBN: 978-65-01-21423-8

(Torney-Purta et al., 2021, p. de 315). As alterações influenciaram não só o ritmo das aulas, mas também a qualidade do ensino oferecido aos estudantes, o que se reflete diretamente na proficiência em leitura e escrita.

A pandemia também intensificou as disparidades de aprendizado já existentes. Pesquisas indicam que "os estudantes de menor nível socioeconômico tiveram perdas de aprendizado mais significativas", aprendendo apenas "metade do que seus colegas não vulneráveis em 2020" (Bartholo et al., 2022). A qualidade do ambiente doméstico de aprendizado e o acesso à tecnologia também foram elementos decisivos, conforme apontado por Koslinski et al. (2022), que declaram que "os alunos de menor renda e com pais menos educados foram mais afetados". Relata estudo.

Sendo assim, os efeitos da pandemia no ensino infantil, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal (FMCSV) enfatizou várias questões alarmantes que impactam o progresso educacional das crianças. Uma das descobertas mais significativas foi que "as interrupções nas atividades escolares levaram a perdas consideráveis de aprendizado, com pesquisas sugerindo que as crianças perderam de 6 a 7 meses de aprendizado em matemática e linguagem" (FMCSV, 2021a).

Ademais, o estudo mostrou que "as disparidades já presentes no aprendizado se intensificaram, com crianças de famílias com menos recursos sofrendo perdas ainda mais significativas" (FMCSV, 2021a). Este aspecto é fundamental, já que "as crianças em condições de vulnerabilidade social aprenderam aproximadamente 50% menos do que seus colegas em contextos mais favoráveis" Também enfatizou que "o suporte familiar é crucial para a aprendizagem, e as famílias com maior nível de instrução conseguiram ajudar suas crianças de maneira mais eficaz durante a pandemia" (FMCSV, 2021a).

Em conclusão, a avaliação afirma que "é crucial a implementação de políticas públicas para atenuar os efeitos da pandemia e fomentar a retomada do aprendizado, particularmente nas instituições públicas de ensino" (FMCSV, 2021a).

O confinamento social exigido pela pandemia teve um efeito significativo no progresso da linguagem, particularmente entre os pequenos. A ausência de interações presenciais diminuiu consideravelmente as chances de comunicação, interferindo no avanço da linguagem oral e escrita. Smith e Brown (2022) afirmam que "a redução das interações verbais, essenciais para o aprendizado da língua, foi um dos principais elementos que contribuíram para o retardo no desenvolvimento" (Smith & Brown, 2022, p. "22".

Da mesma forma, a pesquisa de Jones e colaboradores (2021) enfatiza que "o isolamento

ISBN: 978-65-01-21423-8

social impactou diretamente a aquisição da linguagem na primeira infância" (Jones e colaboradores, 2021, p. "58". A redução do convívio social afetou a prática da comunicação, crucial para o aprimoramento das competências de escrita.

Foi então que ao estudar sobre a realidade no periodo pandemia, o excesso de trabalho e o estresse que os pais enfrentaram tiveram um impacto direto na qualidade da estimulação verbal oferecida às crianças. Este contexto resultou em uma redução considerável nas interações verbais no contexto doméstico, prejudicando o progresso da linguagem escrita. De acordo com Nguyen e Wang (2021), "o estresse dos pais e o excesso de trabalho durante a pandemia resultaram em uma redução considerável na estimulação verbal, afetando o progresso da linguagem infantil" (Nguyen & Wang, 2021, p. Um (34).

Outro ponto importante foi o desafio dos pais em oferecer o apoio necessário ao progresso da escrita dos seus filhos durante a pandemia. Conforme Lee e Adams (2022), "a falta de envolvimento dos pais devido ao crescimento do estresse e das obrigações provocou atrasos significativos no progresso da alfabetização das crianças" (Lee & Adams, 2022, p. 1976.

A pandemia de COVID-19 não só impactou o progresso acadêmico das crianças, como também desvendou questões psicológicas que impactaram diretamente suas competências de escrita e aprendizado. O estresse e a ansiedade, intensificados pela certeza e o isolamento nesse período, afetaram significativamente a capacidade de concentração das crianças, interferindo no avanço no aprendizado da escrita.

De acordo com Miller et al. (2021), o estresse ligado à pandemia impactou diretamente a capacidade de concentração, refletindo-se na competência para escrever: "O estresse e a ansiedade ligados à pandemia impactaram significativamente a capacidade de concentração e o desenvolvimento da escrita das crianças" (Miller et al., 2021, p. 47).

3 A REALIDADE APRESENTADA NO PERIODO PANDEMICO E FATORES QUE AFETARAM AS CRIANÇAS

Os estudos apresentados demonstram o impacto profundo que a pandemia de COVID-19 teve no desenvolvimento da linguagem escrita infantil, com foco em três aspectos principais: alterações na rotina escolar, redução da interação social e diminuição da estimulação verbal.

Os trabalhos apresentados evidenciam o profundo efeito da pandemia de COVID-19 no progresso da escrita infantil, destacando três aspectos principais: mudanças no calendário escolar, diminuição da interação social e redução da estimulação verbal. Inicialmente, a

ISBN: 978-65-01-21423-8

mudança para o ensino à distância apresentou desafios significativos para o avanço da educação. A ausência de interação presencial entre estudantes e docentes, mencionada por Torney-Purta et al. (2021), afetou negativamente o progresso da escrita.

Sem a interação direta e o retorno imediato, os alunos encontraram obstáculos para aprimorar suas competências de escrita. Dorn et al. (2021) sublinham essa ideia, ressaltando que o ensino à distância agravou as desigualdades educacionais, afetando negativamente as competências de escrita, particularmente entre estudantes de baixa renda, que se depararam com restrições no acesso à educação.

A diminuição da estimulação verbal, especialmente durante o período de isolamento da pandemia, foi identificada como um fator crítico que comprometeu o desenvolvimento da escrita nas crianças. O ambiente verbalmente rico, essencial para a aquisição de vocabulário e a formação de frases, foi prejudicado, afetando o progresso cognitivo e linguístico. Segundo Oliveira, Gomes e Barcellos (2020), a ausência de interações presenciais e a sobrecarga do ensino remoto impactaram negativamente essas habilidades essenciais, evidenciando a necessidade de um ambiente estimulante para o aprendizado infantil.

Nguyen e Wang (2021) e Lee e Adams (2022) ressaltam como o excesso de trabalho dos pais durante a pandemia levou a uma diminuição considerável nas interações verbais, contribuindo para o retardo no aprimoramento das competências de leitura e escrita. A pandemia revelou desafios já presentes no sistema de ensino e nas famílias, destacando a necessidade de estratégias pedagógicas e políticas públicas que atenuem esses efeitos, especialmente no âmbito educacional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização desta pesquisa sobre o impacto da pandemia de COVID-19 no desenvolvimento da linguagem escrita infantil me trouxe muitas reflexões significativas sobre o papel crucial que o equilíbrio entre o uso de tecnologias digitais e as interações presenciais desempenha no processo de aprendizado. Compreendi de forma mais profunda que, embora o ensino remoto tenha sido uma medida emergencial essencial para garantir a continuidade da educação, ele trouxe à tona desafios que vão além do isolamento social, como o uso excessivo de dispositivos eletrônicos, que pode prejudicar habilidades fundamentais, como a escrita e a leitura.

A pesquisa também me fez entender com mais clareza as desigualdades educacionais

ISBN: 978-65-01-21423-8

que já existiam, mas que se intensificaram durante a pandemia. Fiquei mais consciente da urgência em desenvolver políticas públicas que foquem na formação e no suporte aos docentes, no fortalecimento das famílias como agentes educativos, e no investimento em tecnologias educacionais mais interativas e envolventes, que realmente contribuam para o desenvolvimento infantil.

O que mais me marcou foi a percepção de que, no cenário pós-pandêmico, é imprescindível um estudo das práticas pedagógicas adotadas durante esse período. Esse estudo me fez ver a necessidade de nos comprometermos com a elevação da qualidade da educação, para que possamos garantir que os atrasos no aprendizado das crianças não sejam prolongados. Assim, acredito que o aprendizado adquirido ao longo dessa pesquisa contribuiu diretamente para minha formação, ampliando minha visão sobre os desafios e as soluções no campo da educação infantil.

REFERÊNCIAS

Bartholo, T., Koslinski, M. C., & Oliveira, E. (2022). **Impactos da pandemia de COVID-19 no aprendizado escolar: Análises e estratégias de mitigação**. Editora ABCD.

FMCSV (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal). (2021a**). Impactos da pandemia no desenvolvimento educacional infantil: Desigualdades e desafios.** Relatório de Pesquisa.

Koslinski, M. C., & Bartholo, T. (2021). **Educação e a pandemia de COVID-19: Desafios e perspectivas**. Editora XYZ.

Lichand, G., Doria, C., & Nava, P. (2022). **Perdas de aprendizagem e ensino remoto: Evidências da pandemia no Brasil.** Instituto ABC.

Torney-Purta, J., Lehmann, R., Oswald, H., & Schulz, W. (2021). **Effects of Remote Learning on Academic Achievement During the COVID-19 Pandemic. Journal of Educational Psychology**, 113(3), 310-322.

Lee, K., & Adams, M. (2022). Impact of Parental Engagement on Children's Literacy Skills During COVID-19**. Literacy Research and Instruction**, 61(2), 70-82. Disponível em: https://www.leanlabeducation.org/blog/education-in-a-post-pandemic-world?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjw4Oe4BhCcARIsADQ0csnCAkpVsAENKVHjM5pJY29-PIJbtuKyCi63nlEwvfMu7q_QtTX1Ts0aAq5tEALw_wcB. Acesso em: 18/10/2024

Nguyen, D., & Wang, Y. (2021**).** Parental Involvement and Children's Language Development During the Pandemic. **Educational Review**, 73(1), 31-46.

OLIVEIRA, J. B.; GOMES, M.; BARCELLOS, T. (2020). **A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências.** Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, vol. 28, no. 108, pp. 555-578.